

**Informações intermediárias individuais
e consolidadas**

Natura Cosméticos S.A.

Trimestre findo em 31 de março de 2012

Natura Cosméticos S.A.

Informações intermediárias individuais e consolidadas

Trimestre findo em 31 de março de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Natura Cosméticos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e demonstração de resultado, resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos valores adicionados do trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2012, e relatório de revisão datado de 27 de abril de 2011, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de abril de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2012	12/2011	03/2012	12/2011			03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	309.898	166.007	587.468	515.610	Empréstimos e financiamentos	14	27.451	66.424	136.781	168.962
Contas a receber de clientes	6	425.978	535.309	526.317	641.872	Fornecedores e outras contas a pagar	15	147.214	183.317	466.406	488.980
Estoques	7	246.741	217.906	767.874	688.748	Fornecedores - partes relacionadas	27.1.	307.859	293.024	-	-
Impostos a recuperar	8	66.777	69.417	220.846	201.620	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	27.1.	491.168	217	491.168	217
Partes relacionadas	27.1.	31.590	37.908	-	-	Salários, participações nos resultados e encargos sociais		61.067	58.551	127.293	132.045
Instrumentos financeiros derivativos	4.2.	21.753	28.184	22.063	28.626	Obrigações tributárias	16	219.164	260.027	426.025	446.800
Outros ativos circulantes	11	118.424	115.328	137.587	126.783	Outras obrigações		37.197	29.142	44.771	37.715
Total dos ativos circulantes		<u>1.221.161</u>	<u>1.170.059</u>	<u>2.262.155</u>	<u>2.203.259</u>	Total dos passivos circulantes		<u>1.291.120</u>	<u>890.702</u>	<u>1.692.444</u>	<u>1.274.719</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	14	841.234	852.549	987.292	1.017.737
Impostos a recuperar	8	12.152	12.299	110.013	111.239	Obrigações tributárias	16	107.982	97.955	151.274	140.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	92.258	80.145	202.618	189.552	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	50.152	49.600	65.426	64.957
Depósitos judiciais	10	254.958	244.938	307.051	295.839	Outras provisões	18	37.918	35.818	47.204	44.809
Outros ativos não circulantes	11	3.500	4.562	28.483	29.935	Total dos passivos não circulantes		<u>1.037.286</u>	<u>1.035.922</u>	<u>1.251.196</u>	<u>1.268.048</u>
Investimentos	12	1.261.864	1.253.721	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	13	330.047	332.215	797.525	800.434	Capital social	19.a)	427.073	427.073	427.073	427.073
Intangível	13	80.570	78.929	163.900	162.754	Reservas de capital		157.937	160.313	157.937	160.313
Total dos ativos não circulantes		<u>2.035.349</u>	<u>2.006.809</u>	<u>1.609.590</u>	<u>1.589.753</u>	Reservas de lucros		448.618	292.457	448.618	292.457
						Ações em tesouraria	19.c)	(87.046)	(102.849)	(87.046)	(102.849)
						Dividendo adicional proposto	19.b)	-	490.885	-	490.885
						Outros resultados abrangentes		(18.478)	(17.635)	(18.478)	(17.635)
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		928.104	1.250.244	928.104	1.250.244
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	1	1
						Total do patrimônio líquido		928.104	1.250.244	928.105	1.250.245
TOTAL DOS ATIVOS		<u>3.256.510</u>	<u>3.176.868</u>	<u>3.871.745</u>	<u>3.793.012</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.256.510</u>	<u>3.176.868</u>	<u>3.871.745</u>	<u>3.793.012</u>

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
RECEITA LÍQUIDA	21	1.306.007	1.227.264	1.275.836	1.145.846
Custo dos produtos vendidos	22	(508.632)	(514.836)	(365.331)	(343.222)
LUCRO BRUTO		797.375	712.428	910.505	802.624
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	22	(360.669)	(331.061)	(488.270)	(422.914)
Administrativas e gerais	22	(205.540)	(177.122)	(177.544)	(150.993)
Remuneração dos administradores	27.2	(3.978)	(3.222)	(3.978)	(3.222)
Resultado de equivalência patrimonial	12	514	6.535	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	989	11.177	(2.064)	13.798
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		228.691	218.735	238.649	239.293
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	26.991	16.690	35.173	31.420
Despesas financeiras	24	(41.247)	(26.810)	(50.388)	(41.616)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		214.435	208.615	223.434	229.097
Imposto de renda e contribuição social	9.b)	(62.946)	(58.098)	(71.945)	(78.580)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		151.489	150.517	151.489	150.517
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas da Sociedade		151.489	150.517	151.489	150.517
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - R\$					
Básico	26.1.	0,3537	0,3493	0,3537	0,3493
Diluído	26.2.	0,3528	0,3479	0,3528	0,3479

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		151.489	150.517	151.489	150.517
Outros resultados abrangentes-					
Perdas na conversão das informações intermediárias de controladas no exterior	12	(843)	(2.641)	(843)	(2.641)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>150.646</u>	<u>147.876</u>	<u>150.646</u>	<u>147.876</u>
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores da Sociedade		<u>150.646</u>	<u>147.876</u>	<u>150.646</u>	<u>147.876</u>

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total
		Ágio na emissão/venda de ações	Reserva de incentivo fiscal Subvenção para investimentos	Capital adicional integralizado	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	418.061	103.620	17.378	28.629	18.650	10.934	253.360	(14)	430.079	-	(23.196)	1.257.501	1	1.257.502
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.517	-	150.517	-	150.517
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.641)	(2.641)	-	(2.641)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.517	(2.641)	147.876	-	147.876
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2010 aprovados na AGO de 8 de abril de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.079)	-	-	(430.079)	-	(430.079)
Aumento de capital por subscrição de ações	19.a)	3.797	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.797	-	3.797
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	23.2.	-	-	-	1.834	-	-	-	-	-	-	1.834	-	1.834
Exercício de opções de compra	23.2.	-	-	-	(1.209)	-	-	1.209	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período:														
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	1.130	-	-	-	(1.130)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	421.858	103.620	17.378	29.254	18.650	12.064	254.569	(14)	-	149.387	(25.837)	980.929	1	980.930
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	427.073	103.243	17.378	39.692	18.650	14.611	259.196	(102.849)	490.885	-	(17.635)	1.250.244	1	1.250.245
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151.489	-	151.489	-	151.489
Outros resultados abrangentes	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(843)	(843)	-	(843)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151.489	(843)	150.646	-	150.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2011 aprovados na AGO de 13 de abril de 2012	-	-	-	-	-	-	(66)	-	(490.885)	-	-	(490.951)	-	(490.951)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	19.c)	-	(1.057)	-	-	-	-	15.803	-	-	-	14.746	-	14.746
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	23.2.	-	-	-	3.419	-	-	-	-	-	-	3.419	-	3.419
Exercício de opções de compra	23.2.	-	-	-	(4.738)	-	-	4.738	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período:														
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	1.539	-	-	-	(1.539)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	427.073	102.186	17.378	38.373	18.650	16.150	263.868	(87.046)	-	149.950	(18.478)	928.104	1	928.105

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		151.489	150.517	151.489	150.517
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações					
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	13	13.984	5.150	33.490	24.765
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	6.431	5.723	6.563	8.433
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	1.964	(713)	1.935	(301)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(4.174)	(6.053)	(5.200)	(6.459)
Imposto de renda e contribuição social	9.a)	62.946	58.098	71.945	78.580
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		2.115	(434)	2.024	2.027
Resultado de equivalência patrimonial		(514)	(6.535)	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	24	519	5.993	(159)	4.689
Variação cambial sobre outros ativos e passivos		296	-	(352)	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		1.685	876	3.419	1.834
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6	2.938	(1.380)	3.613	(918)
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	7	(6.161)	728	(3.316)	1.665
Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	18	2.100	217	2.395	571
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	25	-	(11.887)	-	(16.852)
		<u>235.618</u>	<u>200.300</u>	<u>267.846</u>	<u>248.551</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS					
Contas a receber de clientes		106.393	126.314	111.942	132.976
Estoques		(22.674)	(48.267)	(75.810)	(111.257)
Impostos a recuperar		2.787	228	(18.000)	(19.293)
Outros ativos		(2.816)	(17.356)	(18.032)	(25.685)
Subtotal		<u>83.690</u>	<u>60.919</u>	<u>100</u>	<u>(23.259)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS					
Fornecedores nacionais e estrangeiros		(36.663)	(8.359)	(22.291)	13.635
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos		2.516	(15.580)	(4.752)	(41.841)
Obrigações tributárias		6.034	(4.105)	32.419	20.109
Outros passivos		23.154	(15.573)	7.056	(10.604)
Pagamentos de provisões de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas		(1.412)	(262)	(1.466)	(262)
Subtotal		<u>(6.371)</u>	<u>(43.879)</u>	<u>10.966</u>	<u>(18.963)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>312.937</u>	<u>217.340</u>	<u>278.912</u>	<u>206.329</u>
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(99.816)	(78.602)	(114.410)	(94.233)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		(5.067)	(3.349)	(4.440)	(3.991)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(656)	(968)	(656)	(5.367)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>207.398</u>	<u>134.421</u>	<u>159.406</u>	<u>102.738</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de imobilizado e intangível	13	(14.889)	(6.664)	(33.068)	(22.850)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível		683	542	683	1.096
Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais		(5.846)	(10.142)	(6.012)	(10.447)
Aumento de capital em controladas	12	(6.738)	(57.214)	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(26.790)</u>	<u>(73.478)</u>	<u>(38.397)</u>	<u>(32.201)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(52.168)	(50.747)	(70.038)	(65.399)
Captações de empréstimos e financiamentos		705	180.000	6.915	301.558
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações		14.746	-	14.746	-
Aumento de capital por subscrição (153.230 ações ordinárias ao preço médio de R\$24,78)		-	3.797	-	3.797
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(36.717)</u>	<u>133.050</u>	<u>(48.377)</u>	<u>239.956</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(774)	(2.617)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>143.891</u>	<u>193.993</u>	<u>71.858</u>	<u>307.876</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		166.007	206.125	515.610	560.229
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		<u>309.898</u>	<u>400.118</u>	<u>587.468</u>	<u>868.105</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>143.891</u>	<u>193.993</u>	<u>71.858</u>	<u>307.876</u>
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
Numerários com utilização restrita	11	-	-	6.757	6.155
Limites de contas garantidas sem utilização		117.900	147.900	235.500	265.500

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
RECEITAS		1.509.786	1.430.353	1.678.976	1.547.464
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.534.230	1.436.114	1.707.117	1.553.926
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(23.455)	(16.938)	(26.077)	(20.260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(989)	11.177	(2.064)	13.798
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.008.346)	(986.497)	(1.086.274)	(904.243)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(581.097)	(564.491)	(611.746)	(582.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(427.249)	(422.006)	(474.528)	(322.162)
VALOR ADICIONADO BRUTO		501.440	443.856	592.702	643.221
RETENÇÕES		(13.984)	(5.150)	(33.490)	(24.765)
Depreciações e amortizações	13	(13.984)	(5.150)	(33.490)	(24.765)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		487.456	438.706	559.212	618.456
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		27.505	23.225	35.173	28.402
Resultado de equivalência patrimonial	12	514	6.535	-	-
Receitas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	24	26.991	16.690	35.173	28.402
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		514.961	461.931	594.385	646.858
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(514.961) 100%	(461.931) 100%	(594.385) 100%	(646.858) 100%
Pessoal e encargos sociais		(79.642) 16%	(51.840) 11%	(98.751) 17%	(196.041) 30%
Impostos, taxas e contribuições		(237.592) 46%	(228.596) 49%	(285.334) 50%	(271.516) 43%
Despesas financeiras e alugueis		(46.238) 8%	(30.978) 7%	(58.811) 7%	(28.784) 4%
Lucros retidos		(151.489) 30%	(150.517) 33%	(151.489) 26%	(150.517) 23%

Informações suplementares às demonstrações do valor adicionado:

Dos valores registrados na rubrica "Impostos, taxas e contribuições" em março de 2012 e 2011, os montantes de R\$88.067 e R\$91.786, respectivamente, referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST incidente sobre a margem de lucro presumida definida pelas Secretarias das Fazendas Estaduais, obtida nas vendas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura para o consumidor final.

Para a análise desse impacto tributário nas demonstrações do valor adicionado, tais valores devem ser deduzidos daqueles registrados na rubrica "Vendas de mercadorias, produtos e serviços" e da própria rubrica "Impostos, taxas e contribuições", uma vez que os valores das receitas de vendas não incluem o lucro presumido dos(as) Consultores(as) Natura na venda dos produtos, nos montantes de R\$655.832 e R\$606.230, em março de 2012 e 2011, respectivamente, considerando-se a margem presumida de lucro de 30%.

NATURA COSMÉTICOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código “NATU3”, com sede em Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Sociedades”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme às IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias consolidadas estão divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

2.2. Consolidação

a) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades que a Sociedade tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

b) Sociedades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

	Participação - %	
	03/2012	12/2011
Participação direta:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,94	99,94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,97	99,97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00

Participação indireta:

Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99,99	99,99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (consolidação proporcional - controle conjunto)	43,60	43,33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	100,00	100,00
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:		
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00	100,00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00	100,00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100,00	100,00
Natura Brasil SAS - França	100,00	100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Nevada	100,00	100,00
Natura Europa SAS - França	100,00	100,00

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS - França e Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado. É controladora integral da Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França, centro satélite de pesquisa e tecnologia inaugurado durante o ano 2007, em Paris.

- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos España S.L.: encontra-se em fase pré-operacional e suas atividades consistirão nas mesmas atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos para as sociedades sediadas no Brasil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França: suas atividades concentram-se em pesquisas nas áreas de testes “in vitro”, alternativos aos testes em animais, para estudo da segurança e eficácia de princípios ativos, tratamento de pele e novos materiais de embalagens.
- Ybios S.A.: suas atividades concentram-se na pesquisa, na gestão, no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços voltados para a área de biotecnologia, podendo, inclusive, firmar acordos e parcerias com universidades, fundações, empresas, cooperativas e associações, entre outras entidades públicas e privadas, na prestação de serviços na área de biotecnologia e na participação em outras sociedades.

Por ser uma controlada em conjunto, cujas demonstrações contábeis foram incluídas proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, a seguir são demonstradas as principais contas do grupo de ativo, passivo e resultado, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas à razão de 43,60% de participação (43,33% em 31 de dezembro de 2011), após os ajustes de eliminação da participação societária:

	03/2012	12/2011
Ativo circulante	559	567
Ativo imobilizado	45	56
Passivo circulante	38	30
Receita líquida do exercício	-	128
Prejuízo do exercício	(317)	(1.086)

- Natura Europa SAS - França e Natura Cosmetics USA Co.: em janeiro de 2009 as cotas correspondentes ao capital social dessas controladas foram conferidas como aporte de capital na empresa “holding” Natura (Brasil) International B.V. - Holanda, passando a Sociedade a possuir a correspondente participação indireta nessas empresas por intermédio dessa empresa “holding” sediada na Holanda.

c) Encerramento de atividades de controladas

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em julho e outubro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações da controlada Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, gerando a necessidade de constituição de provisão para perdas na realização de ativos.

Em 31 de março de 2012, o saldo dos ativos líquidos da Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, registrado nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, deduzido de provisões para eventuais perdas na desvalorização de ativos e exigibilidade de passivos no processo de encerramento das referidas operações, era de R\$297.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas 	<p>A IFRS 10, estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 11 Acordos em conjunto 	<p>A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades</p>	<p>A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada é permitida.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo</p>	<p>Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>
<p>IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)</p>	<p>Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013</p>

IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

c) Plano de assistência médica aposentados

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Sociedade, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Para a redução da referida exposição, foi implantada uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade.

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas estão expostas basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou por suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2012, o balanço patrimonial da controladora e consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que, em conjunto, representam um passivo de R\$429.650 e R\$435.437, respectivamente (em 31 de dezembro de 2011, R\$438.667 e R\$444.894, respectivamente). Essas contas constituídas por empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, são protegidas com derivativos do tipo “swap”.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em “financeiros” e “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forwards” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos (geralmente “forwards”) contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Em 31 de março de 2012, os contratos em aberto de “swap” e “forward” têm vencimentos entre janeiro de 2013 e janeiro de 2018, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bank of America (62%), Bradesco (25%), Brasil (12%) e HSBC (1%) e estão assim compostos:

Derivativos “financeiros” – controladora

Descrição	Valor principal		Valor justo		Ganho (perda) do exercício	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>430.914</u>	<u>435.094</u>	<u>21.753</u>	<u>28.184</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>409.160</u>	<u>406.910</u>	—	—

Derivativos “financeiros” – consolidado

Descrição	Valor principal		Valor justo		Ganho (perda) do exercício	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>438.203</u>	<u>442.574</u>	<u>22.063</u>	<u>28.626</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>416.140</u>	<u>413.947</u>	—	—

- (1) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto nas datas dos balanços.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (*)	429.650	435.437
Contas a receber em moeda estrangeira	-	(5.390)
Contas a pagar em moeda estrangeira	8.649	11.356
Valor principal dos derivativos “financeiros”	(426.668)	(430.560)
Exposição passiva líquida	<u>11.631</u>	<u>10.843</u>

(*) O valor apresentado não considera o empréstimo de sua controlada no Peru, no valor de R\$35.305. A Administração entende que não há exposição cambial sobre esse passivo, pois este será liquidado pela própria controlada com recursos provenientes de suas operações naquele país, portanto, na mesma moeda em que a dívida foi captada.

A seguir estão demonstrados o ganho (perda) que teriam sido reconhecidos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	<u>(165)</u>	<u>(2.908)</u>	<u>(5.815)</u>
<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	<u>(154)</u>	<u>(2.711)</u>	<u>(5.422)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$2,28/US\$1,00) e de 50% (R\$2,73/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, da TJLP e das taxas prefixadas. No entanto, em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de derivativo, por considerarem o risco baixo, conforme descrito anteriormente.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado anteriormente no item “Risco cambial”, em 31 de março de 2012 quase a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais. Dessa forma, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa nº 14)	(439.035)	(653.331)
Operações com derivativos atrelados ao CDI e à TJLP	(429.650)	(435.437)
Aplicações financeiras (notas explicativas n 5 e 11)	<u>296.239</u>	<u>514.028</u>
Exposição passiva líquida	<u>(572.446)</u>	<u>(574.740)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida(o) no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>1.259</u>	<u>(13.624)</u>	<u>(27.248)</u>

<u>Descrição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>1.264</u>	<u>(13.679)</u>	<u>(27.358)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (11,9% ao ano) e 50% (14,3% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) Natura e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

Controladora em 31 de março de 2012	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor
							contábil 2011
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	66.016	-	-	-	66.016	(38.565)	27.451
Fornecedores	109.092	-	-	-	109.092	-	109.092
Derivativos	18.243	-	-	-	18.243	3.510	21.753
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	797.896	49.886	77.802	925.584	(84.350)	841.234
Consolidado em 31 de março de 2012							
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil 2011
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	188.905	-	-	-	188.905	(52.124)	136.781
Fornecedores	428.285	-	-	-	428.285	-	428.285
Derivativos	18.527	-	-	-	18.527	3.536	22.063
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	870.323	131.266	88.884	1.090.473	(103.181)	987.292

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida a seguir demonstrada não considera os ajustes dos derivativos contratados para mitigar o risco cambial.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	868.685	918.973	1.124.073	1.186.699
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(309.898)</u>	<u>(166.007)</u>	<u>(587.468)</u>	<u>(515.610)</u>
Dívida líquida	<u>558.787</u>	<u>752.966</u>	<u>536.605</u>	<u>671.089</u>
Patrimônio líquido	<u>928.104</u>	<u>1.250.244</u>	<u>928.105</u>	<u>1.250.245</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>60,20%</u>	<u>60,23%</u>	<u>57,81%</u>	<u>53,68%</u>

4.4. Estimativa de valores justos

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a mensuração da totalidade dos derivativos da Sociedade e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à taxa prefixada, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Caixa e bancos	13.659	27.929	80.221	98.208
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	<u>296.239</u>	<u>138.078</u>	<u>507.247</u>	<u>417.402</u>
	<u>309.898</u>	<u>166.007</u>	<u>587.468</u>	<u>515.610</u>

Em 31 de março de 2012, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,1% (100,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2011) do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Contas a receber de clientes	485.087	591.480	594.919	706.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(59.109)</u>	<u>(56.171)</u>	<u>(68.602)</u>	<u>(64.989)</u>
	<u>425.978</u>	<u>535.309</u>	<u>526.317</u>	<u>641.872</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
A vencer	368.770	452.392	457.521	543.472
Vencidos:				
Até 30 dias	64.858	102.107	75.601	117.560
De 31 a 60 dias	15.773	14.029	17.542	16.254
De 61 a 90 dias	12.981	9.950	14.629	13.306
De 91 a 180 dias	<u>22.705</u>	<u>13.002</u>	<u>29.626</u>	<u>16.269</u>
	<u>485.087</u>	<u>591.480</u>	<u>594.919</u>	<u>706.861</u>

O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 88% do saldo em aberto em 31 de março de 2012 (89% em 31 de dezembro de 2011), sendo o saldo remanescente denominado em moedas diversas e formado pelas vendas das controladas do exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o trimestre findo em 31 de março de 2012 está assim representada:

Controladora			Consolidado				
Saldo em 12/2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012	Saldo em 12/2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012
<u>(56.171)</u>	<u>(23.455)</u>	<u>20.517</u>	<u>(59.109)</u>	<u>(64.989)</u>	<u>(26.076)</u>	<u>22.463</u>	<u>(68.602)</u>

- (a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7, divulgadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012.
 (b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Produtos acabados	231.261	219.626	605.470	565.739
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	164.342	149.806
Material promocional	29.599	18.560	71.610	52.288
Produtos em elaboração	-	-	18.535	16.314
Provisão para perdas	<u>(14.119)</u>	<u>(20.280)</u>	<u>(92.083)</u>	<u>(95.399)</u>
	<u>246.741</u>	<u>217.906</u>	<u>767.874</u>	<u>688.748</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o trimestre findo em 31 de março de 2012 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2011	Reversões (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012	Saldo em 12/2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 03/2012
<u>(20.280)</u>	<u>3.893</u>	<u>2.268</u>	<u>(14.119)</u>	<u>(95.399)</u>	<u>(22.140)</u>	<u>25.456</u>	<u>(92.083)</u>

- (a) Referem-se à constituição e/ou reversão de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade.
- (b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	180.289	154.942
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	868	8.296	868	8.296
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	22.781	22.170
ICMS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	14.529	15.428	23.037	24.318
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	4.141	7.376
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	50.841	45.012	73.900	68.187
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (b)	11.887	11.887	16.852	16.852
IRPJ e CSLL a compensar	29	728	4.304	3.236
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	1.945	2.024
Outros	775	365	6.272	8.834
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	-	-	(3.530)	(3.376)
	<u>78.929</u>	<u>81.716</u>	<u>330.859</u>	<u>312.859</u>
Circulante	<u>66.777</u>	<u>69.417</u>	<u>220.846</u>	<u>201.620</u>
Não circulante	<u>12.152</u>	<u>12.299</u>	<u>110.013</u>	<u>111.239</u>

- (a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 com a Secretaria da Fazenda - Sefaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado “Via Rápida” (“Fast Track”), no qual os créditos são compensados no mês seguinte ao da apuração, amparados por carta de fiança bancária de 1,5 vezes o valor do crédito.
- (b) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS oriundo de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17.(a) (ativos contingentes).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	20.097	19.098	20.097	19.098
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	4.800	6.895	26.596	28.219
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	17.992	17.743	37.092	36.896
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 17)	634	620	41.593	39.173
Passivo atuarial - plano de assistência médica aposentados (nota explicativa nº 18)	6.752	6.573	9.844	9.565
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 24)	(7.396)	(9.583)	(7.501)	(9.733)
Provisão de ICMS - ST - PR, DF, MS MT e RJ (nota explicativa nº 16)	10.087	8.247	10.087	8.247
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.403	1.992	2.548	2.137
Provisões para obrigações contratuais	2.185	1.439	3.518	2.713
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.200	1.148
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.929	6.178	6.929	6.178
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	10.602	9.681
Provisões para participação nos resultados	4.280	3.955	8.586	10.947
Ajuste de taxa de depreciação - vida útil (Regime Tributário de Transição - RTT)	1.723	1.420	(7.266)	(6.989)
Outras diferenças temporárias	<u>21.772</u>	<u>15.568</u>	<u>38.693</u>	<u>32.272</u>
	<u>92.258</u>	<u>80.145</u>	<u>202.618</u>	<u>189.552</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2012	55.952	118.148
2013	4.398	6.438
2014	5.764	47.862
2015 em diante	<u>26.144</u>	<u>30.170</u>
	<u>92.258</u>	<u>202.618</u>

Sobre as controladas da Sociedade no exterior, exceto pelas operações da Argentina e do Peru que apresentam lucro tributável, as demais controladas não apresentam créditos tributários registrados em suas informações intermediárias sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido à ausência de histórico de lucros tributáveis e projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme segue:

Diferenças temporárias totais

Prejuízos fiscais:

Argentina	9.533
Chile	82.379
México	110.771
Colômbia	73.980
França	110.678

Exceto pelas controladas na Argentina e no México, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas demais controladas não possuem prazo para serem compensados. Para tais controladas, os créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2012	3.060	-
2013	4.564	-
2014	-	11
2015	1.909	7.434
2016 em diante	<u>-</u>	<u>103.326</u>
	<u>9.533</u>	<u>110.771</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.435	208.615	223.434	229.097
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(72.908)	(70.929)	(75.968)	(77.893)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	5.293	3.936	5.293	3.936
Incentivos fiscais	927	620	1.498	1.498
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	175	2.222	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(5.156)	(9.959)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	97	87	(493)	(218)
Outras diferenças permanentes	<u>3.470</u>	<u>5.966</u>	<u>2.881</u>	<u>4.056</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(62.946)</u>	<u>(58.098)</u>	<u>(71.945)</u>	<u>(78.580)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(75.060)	(69.374)	(85.011)	(100.711)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.114	11.276	13.066	22.131
Taxa efetiva - %	29,4	27,8	32,2	34,3

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido no período é conforme segue:

Saldo em	Controladora		Saldo em	Consolidado	
	Débito/ (Crédito)	Saldo em		Débito/ (Crédito)	Saldo em
<u>12/2011</u>	<u>no resultado</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>no resultado</u>	<u>03/2012</u>
<u>80.145</u>	<u>(12.113)</u>	<u>92.258</u>	<u>189.552</u>	<u>(13.066)</u>	<u>202.618</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
ICMS - ST (nota explicativa nº 17.(a) (passivos contingentes))	83.660	80.304	83.660	80.304
ICMS - ST exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 16.(b))	98.368	88.521	98.368	88.521
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(e) e (g))	9.614	9.434	52.906	52.024
Outras obrigações tributárias com exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 17.(c))	11.071	10.955	11.071	10.955
Processos tributários sem provisão	30.237	34.373	34.154	38.254
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	9.969	9.952	11.554	11.515
Processos cíveis sem provisão	1.037	1.016	1.128	1.108
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.891	1.886	1.998	1.992
Processos trabalhistas sem provisão	6.446	5.844	7.752	6.999
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.665</u>	<u>2.653</u>	<u>4.460</u>	<u>4.167</u>
	<u>254.958</u>	<u>244.938</u>	<u>307.051</u>	<u>295.839</u>

11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Adiantamento para propaganda	105.680	111.690	107.152	112.666
Ativos destinados à venda	-	-	17.752	17.752
Seguros	888	1.829	1.206	2.464
Caixa restrito - CDB (*)	-	-	6.781	6.757
Outros	<u>15.356</u>	<u>6.371</u>	<u>33.179</u>	<u>17.079</u>
	<u>121.924</u>	<u>119.890</u>	<u>166.070</u>	<u>156.718</u>
Circulante	<u>118.424</u>	<u>115.328</u>	<u>137.587</u>	<u>126.783</u>
Não circulante	<u>3.500</u>	<u>4.562</u>	<u>28.483</u>	<u>29.935</u>

(*) Este saldo refere-se a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda desse processo é possível.

12. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	<u>1.261.864</u>	<u>1.253.721</u>

Informações e movimentação dos saldos para o trimestre findo em 31 de março de 2012

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos Espania S.L.	Total
Capital social	526.155	106.793	13.621	101.345	6.420	5.008	204.023	77.187	80.128	73	1.120.753
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	1.074.237	20.374	134	68.170	297	32.446	46.138	11.730	8.335	106	1.261.967
Participação no patrimônio líquido	1.074.129	20.372	133	68.150	297	32.443	46.133	11.729	8.335	106	1.261.827
Lucro líquido (prejuízo) do período das controladas	12.723	(753)	(1.287)	(1.251)	-	3.024	(4.073)	(4.906)	(2.966)	-	511
<u>Valor contábil dos investimentos</u>											
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.060.333	20.383	1.485	72.825	306	28.809	47.596	13.434	8.444	106	1.253.721
Resultado de equivalência patrimonial	12.723	(753)	(1.286)	(1.251)	-	3.024	(4.072)	(4.905)	(2.966)	-	514
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	742	(65)	(3.424)	(9)	(51)	2.609	247	(892)	-	(843)
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	1.073	-	-	-	-	661	-	-	-	-	1.734
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	2.953	3.749	36	6.738
Saldos em 31 de março de 2012	<u>1.074.129</u>	<u>20.372</u>	<u>134</u>	<u>68.150</u>	<u>297</u>	<u>32.443</u>	<u>46.133</u>	<u>11.729</u>	<u>8.335</u>	<u>142</u>	<u>1.261.864</u>

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.

Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França)

Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: Ybios S.A. e Natura Innovation et Technologie de Produits SAS. - França

[página intencionalmente deixada em branco]

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Controladora					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
IMOBILIZADO							
Veículos	21	38.749	(19.862)	18.887	39.010	(16.991)	22.019
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	36.930	(13.237)	23.693	35.419	(11.844)	23.575
Máquinas e equipamentos	4	116.130	(9.657)	106.473	114.844	(7.421)	107.423
Edifícios	-	56.694	-	56.694	56.694	-	56.694
Móveis e utensílios	7	11.940	(3.206)	8.734	11.633	(3.006)	8.627
Equipamentos de informática	18	44.987	(9.856)	35.131	50.867	(7.024)	43.843
Projetos em andamento	-	80.007	-	80.007	67.843	-	67.843
Adiantamentos a Fornecedores	-	428	-	428	2.191	-	2.191
		<u>385.865</u>	<u>(55.818)</u>	<u>330.047</u>	<u>378.501</u>	<u>(46.286)</u>	<u>332.215</u>
	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Controladora					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
INTANGÍVEL							
Softwares e outros	17	94.566	(21.886)	72.680	88.848	(17.356)	71.492
Créditos de carbono (c)	-	7.890	-	7.890	7.437	-	7.437
		<u>102.456</u>	<u>(21.886)</u>	<u>80.570</u>	<u>96.285</u>	<u>(17.356)</u>	<u>78.929</u>
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
IMOBILIZADO							
Máquinas e equipamentos	6	416.856	(152.190)	264.666	410.901	(145.342)	265.559
Edifícios	4	207.836	(61.917)	145.919	207.836	(60.400)	147.436
Instalações	9	133.354	(75.567)	57.787	132.919	(73.512)	59.407
Terrenos	-	27.214	-	27.214	27.214	-	27.214
Moldes	30	118.352	(91.468)	26.884	116.068	(87.966)	28.102
Veículos	21	59.869	(26.053)	33.816	59.490	(22.430)	37.060
Equipamentos de informática	19	80.785	(27.408)	53.377	76.305	(23.933)	52.372
Móveis e utensílios	11	34.094	(12.492)	21.602	32.976	(11.937)	21.039
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	52.228	(20.559)	31.669	50.599	(18.581)	32.018
Projetos em andamento	-	87.228	-	87.228	80.563	-	80.563
Adiantamentos a fornecedores	-	45.396	-	45.396	47.724	-	47.724
Outros	3	4.193	(2.226)	1.967	4.196	(2.256)	1.940
		<u>1.267.405</u>	<u>(469.880)</u>	<u>797.525</u>	<u>1.246.791</u>	<u>(446.357)</u>	<u>800.434</u>
	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		03/2012			12/2011		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
INTANGÍVEL							
Softwares	18	192.703	(41.758)	150.945	182.890	(32.676)	150.214
Créditos de carbono (c)	-	7.890	-	7.890	7.437	-	7.437
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (b)	-	5.065	-	5.065	5.074	-	5.074
Marcas e patentes	10	1.649	(1.649)	-	1.652	(1.623)	29
		<u>207.307</u>	<u>(43.407)</u>	<u>163.900</u>	<u>197.053</u>	<u>(34.299)</u>	<u>162.754</u>

(a) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

- (b) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial em que esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de tratar-se de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.
- (c) Programa Carbono Neutro (nota explicativa nº 2.11.3) das demonstrações anuais divulgadas em 15 de fevereiro de 2012.

Informações adicionais sobre o imobilizado e intangível:

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Veículos	100	100
Equipamentos de informática	491	1.077
Máquinas e equipamentos	<u>3</u>	<u>3</u>
Total	<u>594</u>	<u>1.180</u>

b) Arrendamentos mercantis (leasing)

A Sociedade efetuou no exercício de 2011 operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$56.694, na rubrica “Edifícios” e uma operação de ‘sale leaseback’ no valor de R\$24.537, na rubrica “Máquinas e equipamentos”. Em 31 de março de 2012, o saldo a pagar dessas operações, classificado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 14), totaliza R\$77.839 (R\$79.673 em 31 de dezembro de 2011).

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Edifícios	<u>1.473</u>	<u>1.479</u>

Mutações do imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Saldos no início do trimestre/exercício	332.215	92.175	800.434	560.467
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	1.287	28.373	5.823	45.037
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	3.574	114.902	7.911	165.726
Veículos	989	15.069	2.298	21.031
Moldes	-	-	2.259	15.344
Instalações	-	-	564	6.112
Equipamentos de informática	451	40.611	824	11.377
Móveis e utensílios	405	4.176	1.095	5.679
Outras	<u>1.412</u>	<u>4.777</u>	<u>1.503</u>	<u>5.524</u>
	8.118	207.908	22.277	275.830
Leasing	-	56.694	-	56.694
Depreciação	(9.774)	(20.814)	(24.459)	(84.108)
Transferências e baixas líquidas	<u>(512)</u>	<u>(3.748)</u>	<u>(727)</u>	<u>(8.449)</u>
Saldos no fim do trimestre/exercício	<u>330.047</u>	<u>332.215</u>	<u>797.525</u>	<u>800.434</u>

Mutações do intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Saldos no início do trimestre/exercício	78.929	18.586	162.754	120.073
Adições:				
Softwares (inclui gastos com implementação)	6.319	64.993	10.339	66.402
Créditos de carbono	<u>452</u>	<u>4.135</u>	<u>452</u>	<u>4.135</u>
	6.771	69.128	10.791	70.537
Transferências e baixas líquidas	(920)	(2.034)	(614)	(2.043)
Amortização	<u>(4.210)</u>	<u>(6.751)</u>	<u>(9.031)</u>	<u>(25.813)</u>
Saldos no fim do trimestre/exercício	<u>80.570</u>	<u>78.929</u>	<u>163.900</u>	<u>162.754</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Referência
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011	
<u>Moeda local</u>					
BNDES - EXIM	-	-	64.316	67.607	A
Financiadora de Estudos e Projetos					
FINEP	-	-	24.036	27.106	B
Debêntures	362.598	353.256	362.598	353.256	C
BNDES	20.214	21.708	135.922	141.689	D
Capital de giro	-	48.613	-	48.613	E
BNDES - FINAME	-	-	7.027	7.336	F
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	2.370	2.697	G
Arrendamentos mercantis - financeiros	56.223	56.729	56.223	56.729	H
FINEP subvenção	-	-	839	289	I
Total em moeda local	<u>439.035</u>	<u>480.306</u>	<u>653.331</u>	<u>705.322</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>					
BNDES	4.188	4.486	9.975	10.713	J
Resolução nº 4.131/62	403.846	411.237	403.846	411.237	K
Operação internacional - Peru	-	-	35.305	36.483	L
Arrendamentos mercantis - financeiros	<u>21.616</u>	<u>22.944</u>	<u>21.616</u>	<u>22.944</u>	M
Total em moeda estrangeira	<u>429.650</u>	<u>438.667</u>	<u>470.742</u>	<u>481.377</u>	
Total geral	<u>868.685</u>	<u>918.973</u>	<u>1.124.073</u>	<u>1.186.699</u>	
Circulante	<u>27.451</u>	<u>66.424</u>	<u>136.781</u>	<u>168.962</u>	
Não circulante	<u>841.234</u>	<u>852.549</u>	<u>987.292</u>	<u>1.017.737</u>	

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Março de 2014	Juros de 2,5% a.a. + TJLP	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	TJLP para a parcela com vencimento em 2013 e 5% e para parcela com vencimento em maio de 2019	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Janeiro de 2018	TJLP + juros de 0,7% a 2,8% a.a. para a parcela com vencimento em março de 2016 e 2,3% para a parcela com vencimento em 2018.	Carta de fiança bancária
E	Real	Janeiro de 2012	105,5% do CDI a.a. + IOF (b)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Setembro de 2016	Juros de 4,5% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
G	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Até agosto de 2026	Juros de 108,0% da taxa DI - CETIP (c)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
I	Real	Dezembro de 2012	Não há	Não há
J	Dólar	Janeiro de 2018	Variação cambial + 1,8% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
K	Dólar	Outubro de 2013	Variação cambial + juros de 1,87% a 3,89% a.a. (a)	Aval da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
L	Novo sol	Dezembro de 2012	Juros de 5,2% a.a.	Carta de fiança bancária
M	Dólar	Dezembro de 2016	Variação cambial + juros de 3,87% a.a. (a)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos

- (a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.
(b) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.
(c) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

[página intencionalmente deixada em branco]

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
2013	761.106	771.468	810.815	840.496
2014	10.947	11.067	48.063	48.132
2015	8.252	8.364	38.352	38.413
2016 em diante	<u>60.929</u>	<u>61.650</u>	<u>90.062</u>	<u>90.696</u>
	<u>841.234</u>	<u>852.549</u>	<u>987.292</u>	<u>1.017.737</u>

Os contratos de empréstimos bancários vigentes são como segue:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Programas BNDES - EXIM: Pré-embarque e Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP e implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapecerica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior por meio da Lei nº 4.131/62 por intermédio de instituições financeiras.

6. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	12.231	12.633
Mais de um ano e menos de cinco anos	52.650	54.102
Mais de cinco anos	<u>76.779</u>	<u>78.800</u>
	141.660	145.535
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(63.831)</u>	<u>(65.862)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>77.839</u>	<u>79.673</u>
Saldo contábil dos ativos imobilizados leasing e 'sale leaseback'	<u>79.768</u>	<u>80.378</u>

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas.

O contrato firmado com o BNDES em julho de 2011 apresenta cláusulas restritivas que estabelecem os seguintes indicadores financeiros:

- Margem EBITDA igual ou superior a 15%; e
- Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

Em 31 de março de 2012, a Sociedade cumpria integralmente todas essas cláusulas restritivas.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Fornecedores nacionais	94.802	133.762	411.230	435.328
Fornecedores estrangeiros (*)	8.649	15.043	11.356	18.765
Fretes a pagar	<u>43.763</u>	<u>34.512</u>	<u>43.820</u>	<u>34.887</u>
	<u>147.214</u>	<u>183.317</u>	<u>466.406</u>	<u>488.980</u>

(*) Referem-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
PIS e COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.866	1.823	122.333	115.214
ICMS ordinário a pagar	41.738	59.894	85.019	81.687
ICMS - ST a pagar (b)	100.943	89.301	100.943	89.301
IRPJ e CSLL a pagar	96.207	127.458	111.378	150.639
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	63.305	56.941	63.305	56.941
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	2.710	2.656	6.158	6.029
IRRF	6.060	7.621	9.883	11.974
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	43.130	42.432
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	6.494	6.361	6.656	6.519
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (f)	3.120	3.073	3.120	3.073
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte a recolher	4.122	2.490	4.699	3.324
PIS e COFINS a pagar	-	-	-	1.110
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	19.350	17.888
ISS a pagar	<u>581</u>	<u>364</u>	<u>1.325</u>	<u>1.214</u>
	<u>327.146</u>	<u>357.982</u>	<u>577.299</u>	<u>587.345</u>
Depósitos judiciais ((b) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(107.982)</u>	<u>(97.955)</u>	<u>(151.274)</u>	<u>(140.545)</u>
Circulante	<u>219.164</u>	<u>260.027</u>	<u>426.025</u>	<u>446.800</u>
Não circulante	<u>107.982</u>	<u>97.955</u>	<u>151.274</u>	<u>140.545</u>

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 31 de março de 2012 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e março de 2012, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$3.122, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 31 de março de 2012, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$13.377, R\$56.983, R\$27.716, R\$292 e R\$2.575 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, respectivamente (R\$12.669, R\$52.305, R\$23.274, R\$273 e R\$780 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17.(a) (passivos contingentes - risco de perda possível). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.

Em 26 de novembro de 2011, a Sociedade formalizou um acordo, para aplicação prospectiva a essa data, com o Estado do Paraná para definir a Margem de Valor Agregado “MVA” aplicável no cálculo do ICMS - ST devido nas operações dos(as) Consultores(as) Natura.

Para tanto, a Sociedade reconheceu a aplicação da MVA (no limite determinado pelo estudo técnico) para os fatos geradores anteriores a novembro de 2011 e desistiu parcialmente das ações judiciais que discutem o tema, o que resultou: (i) na conversão em renda ao Estado do Paraná de R\$114.345 a título de ICMS - ST; e (ii) no levantamento de R\$16.930 depositados a maior em razão de prorrogação retroativa de benefício fiscal.

Remanesce a discussão sobre a MVA aplicável aos fatos geradores anteriores a novembro de 2011 que está na fase final da perícia judicial.

- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.
- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de março de 2012 é de R\$43.130 (R\$42.432 em 31 de dezembro de 2011). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, no tocante à discussão dos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09” a seguir). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes. Ato contínuo, em dezembro de 2011, a controlada protocolou petição desistindo também da discussão em relação aos créditos sobre os produtos isentos, os quais se encontram depositados judicialmente, tendo em vista a classificação de risco para perda provável. Assim, aguarda-se a conversão em renda dos valores depositados judicialmente.

- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ, CSLL e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação, aguardando-se o trânsito em julgado da ação.
- (f) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da Súmula Vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010, foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	3.073	-	-	-	47	3.120
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	<u>6.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133</u>	<u>6.494</u>
	<u>9.434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180</u>	<u>9.614</u>

	Consolidado					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	3.073	-	-	-	47	3.120
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	<u>6.519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137</u>	<u>6.656</u>
	<u>9.592</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>184</u>	<u>9.776</u>

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (g) desta mesma nota.

(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, a Sociedade não se compensará destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a sua quitação, por meio de conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Em 31 de março de 2012, a Sociedade aguarda o posicionamento do Poder Judiciário, após manifestação da PGFN e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Tributários	28.256	27.612	34.577	33.850
Cíveis	11.868	12.234	15.654	16.986
Trabalhistas	<u>10.028</u>	<u>9.754</u>	<u>15.195</u>	<u>14.121</u>
	<u>50.152</u>	<u>49.600</u>	<u>65.426</u>	<u>64.957</u>

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora					03/2012
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	794	-	-	-	11	805
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	-	-	75	7.960
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	-	-	-	22	4.990
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	40	3.554
Honorários advocatícios e outros (f)	<u>10.451</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	-	<u>87</u>	<u>10.947</u>
Risco tributário total provisionado	<u>27.612</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	-	<u>235</u>	<u>28.256</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(9.952)</u>	-	-	-	<u>(17)</u>	<u>(9.969)</u>

	Consolidado				Atualização	
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>monetária</u>	<u>03/2012</u>
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	865	-	-	-	11	876
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	-	-	75	7.960
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	-	-	-	22	4.990
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	40	3.554
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (e)	2.320	-	-	-	31	2.351
Honorários advocatícios e outros (f)	<u>14.298</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>14.846</u>
Risco tributário total provisionado	<u>33.850</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>318</u>	<u>34.577</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(11.515)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(11.554)</u>

- (a) Referem-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.
- (b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.985 (R\$5.905 em 31 de dezembro de 2011), está depositada judicialmente. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso, que será decidido por meio de Repercussão Geral.
- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 1999, 2001 e 2002, respectivamente. Os autos de infração relativos aos períodos-base 2001 e 2002 aguardam decisão definitiva do Conselho de Contribuinte. A opinião dos assessores legais é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.
- O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativo à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos assessores legais é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.
- (d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.
- (e) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.
- (f) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado: (i) R\$4.409 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de setembro de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; e (ii) R\$700 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na Autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS - ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	6.787	1.842	(371)	(1.412)	40	6.886
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	-	-	-	22	1.557
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3.912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3.425</u>
Risco cível total provisionado	<u>12.234</u>	<u>1.842</u>	<u>(1.052)</u>	<u>(1.412)</u>	<u>256</u>	<u>11.868</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.886)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(1.891)</u>

	Consolidado					03/2012
	12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	7.723	1.901	(383)	(1.466)	53	7.828
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	-	-	-	22	1.557
Honorários - processos IBAMA e Biodiversidade (c)	3.816	195	(1.209)	-	42	2.844
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3.912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3.425</u>
Risco cível total provisionado	<u>16.986</u>	<u>2.096</u>	<u>(2.273)</u>	<u>(1.466)</u>	<u>311</u>	<u>15.654</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa 10)	<u>(1.992)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.998)</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 31 de março 2011, são partes em 2.491 ações e procedimentos cíveis (2.491 em 31 de dezembro de 2011), entre os quais 2.490 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Do total provisionado, o montante de R\$1.210 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. Na opinião dos assessores legais a probabilidade de perda é remota.

- (c) Referem-se aos honorários advocatícios para defesa administrativa nos autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra a Sociedade em 2010 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado, bem como para a adoção das medidas judiciais consideradas pertinentes pelos assessores legais da Sociedade. A Sociedade recebeu até março de 2012, 70 multas do IBAMA, no total de R\$21.955 e apresentou defesa administrativa para todas mas ainda não houve decisão de mérito do IBAMA em nenhum caso, razão pela qual tais multas não representam créditos exigíveis. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica - CDB, tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União, que se recusa a negociar, porque não estabeleceu até hoje os Comitês de Negociação. A Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao órgão regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 31 de março de 2012, são partes em 744 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (827 em 31 de dezembro de 2011), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>03/2012</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>9.754</u>	<u>16</u>	<u>---</u>	<u>258</u>	<u>10.028</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.653)</u>	<u>-</u>	<u>---</u>	<u>(12)</u>	<u>(2.665)</u>
	Consolidado				
	<u>12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>03/2012</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>14.121</u>	<u>531</u>	<u>(209)</u>	<u>752</u>	<u>15.195</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(4.167)</u>	<u>-</u>	<u>---</u>	<u>(293)</u>	<u>(4.460)</u>

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	83.660	80.304	83.660	80.304
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.412	5.357	5.412	5.357
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.967	4.910	4.967	4.910
Auto de infração - IPI (d)	5.514	5.451	5.514	5.451
Processo administrativo - auto de infração - ICMS - ST - DF (e)	8.899	8.815	8.899	8.815
Processo administrativo - auto de infração - ICMS - ST - PA (e)	3.940	3.423	3.940	3.423
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	9.066	9.066	9.066	9.066
Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (g)	30.410	30.184	30.410	30.184
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (h)	-	-	9.837	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (i)	1.874	1.856	1.874	1.856
Outras	<u>41.429</u>	<u>36.837</u>	<u>58.718</u>	<u>43.828</u>
	<u>195.171</u>	<u>186.203</u>	<u>222.297</u>	<u>203.031</u>
Cíveis	3.680	2.953	3.851	3.076
Trabalhistas	<u>42.397</u>	<u>42.792</u>	<u>70.730</u>	<u>73.856</u>
	<u>241.248</u>	<u>231.948</u>	<u>296.878</u>	<u>279.963</u>

(a) Em 31 de março de 2012, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R\$50.285 (R\$49.962 em 31 de dezembro de 2011) - Ação movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST, de forma ilegal, promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
2. ICMS - ST - DF - R\$17.843 (R\$15.401 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
3. ICMS - ST - MS - R\$10.079 (R\$9.734 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2010 a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
4. ICMS - ST - MT - R\$3.481 (R\$3.410 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de outubro de 2009 a julho de 2011, está integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.

5. ICMS - ST - SC – R\$1.972 (R\$1.797 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado de Santa Catarina que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de julho e agosto de 2011 e fevereiro a março de 2012, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do recurso voluntário interposto pela Sociedade.
- (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado, com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
- (d) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.
- (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal e do Pará, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença exigida a título de ICMS - ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (f) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta desse imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.
- (g) Autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Foram apresentadas defesas administrativas, as quais aguardam seu julgamento definitivo.
- (h) Autuação lavrada pela SeFaz, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
- (i) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de março de 2012, totalizavam R\$22.169 (R\$21.935 em 31 de dezembro de 2011). Durante o primeiro trimestre de 2011, foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação desses créditos tributários: (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos; e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência, a Sociedade reconheceu em 2011 os créditos de PIS e COFINS no montante de R\$16.852 na rubrica “Impostos a recuperar” referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, a crédito do resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

A Sociedade e sua controlada apresentaram recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e ao STF, a fim de obter o reconhecimento do direito à compensação dos respectivos tributos recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores à data de propositura de ambas as ações, bem como, no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., o direito de compensar esses créditos com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. A Sociedade já apresentou e aguarda a habilitação dos respectivos créditos reconhecidos para efetiva compensação destes com débitos referentes a tributos e contribuições federais.

- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 31 de março de 2012, totalizavam R\$157.315 (R\$135.305 em 31 de dezembro de 2011). A opinião dos assessores legais é que a probabilidade de perda é possível.

18. OUTRAS PROVISÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Plano de assistência médica aposentados	19.860	19.332	28.953	28.132
Crédito de carbono	18.058	16.486	18.058	16.486
Outras provisões	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>193</u>	<u>191</u>
	<u>37.918</u>	<u>35.818</u>	<u>47.204</u>	<u>44.809</u>

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 31 de março de 2012, o plano contava com 1.073 e 2.144 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 31 de março de 2012, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$19.860 e R\$28.953 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$19.332 e R\$28.132, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Durante o período os reflexos desse plano no resultado estão relacionados ao custo do serviço no valor de R\$181 e custo dos juros no valor de R\$347.

O passivo demonstrado foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	<u>Percentual anual</u> <u>(em termos nominais)</u> <u>2011</u>
Taxa de desconto financeiro	10,5
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP2000

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital da Sociedade era R\$427.073.

No primeiro trimestre de 2012, não houve alteração no capital social, sua composição é de 431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 441.310.125 (quatrocentas e quarenta e um milhões, trezentas e dez mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.
-

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 não houve declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Administração da Sociedade.

Em 18 de abril de 2012 foram pagos dividendos no valor total de R\$467.324 (R\$ 1,09117684 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$23.627 (R\$ 0,05516776 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2012, referente ao lucro líquido do exercício de 2011, que somados aos R\$295.302 de dividendos e R\$37.506 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2011 correspondem a uma distribuição de aproximadamente 99% do lucro líquido auferido no exercício de 2011.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	830.901
Reserva para incentivos fiscais - subvenção para investimentos	<u>(3.677)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos	827.224
Dividendos mínimos obrigatórios	30%
 Dividendo anual mínimo	 248.167
 Dividendos propostos	 762.626
Juros sobre o capital próprio	61.133
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	<u>(9.170)</u>
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	<u>814.589</u>
 Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	 <u>566.356</u>
 Dividendos por ação - R\$	 1,7760
Juros sobre o capital próprio por ação, líquidos - R\$	<u>0,1208</u>
Remuneração total por ação, líquida - R\$	<u>1,8968</u>

Em virtude da aprovação dos dividendos e juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2012, estes foram registrados como passivo circulante em 31 de março de 2012.

c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu durante o exercício 3.066.300 de ações ordinárias, ao preço médio de R\$34,06, para atender ao exercício das opções outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade, assim como aos administradores e colaboradores das controladas diretas ou indiretas. Adicionalmente às aquisições de ações no exercício, foram utilizadas nos exercícios de opções um total de R\$895 a um custo médio unitário de R\$32,92.

Em 31 de março de 2012, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

	03/2012		Preço médio por ação - R\$
	Quantidade de ações	R\$ (em milhares)	
Saldo no início do exercício	3.021.757	102.849	34,04
Utilizadas	<u>(478.897)</u>	<u>(15.803)</u>	<u>33,00</u>
Saldo no fim do trimestre	<u>2.542.860</u>	<u>87.046</u>	<u>34,23</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2011, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$3.530 (R\$23.421 de constituição em 31 de dezembro de 2010). A retenção da reserva referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 15 de fevereiro de 2012 e ratificado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2012.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

20. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil (“Operação Brasil”), América Latina (“LATAM”) e demais países (“Outros”). Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (a) Argentina, Chile e Peru (“Operações em Consolidação”); e (b) México e Colômbia (“Operações em Implementação”). Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares por meio da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma em 2012:

- Operação Brasil: 89,5%
- Operações em Consolidação: 6,7%
- Operações em Implementação: 3,5%
- Outros: 0,3%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgadas em 15 de fevereiro de 2012, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Sociedade para 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações contábeis, bem como com as políticas contábeis aplicadas.

Contas de resultado

	03/2012				
	Receita líquida	Lucro líquido	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Imposto de renda
Brasil	1.140.978	166.692	(31.519)	(16.406)	(71.768)
Argentina, Chile e Peru	86.091	(3.291)	(1.299)	303	(143)
México e Colômbia	44.732	(8.979)	(567)	887	(34)
Outros (*)	<u>4.035</u>	<u>(2.933)</u>	<u>(105)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>1.275.836</u>	<u>151.489</u>	<u>(33.490)</u>	<u>(15.216)</u>	<u>(71.945)</u>

03/2011

	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	1.052.611	181.470	(23.091)	(9.835)	(77.357)
Argentina, Chile e Peru	60.143	(10.390)	(977)	(94)	(1.202)
México e Colômbia	29.739	(16.730)	(561)	(267)	(21)
Outros (*)	<u>3.353</u>	<u>(3.833)</u>	<u>(136)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>1.145.846</u>	<u>150.517</u>	<u>(24.765)</u>	<u>(10.196)</u>	<u>(78.580)</u>

Contas patrimoniais

	03/2012			12/2011		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>
Brasil	1.555.504	3.554.947	1.580.129	1.535.676	3.482.649	1.142.356
Argentina, Chile e Peru	24.720	187.283	61.201	25.282	187.016	90.915
México, Venezuela e Colômbia	12.857	102.169	43.995	11.857	96.070	34.730
Outros (*)	<u>16.509</u>	<u>27.346</u>	<u>7.119</u>	<u>16.938</u>	<u>27.277</u>	<u>6.718</u>
Consolidado	<u>1.609.590</u>	<u>3.871.745</u>	<u>1.692.444</u>	<u>1.589.753</u>	<u>3.793.012</u>	<u>1.274.719</u>

(*) Inclui operações da França e Corporativo LATAM

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelos(as) Consultores(as) Natura denominada “Cosméticos”. Dessa forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Receita bruta:				
Mercado interno	1.539.183	1.438.230	1.539.183	1.438.251
Mercado externo	-	-	172.489	117.402
Outras vendas	-	-	400	388
	<u>1.539.183</u>	<u>1.438.230</u>	<u>1.712.072</u>	<u>1.556.041</u>
Devoluções e cancelamentos	(4.954)	(2.115)	(6.030)	(2.115)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(228.222)</u>	<u>(208.851)</u>	<u>(430.206)</u>	<u>(408.080)</u>
Receita líquida	<u>1.306.007</u>	<u>1.227.264</u>	<u>1.275.836</u>	<u>1.145.846</u>

22. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

- a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Custo dos produtos vendidos	508.632	514.836	365.331	343.222
Despesas com vendas	360.669	331.061	488.270	422.914
Despesas gerais e administrativas	205.540	177.122	177.544	150.993
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	<u>3.978</u>	<u>3.222</u>	<u>3.978</u>	<u>3.222</u>
Total	<u>1.078.819</u>	<u>1.026.241</u>	<u>1.035.123</u>	<u>920.351</u>

- b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	508.632	514.836	289.651	274.715
Despesas com marketing	252.151	200.552	263.922	214.278
Despesas com frete	60.150	56.908	64.966	62.413
Despesas com prestação de serviços	22.613	13.502	30.769	34.368
Benefícios pagos a colaboradores e administradores (nota explicativa nº 23)	86.186	60.877	159.547	142.120
Depreciação e amortização	13.984	5.150	33.490	24.765
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	3.978	3.222	3.978	3.222
Outras despesas	23.626	861	188.800	164.470
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	54.756	112.265	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	<u>52.743</u>	<u>58.068</u>	-	-
Total	<u>1.078.819</u>	<u>1.026.241</u>	<u>1.035.123</u>	<u>920.351</u>

23. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Salários e bonificações	65.183	45.697	119.846	107.636
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.2)	790	588	1.231	1.035
Ganho de executivos	1.684	875	3.419	1.834
Impostos e contribuições sociais	<u>18.529</u>	<u>13.717</u>	<u>35.051</u>	<u>31.615</u>
	<u>86.186</u>	<u>60.877</u>	<u>159.547</u>	<u>142.120</u>

23.1. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	03/2012		12/2011	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do trimestre/exercício	32,84	7.363	28,10	6.839
Concedidas	-	-	42,39	1.492
Canceladas	37,27	(119)	29,35	(563)
Exercidas	<u>30,89</u>	<u>(477)</u>	<u>25,33</u>	<u>(405)</u>
Saldo no fim do trimestre/exercício	<u>33,43</u>	<u>6.767</u>	<u>32,84</u>	<u>7.363</u>

Das 6.765 mil opções existentes em 31 de março de 2012 (7.363 mil opções em 31 de dezembro de 2011), 753 mil opções (1.214 mil opções em 31 de dezembro de 2011) são exercíveis. As opções exercidas em 2012 não resultaram na emissão de ações (405 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e sim na utilização de 479 mil ações do saldo de ações em tesouraria (45 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$1.684 e R\$3.419 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$875 e R\$1.874, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de março de 2011).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 31 de março de 2012

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
24 de abril de 2007	30,70	359.681	1,08	359.681
22 de abril de 2008	23,84	787.141	2,09	393.571
22 de abril de 2009	26,00	2.249.793	5,13	-
19 de março de 2010	38,15	1.899.914	6,05	-
21 de março de 2011	44,52	<u>1.470.940</u>	7,06	-
		<u>6.767.469</u>		<u>753.252</u>

Em 31 de dezembro de 2011

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
29 de março de 2006	31,97	319.317	0,21	319.317
24 de abril de 2007	30,24	470.274	1,33	470.274
22 de abril de 2008	23,48	848.250	2,34	424.125
22 de abril de 2009	25,61	2.249.793	5,39	-
19 de março de 2010	37,58	2.004.244	6,31	-
21 de março de 2011	43,85	<u>1.470.940</u>	7,31	-
		<u>7.362.818</u>		<u>1.213.716</u>

Em 31 de março de 2012, o preço de mercado era de R\$39,70 (R\$36,26 em 31 de dezembro de 2011) por ação.

As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga com base na norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de março de 2012 era de R\$33,44.

23.2. Plano de previdência complementar

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido na forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 31 de março de 2012, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$790 na controladora e R\$1.231 no consolidado, no trimestre findo em 31 de março de 2012 (R\$588 na controladora e R\$1.035 no consolidado em 31 de março de 2011), as quais foram registradas como despesa do período.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	4.970	8.705	10.980	19.304
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	10.032	4.595	11.395	5.318
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	7.839	273	7.819	452
Outras receitas financeiras	<u>4.150</u>	<u>3.117</u>	<u>4.979</u>	<u>6.346</u>
	<u>26.991</u>	<u>16.690</u>	<u>35.173</u>	<u>31.420</u>
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(15.798)	(12.131)	(20.537)	(16.771)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	-	(17)	(464)	(1.372)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(24.474)	(5.864)	(24.623)	(8.354)
Ganhos (perdas) no ajuste a valor de mercado de derivativos “swap” e “forward”	4.885	(132)	4.864	(532)
Outras despesas financeiras	<u>(5.860)</u>	<u>(8.666)</u>	<u>(9.628)</u>	<u>(14.587)</u>
	<u>(41.247)</u>	<u>(26.810)</u>	<u>(50.388)</u>	<u>(41.616)</u>
Receitas (despesas) financeiras	<u>(14.256)</u>	<u>(10.120)</u>	<u>(15.215)</u>	<u>(10.196)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	11.395	5.318
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(464)</u>	<u>(1.372)</u>
	<u>10.931</u>	<u>3.946</u>
(a) Abertura		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	9.861	5.200
Variações monetárias dos financiamentos	(2)	(19)
Variações cambiais das importações	344	119
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	1.190	(362)
Varição cambial dos recebíveis de exportação	<u>(462)</u>	<u>(992)</u>
	<u>10.931</u>	<u>3.946</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Resultado na venda de imobilizado	439	409	391	596
Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	-	11.887	-	16.852
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>550</u>	<u>(1.119)</u>	<u>(2.455)</u>	<u>(3.650)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>989</u>	<u>11.177</u>	<u>(2.064)</u>	<u>13.798</u>

(*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 17 (a) (ativos contingentes).

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	151.489	150.517
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>431.239.264</u>	<u>430.916.942</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(2.891.440)</u>	<u>(655)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>428.347.824</u>	<u>430.916.287</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,3537</u>	<u>0,3493</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	151.489	150.517
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>428.347.824</u>	<u>430.916.287</u>
Ajuste por opções de compra de ações	<u>1.091.357</u>	<u>1.718.877</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<u>429.439.181</u>	<u>432.635.164</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,3528</u>	<u>0,3479</u>

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	8.612	12.531
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	21.102	20.809
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	<u>1.876</u>	<u>4.568</u>
	<u>31.590</u>	<u>37.908</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	177.310	163.146
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	111.284	114.737
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>19.265</u>	<u>15.141</u>
	<u>307.859</u>	<u>293.024</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>491.168</u>	<u>217</u>

Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda.	1.873	1.739	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	1.085	1.008
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	436	405
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>352</u>	<u>326</u>
	<u>1.873</u>	<u>1.739</u>	<u>1.873</u>	<u>1.739</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>805.558</u>	<u>890.513</u>	<u>805.558</u>	<u>890.513</u>

- (a) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (b) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.
- (c) Valores a pagar pela compra de produtos.
- (d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).
- (e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).
- (f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (h) Prestação de serviços de pesquisas e testes “in vitro”.
- (i) Locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapeverica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram os resultados do trimestre e exercício findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada por meio de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas para partes não relacionadas totalizaram R\$1.847 no trimestre findo em 31 de março de 2012 (R\$846 em 31 de março de 2011).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 14, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Sociedade está assim composta:

	03/2012			03/2011		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	938	391	1.329	698	289	987
Diretores estatutários	<u>1.607</u>	<u>1.042</u>	<u>2.649</u>	<u>1.330</u>	<u>905</u>	<u>2.235</u>
	<u>2.545</u>	<u>1.433</u>	<u>3.978</u>	<u>2.028</u>	<u>1.194</u>	<u>3.222</u>
Diretores não estatutários	<u>6.849</u>	<u>3.637</u>	<u>10.486</u>	<u>7.635</u>	<u>5.547</u>	<u>13.182</u>

(*) Refere-se à participação nos resultados a serem apurados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

27.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	03/2012		03/2011	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.607.390</u>	<u>33,43</u>	<u>1.692.247</u>	<u>31,62</u>
Diretores não estatutários	<u>2.886.030</u>	<u>33,43</u>	<u>3.581.255</u>	<u>31,62</u>

- (a) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“nonvested”), não exercidas, nas datas dos balanços.
- (b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

28.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 31 de março de 2012, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados por meio das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, são:

	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Menos de um ano	2.988	3.983
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>9.842</u>	<u>9.842</u>
	<u>12.830</u>	<u>13.825</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as “Casas Natura” no Brasil e no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra no respectivo término, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em média de dois anos.

Em 31 de março de 2012, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	913	4.508
2013	1.119	4.940
2014 em diante	<u>2.687</u>	<u>6.618</u>
	<u>4.719</u>	<u>16.066</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de março de 2012, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	916.659
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.126 veículos	52.552
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.615.685

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade emitiu notas promissórias comerciais, no valor total de R\$400.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$2.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 13 de abril de 2012 e subscritas e integralizadas em 13 de abril de 2012, com pagamento de juros mensais, com vencimento de principal em 10 de outubro de 2012. Estas notas promissórias serão remuneradas em 103,75% do CDI.

31. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes informações intermediárias individuais e consolidadas da Sociedade foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de abril de 2012.

São Paulo, 25 de abril de 2012 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBOVESPA: NATU3) anuncia hoje os resultados do primeiro trimestre de 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em **base consolidada**, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

INTRODUÇÃO

Neste primeiro trimestre de 2012 a receita líquida consolidada da Natura foi de R\$ 1.275,8 milhões, com crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2011. O EBITDA alcançou R\$ 272,1 milhões (evolução de 3,0% em relação ao 1T11) com uma margem de 21,3%. O lucro líquido foi de R\$ 151,5 milhões e a margem líquida de 11,9%.

Na operação Brasil a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 1.140,2 milhões, evolução de 8,3%. A margem EBITDA atingiu 25,0% em 2012, versus uma margem de 27,3% no 1T11. Excluindo os efeitos não-recorrentes, a margem EBITDA no 1T12 teria sido de 25,1% e no 1T11 de 25,9%.

Nas operações internacionais, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 135,6 milhões, evolução de 39,2% em moeda local ponderada. O EBITDA¹ do trimestre mostrou um prejuízo de R\$ 12,7 milhões, versus um prejuízo de R\$ 23,5 milhões no mesmo período de 2011.

Destaques do 1º trimestre:

- ✓ No Brasil, ao longo do 1T12 recuperamos gradativamente nosso nível de serviços e ganhamos eficiência comercial e mercadológica, comprometidos no 2S11 pela implementação simultânea de projetos estruturantes que causaram instabilidades em nossa operação. Neste momento já superamos os desequilíbrios operacionais de 2011.
- ✓ Ainda no Brasil, o crescimento da receita líquida de 8,3% foi superior ao crescimento alcançado no 2S11, que foi de 5,5% no 3T11 e de 4,4% no 4T11.
- ✓ Nossa base total de consultoras alcançou 1.435 mil, crescimento de 16,6% em relação ao mesmo período de 2011. No Brasil, encerramos o primeiro trimestre com 1.179 mil

¹ Considera EBITDA pro forma

consultoras, expansão de 14,1%. Nas operações internacionais, totalizamos 256 mil consultoras, com crescimento de 29,8%.

- ✓ O índice de inovação foi de 67,0% no trimestre (62,6% em 1T11), mantendo o patamar dos últimos anos. Neste trimestre investimos 3,0% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento (2,8% no 1T11).
- ✓ As operações internacionais apresentaram resultados de destaque e já representam 10,6% da receita líquida consolidada (8,1% no 1T11). As operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru) apresentaram crescimento de 35,8% na receita líquida em moeda local ponderada no primeiro trimestre 2012. O EBITDA foi positivo em R\$ 8,2 milhões, margem EBITDA de 9,5% (R\$ 1,3 milhão em 2011 e margem EBITDA de 2,2%). Nas operações em implantação (México e Colômbia), a receita apresentou crescimento de 46,2% no trimestre, também em moeda local ponderada.
- ✓ Ainda nas operações internacionais, seguimos com a consolidação do modelo CNO no Chile, na Colômbia e no Peru, e da Rede de Relações Sustentáveis no México. Adicionalmente, avançamos com produção local na Argentina, na Colômbia e no México.

Mercado de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Segundo dados divulgados pela Sipatesp/Abihpec² nosso mercado alvo no Brasil cresceu 8,2% em 2011. O market share da Natura no período foi de 23,5%, uma queda de 60 pontos base versus 2010. No quadro a seguir apresentamos a evolução do mercado e a participação da Natura nos segmentos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC).

	Tamanho Mercado R\$ MM	Variação %		Market Share Natura			Variação pp	
		2011	11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10
Cosméticos e Fragrâncias	10.444	7,6%	16,8%	34,0%	34,9%	33,7%	(0,9)	1,2
Higiene Pessoal	10.655	8,8%	9,7%	13,2%	13,3%	12,9%	(0,1)	0,5
Total	21.098	8,2%	13,1%	23,5%	24,1%	22,9%	(0,6)	1,2

Fonte: SIPATESP

² Sipatesp/Abihpec: Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador no Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Segundo dados divulgados recentemente para o ano de 2011 pela Consultoria Euromonitor, pelo sétimo ano consecutivo mantivemos no Brasil a liderança no mercado total de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Já nas outras Operações da América Latina ampliamos nossa participação em 50 pontos base, alcançando 2,2% de Market Share.

	Tamanho Mercado US\$ MM	Variação %		Market Share Natura			Variação pp	
		2011	11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10
Operação Brasil	43.029	8,8%	14,0%	14,5%	14,8%	14,3%	(0,3)	0,6
Operações em Consolidação	8.871	16,2%	14,2%	4,0%	3,4%	3,0%	0,6	0,4
Operações em Implantação	13.821	6,8%	6,9%	1,0%	0,7%	0,4%	0,3	0,3
Total	65.720	9,3%	12,4%	10,3%	10,3%	9,7%	(0,1)	0,6

Fonte: Euromonitor

Obs.

- i. Euromonitor considera mercado total de cosméticos, perfumes e higiene pessoal a preços de varejo
- ii. Vendas em dólares constantes de 2011
- iii. Valor do mercado e Market Share de 2010 e 2009 foram revisados
- iv. Operações em Consolidação: Argentina, Chile e Peru
- v. Operações em Implantação: México e Colômbia

Perspectivas

Consolidado como terceiro maior mercado de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos do mundo, o Brasil continua a oferecer condições para a expansão do setor a taxas superiores às da indústria global. Os investimentos que já realizamos nos últimos anos e que intensificaremos em 2012 representam um consistente movimento que prepara a Natura para capturar as oportunidades desta década no Brasil e em nossas Operações Internacionais.

Superadas as dificuldades operacionais de 2011, os investimentos em infraestrutura de logística, manufatura e TI nos colocam em um patamar que nos permite oferecer um nível de serviços de excelência às consultoras, consultores e consumidores finais, ampliando os diferenciais competitivos de nossa marca.

Dessa forma, nossas 1,2 milhão de consultoras e consultores no Brasil poderão aprofundar o relacionamento com os cerca de 100 milhões de consumidores. Pretendemos, assim,

concretizar a evolução em nossa estratégia, que passa a priorizar a produtividade do canal de vendas, com o aumento da frequência de compra dos consumidores e a variedade dos produtos adquiridos. Ao mesmo tempo, nossas consultoras e consultores também serão beneficiados pela evolução de nosso modelo comercial e marketing mix, com maior equilíbrio entre a parcela gerida de maneira centralizada e a regional. Esses avanços devem proporcionar ganhos graduais ao longo deste ano.

Ao mesmo tempo em que promovemos evoluções em múltiplas frentes, avançamos na direção de uma nova perspectiva para os negócios. Estamos especialmente motivados com o futuro da venda direta. Desde sempre, acreditamos na capacidade empreendedora e transformadora de pessoas, engajadas em propósitos comuns. Num mundo cada vez mais conectado digitalmente, onde o tratamento personalizado para cada consumidor ganha relevância, a venda direta tem uma grande oportunidade de continuada expansão. Vislumbramos um futuro no qual a relação entre consultoras e consumidores será apoiada por alta tecnologia de informação e pelas redes sociais, campo onde os serviços podem evoluir muito e, ao mesmo tempo, ampliar a geração de valor para todos os envolvidos.

Desempenho Socioambiental

No último dia 13, divulgamos o Relatório Anual Natura 2011, durante a realização da nossa Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas. Fruto de mais de uma década de aprendizados, o relatório deste ano traz uma série de novidades:

- ✓ Versão impressa para Formadores de Opinião: adotamos a linguagem jornalística e o formato em tabloide, que alcançou uma redução de cerca de 55% na emissão de CO₂, se comparado com a edição de 2010.
- ✓ Pela primeira vez editamos o Relatório do Instituto Natura, em um caderno anexo, que dá transparência ao seu desempenho na melhoria da qualidade da educação no Brasil.
- ✓ Já a versão completa, disponível somente em fomato eletrônico, se alinha às primeiras iniciativas do IIRC (Comitê Internacional de Relatório Integrado) – programa-piloto da qual a Natura faz parte, que tem por objetivo estabelecer, até 2013, metodologia para a produção de um Relatório Integrado.

Anualmente, assumimos compromissos e metas para a evolução do nosso desempenho socioambiental. O quadro abaixo demonstra o resultado acumulado do 1T12 de alguns indicadores com suas respectivas metas de 2012:

Indicador	Resultado 2011	Compromisso 2012	Resultado 1T12
Gases de efeito estufa*	-5,3% (25,4% acumulado)	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	N/D (Não Disponível)
Consumo de água	0,40 litro/ unidade produzida (4,8% redução)	Manter o consumo de água em 0,40 litros por unidade produzida no Brasil	0,40 litros/unidade produzida
Arrecadação CPV	R\$ 8,4 milhões	Arrecadar R\$ 10,3 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver no Brasil	R\$ 2,8 milhões

* Indicador: Apurado quadrimestralmente

I. resultado consolidado

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.434,8	1.230,2	16,6
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	114	100	13,9
Receita Bruta	1.712,1	1.556,0	10,0
Receita Líquida	1.275,8	1.145,8	11,3
Lucro Bruto	910,5	802,6	13,4
Despesas com Vendas	(488,3)	(422,9)	15,5
Despesas Administrativas e Gerais	(177,5)	(151,0)	17,6
Remuneração dos Administradores	(4,0)	(3,2)	23,5
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(2,1)	13,8	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(15,2)	(10,2)	49,2
Lucro antes do IR/CSLL	223,4	229,1	(2,5)
Lucro Líquido	151,5	150,5	0,7
EBITDA**	272,1	264,1	3,0
Margem Bruta	71,4%	70,0%	1,3pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	38,3%	36,9%	1,4pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	13,9%	13,2%	0,7pp
Margem Líquida	11,9%	13,1%	(1,3pp)
Margem EBITDA	21,3%	23,0%	(1,7pp)

(*) Posição ao final do ciclo 4 de vendas

(**) EBITDA = Lucro operacional antes dos efeitos financeiros, impostos, depreciação e amortização.

A **receita líquida consolidada** no 1T12 alcançou R\$ 1.275,8 milhões, apresentando crescimento de 11,3% em comparação ao 1T11. No Brasil, a receita líquida foi de R\$ 1.140,2 milhões no 1T12, 8,3% superior ao mesmo período de 2011. Nas operações internacionais, a

receita líquida no 1T12 foi de R\$ 135,6 milhões, com um crescimento de 45,2% sobre o 1T11 em reais e 39,2% em moeda local ponderada.

O **Custo dos Produtos Vendidos** (CPV) representou no 1T12 28,6% da receita líquida consolidada, uma redução de 130 pontos base nos custos em relação ao 1T11, impulsionado pelos benefícios de uma melhor gestão de custos e promoções, além de efeitos favoráveis do câmbio no custo de nossas Operações Internacionais.

O quadro abaixo exhibe o custo aberto em seus principais componentes:

	1T12	1T11
MP / ME ¹	79,3	82,9
Mão Obra s/PLR	11,5	10,7
Depreciação	2,9	2,7
Outros	6,3	3,6
Total	100,0	100,0

(¹) Matéria-prima e material de embalagem

As **despesas com vendas**, representaram 38,3% da receita líquida no 1T12, aumento de 140 pontos base em relação ao 1T11, principalmente devido à intensificação dos investimentos em marketing nas operações internacionais. No Brasil, seguimos em linha com a estratégia de otimizar nossos investimentos em marketing e buscar eficiência nos processos logísticos.

As **despesas administrativas e gerais** representaram 13,9% em relação a receita líquida no 1T12 (13,2% no 1T11). Mantivemos os investimentos em inovação de produtos e comercial, e observamos um aumento nos custos de depreciação decorrente de um novo patamar de investimento em tecnologia da informação, conforme planejado.

Outras receitas e despesas operacionais apresentaram um gasto de R\$ 2,1 milhões no trimestre. No mesmo período de 2011 registrou-se R\$ 13,8 milhões de receita, impacto do efeito não recorrente do reconhecimento de uma ativo contingente de Pis e Cofins.

O **lucro líquido consolidado** foi de R\$ 151,5 milhões no 1T12, margem líquida de 11,9% e incremento de 0,7% em relação ao 1T11.

O **EBITDA consolidado** no 1T12 foi de R\$ 272,1 milhões (R\$ 264,1 milhões no 1T11), com crescimento de 3,0%. A margem EBITDA passou de 23,0% no 1T11 para 21,3% no 1T12. Excluindo outras despesas e receitas operacionais em ambos os trimestres, as margens seriam 21,8% no primeiro trimestre de 2011 e 21,5% no primeiro trimestre de 2012.

> **EBITDA** (R\$ milhões)

	1T12	1T11	Var %
Receita Líquida	1.275,8	1.145,8	11,3
(-) Custos e Despesas	1.037,2	906,6	14,4
EBIT	238,6	239,3	(0,3)
(+) Depreciação / amortização	33,5	24,8	34,9
EBITDA	272,1	264,1	3,0

> **EBITDA pró-forma por bloco de operações**

(R\$ milhões)

	1T12	1T11	Var %
Brasil	284,8	287,6	(1,0)
Argentina, Chile e Peru	8,2	1,3	529,5
México, Colômbia	(4,0)	(6,7)	(40,1)
Outros Investimentos	(16,8)	(18,0)	(6,7)
Total	272,1	264,1	3,0

2. fluxo de caixa (pró-forma)

(R\$ milhões)	03M12	03M11	Var %
Lucro líquido	151,5	150,5	0,7
(+) Depreciações e amortizações	33,5	24,8	34,9
Geração interna de caixa	185,0	175,3	5,5
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	(29,6)	(68,3)	na
Itens não caixa	5,1	(16,2)	(131,5)
Geração operacional de caixa	160,5	90,8	76,7
Adições do imobilizado intangível	(33,1)	(22,9)	44,7
Geração de caixa livre*	127,4	68,0	87,4

(*) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável e exigível a longo prazo) – (aquisições de ativo imobilizado).

A geração interna de caixa no 1T12 foi de R\$185,0 milhões, uma evolução de 5,5% versus 2011. Deste total, houve um investimento de R\$ 29,6 milhões no capital de giro e uma aplicação de R\$ 33,1 milhões em imobilizado. Com isso, a geração de caixa livre foi de R\$ 127,4 milhões, evolução de 87,4% em relação ao mesmo período de 2011.

Os estoques seguem em um nível elevado, bem como os impostos a recuperar, que refletem a revisão dos créditos de Pis e Cofins sobre serviços, receitas financeiras e fretes, realizada em 2011. Ambos serão reduzidos e convertidos em caixa no decorrer de 2012.

3. DRE's pró-forma

A margem de lucro alcançada nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

3.1 OPERAÇÃO BRASIL (DRE pró-forma)

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.178,6	1.032,7	14,1
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	100,6	90,1	11,7
Receita Bruta	1.540,1	1.438,7	7,0
Receita Líquida	1.140,2	1.052,5	8,3
Lucro Bruto	820,1	747,3	9,7
Despesas com Vendas	(413,0)	(368,9)	11,9
Despesas Administrativas e Gerais	(148,6)	(125,4)	18,5
Remuneração dos Administradores	(4,0)	(3,2)	23,5
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(1,3)	14,7	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(16,4)	(9,8)	66,8
Lucro antes do IR/CSLL	236,9	254,6	(7,0)
Lucro Líquido	165,1	178,8	(7,7)
EBITDA	284,8	287,6	(1,0)
Margem Bruta	71,9%	71,0%	0,9pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	36,2%	35,1%	1,2pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	13,0%	11,9%	1,1pp
Margem Líquida	14,5%	17,0%	(2,5pp)
Margem EBITDA	25,0%	27,3%	(2,3pp)

(*) Posição ao final do ciclo 4 de vendas

- ✓ O canal de vendas continua crescendo de forma saudável, apresentando uma expansão de 14,1%, totalizando com 1.179 mil consultoras no Brasil.
- ✓ A produtividade³ acumulada de nossas consultoras reduziu-se em 5,2% (R\$ 1.851 em 1T12 versus R\$ 1.953 no 1T11).

³ Produtividade medida a preços de varejo.

3.2 OPERAÇÕES EM CONSOLIDAÇÃO (Argentina, Chile e Peru) DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	158,2	133,1	18,9
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	7,6	6,6	15,3
Receita Bruta	114,5	78,8	45,3
Receita Líquida	86,1	60,1	43,1
CMV	(28,6)	(23,8)	20,5
Lucro Bruto	57,5	36,4	58,0
Despesas com Vendas	(42,8)	(30,0)	42,7
Despesas Administrativas e Gerais	(6,9)	(5,2)	33,8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,7)	(0,8)	(7,5)
Resultado Financeiro Líquido	0,3	(0,1)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	7,3	0,3	n/d
Lucro / (Prejuízo) Líquido	7,2	(1,9)	n/d
EBITDA	8,2	1,3	529,5
<i>Margem Bruta</i>	<i>66,8%</i>	<i>60,5%</i>	<i>6,3pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>49,8%</i>	<i>49,9%</i>	<i>(0,2pp)</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>8,0%</i>	<i>8,6%</i>	<i>(0,6pp)</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>8,3%</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>9,5%</i>	<i>2,2%</i>	<i>7,3pp</i>

- ✓ Nas operações em consolidação, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 86,1 milhões, com um crescimento de 35,8% em moeda local ponderada (43,1% em reais) em relação ao 1T11.
- ✓ O número de consultoras cresceu 18,9%, alcançando 158,2 mil ao final do primeiro trimestre de 2012.

- ✓ Essas operações apresentaram um EBITDA favorável de R\$ 8,2 milhões no 1T12. O maior investimento em marketing foi compensado pela diluição das despesas com força de vendas e administrativas, além de maior eficiência logística.
- ✓ A margem bruta dessas Operações foi beneficiada por várias iniciativas relacionadas à gestão de preços e custos, bem como por um câmbio mais favorável.

3.3 OPERAÇÕES EM IMPLANTAÇÃO (México e Colômbia)

DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	1T12	1T11	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	95,1	65,0	46,5
Unidades de produtos para revenda (em milhares)	4,3	3,1	36,8
Receita Bruta	52,0	34,5	50,7
Receita Líquida	44,7	29,7	50,4
Lucro Bruto	29,9	16,7	78,8
Despesas com Vendas	(29,0)	(20,3)	43,1
Despesas Administrativas e Gerais	(5,5)	(3,7)	49,4
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,1)	(0,1)	(43,6)
Resultado Financeiro Líquido	0,9	(0,3)	(432,6)
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(3,7)	(7,6)	(50,9)
Lucro / (Prejuízo) Líquido	(3,8)	(8,1)	(53,9)
EBITDA	(4,0)	(6,7)	(40,1)
<i>Margem Bruta</i>	<i>66,9%</i>	<i>56,3%</i>	<i>10,6pp</i>
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida</i>	<i>64,8%</i>	<i>68,1%</i>	<i>(3,3pp)</i>
<i>Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida</i>	<i>12,2%</i>	<i>12,3%</i>	<i>(0,1pp)</i>
<i>Margem Líquida</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>-</i>

- ✓ Nas operações em implantação, a receita líquida no 1T12 foi de R\$ 44,7 milhões, crescimento de 46,2% em moeda local ponderada (50,4% em reais).
- ✓ O número de consultoras ampliou-se em 46,5%, alcançando 95,1 mil ao final do primeiro trimestre de 2012.
- ✓ Estas operações apresentaram EBITDA negativo de R\$ 4,0 milhões no 1T12, porém melhor que o 1T11 (prejuízo de R\$ 6,7 milhões), resultado dos investimentos que estão sendo feitos.
- ✓ A margem bruta dessas Operações também foi beneficiada por iniciativas relacionadas à gestão de preços e custos, assim como por um câmbio mais favorável.

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa dedicada a área internacional, registraram prejuízo (EBITDA) de R\$ 16,8 milhões no 1T12 (R\$ 18,0 milhões no 1T11).

TELECONFERÊNCIA & WEBCAST

**Português: Sexta-feira, 27 de abril de 2012
10h00 – horário de Brasília**

**Inglês: Sexta-feira, 27 de abril de 2012
12h00 – horário de Brasília**

Participantes do Brasil: +55 11 4688-6341

Participantes dos EUA: Toll Free +1 800 700 0802

Participantes de outros países: +1 412 824-6977

Senha para os participantes: Natura

Transmissão ao vivo pela internet: www.natura.net/investidor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Fabio Cefaly, fabiocefaly@natura.net

Patrícia Anson, patriciaanson@natura.net

Tatiana Bravin, tatianabravin@natura.net

Taísa Hernandez, taisahernandez@natura.net



Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice
Carbono
Eficiente

ICO2

Índice de
Sustentabilidade
Empresarial

ISE

Índice
Brasil 50

> BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Mar/12	Dez/11	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Mar/12	Dez/11
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	587,5	515,6	Empréstimos e financiamentos	136,8	169,0
Contas a receber de clientes	526,3	641,9	Fornecedores e outras contas a pagar	466,4	489,0
Estoques	767,9	688,7	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	127,3	132,0
Impostos a recuperar	220,8	201,6	Obrigações tributárias	426,0	446,8
Instrumentos financeiros derivativos	22,1	28,6	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	491,1	0,2
Outros ativos circulantes	137,6	126,8	Outras obrigações	44,8	37,7
Total do ativo circulante	2.262,2	2.203,3	Total do passivo circulante	1.692,4	1.274,7
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	987,3	1.017,7
Impostos a recuperar	110,0	111,2	Obrigações tributárias	151,3	140,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	202,6	189,6	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	65,4	65,0
Depósitos judiciais	307,1	295,8	Outras Provisões	47,2	44,8
Outros ativos não circulantes	28,5	29,9	Total do passivo não circulante	1.251,2	1.268,0
Imobilizado	797,5	800,4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	163,9	162,8	Capital social	427,1	427,1
Total do ativo não circulante	1.609,6	1.589,8	Reservas de capital	157,9	160,3
			Reservas de lucros	448,7	292,5
			Ações em tesouraria	(87,0)	(102,8)
			Dividendo adicional proposto	-	490,9
			Outros resultados abrangentes	(18,5)	(17,6)
			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	928,2	1.250,2
TOTAL DO ATIVO	3.871,7	3.793,0	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.871,7	3.793,0

> DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011

<i>em R\$ milhões</i>	03M12	03M11
RECEITA LÍQUIDA	1.275,8	1.145,8
Custo dos produtos vendidos	(365,3)	(343,2)
LUCRO BRUTO	910,5	802,6
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(488,3)	(422,9)
Administrativas e gerais	(177,5)	(151,0)
Remuneração dos administradores	(4,0)	(3,2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2,1)	13,8
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	238,6	239,3
Receitas financeiras	35,2	31,4
Despesas financeiras	(50,4)	(41,6)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	223,4	229,1
Imposto de renda e contribuição social	(71,9)	(78,6)
LUCRO LÍQUIDO	151,5	150,5

> DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011

em R\$ milhões	03M12	03M11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	151,5	150,5
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	33,5	24,8
Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	6,6	8,4
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1,9	(0,3)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(5,2)	(6,5)
Imposto de renda e contribuição social	71,9	78,6
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2,0	2,0
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(0,2)	4,7
Variação cambial sobre outros ativos e passivos	(0,4)	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	3,4	1,8
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	3,6	(0,9)
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	(3,3)	1,7
Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	2,4	0,6
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-	(16,9)
	267,8	248,6
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Contas a receber de clientes	111,9	133,0
Estoques	(75,8)	(111,3)
Impostos a recuperar	(18,0)	(19,3)
Outros ativos	(18,0)	(25,7)
Subtotal	0,1	(23,3)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores nacionais e estrangeiros	(22,3)	13,6
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(4,8)	(41,8)
Obrigações tributárias	32,4	20,1
Outros passivos	7,1	(10,6)
Pagamentos de provisões de contingências tributárias, civis e trabalhistas	(1,5)	(0,3)
Subtotal	11,0	(19,0)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	278,9	206,3
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(114,4)	(94,2)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	(4,4)	(4,0)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(0,7)	(5,4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	159,4	102,7

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Adições de imobilizado e intangível	(33,1)	(22,9)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	0,7	1,1
Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais	(6,0)	(10,4)

CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**(38,4) (32,2)****FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(70,0)	(65,4)
Captações de empréstimos e financiamentos	6,9	301,6
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	14,7	-
Aumento de capital por subscrição (153.230 ações ordinárias ao preço médio de R\$24,78)	-	3,8

CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**(48,4) 240,0**

Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(0,8)	(2,6)
--	-------	-------

AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**71,9 307,9**

Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	515,6	560,2
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	587,5	868,1

AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**71,9 307,9****Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:**

Numerários com utilização restrita	6,8	6,2
Limites de contas garantidas sem utilização	235,5	265,5

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros

**Individual and consolidated
interim financial information**

Natura Cosméticos S.A.

For the quarter ended March 31, 2012

Natura Cosméticos S.A.

Individual and consolidated interim financial information

For the quarter ended March 31, 2012

Contents

Independent auditor's report on review of quarterly information.....	2
Audited financial statements	
Balance sheets	4
Statements of income	5
Statements of comprehensive income.....	6
Statements of changes in shareholders' equity	7
Statements of cash flows	8
Statements of value added.....	9
Notes to financial statements.....	10

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)
Independent auditor's report on review of quarterly information

The Shareholders, Board of Directors and Officers

Natura Cosméticos S.A.

Itapecerica da Serra - SP

We have performed a review of the accompanying individual and consolidated interim financial information of Natura Cosméticos S.A. ("Company"), contained in the Quarterly Information Form (ITR) for the quarter ended March 31, 2012, comprising the balance sheet as at March 31, 2012 and the related income statement, of comprehensive income, statement of changes in equity and cash flow statement for the three-month period then ended, including other explanatory information. Management is responsible for the preparation of individual interim financial information in accordance with Accounting Pronouncement CPC 21 - Interim Financial Statements and the consolidated interim financial information in accordance with CPC 21 and with International Standard IAS 34 - Interim Financial Reporting, issued by the International Accounting Standards Board (IASB), as well as for the presentation of this information in a manner consistent with the standards issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) applicable to the preparation of the Quarterly Information (ITR). Our responsibility is to express a conclusion on this interim financial information based on our review.

Scope of the review

We conducted our review in accordance with Brazilian and International Standards on Review Engagements (NBC TR 2410 and ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectively). A review of interim financial information consists of making inquiries, mainly to persons responsible for financial and accounting matters, and application of analytical and other review procedures. The scope of a review is significantly narrower than an audit conducted in accordance with International Standards on Auditing and, accordingly, does not enable us to obtain assurance that we would become aware of all significant matters that might be identified in an audit. Therefore, we do not express an audit opinion.

Conclusion on the individual interim financial information

Based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that the accompanying individual interim financial information included in the quarterly information referred to above is not prepared, in all material respects, in accordance with CPC 21 applicable to the preparation of quarterly financial information (ITR), consistently with the rules issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission.

Conclusion on the consolidated interim financial information

Based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that the accompanying consolidated interim financial information included in the quarterly information referred to above is not prepared, in all material respects, in accordance with CPC 21 and IAS 34, applicable to the preparation of quarterly financial information (ITR), consistently with the rules issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission.

Other matters

Statements of value added

We have also reviewed the individual and consolidated statements of value added for the three-month period ended March 31, 2012, prepared under the responsibility of Company management, the presentation of which in the interim information is required by the rules issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission applicable to preparation of Quarterly Information, and as supplementary information under the IFRS, whereby no statement of value added presentation is required. These statements have been subject to the same review procedures previously described and, based on our review, nothing has come to our attention that causes us to believe that they are not prepared, in all material respects, in accordance with the overall individual and consolidated interim financial statements.

Audit of prior year corresponding figures

The individual and consolidated financial information contained in the quarterly information related to the balance sheet as of December 31, 2012 and income statement, of comprehensive income, cash flow statement, and statements of changes in equity and value added for the quarter ended March 31, 2011, presented for comparison purposes, were audited and reviewed, respectively, by other independent auditors, who issued an unqualified opinion thereon dated February 15, 2012, and an unqualified review report thereon dated April 27, 2011.

São Paulo, April 25, 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Accountant CRC-1SP144343/O-3

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANCE SHEETS AS OF MARCH 31, 2012

(In thousands of Brazilian reais - R\$)

ASSETS	Note	Company		Consolidated		LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Note	Company		Consolidated	
		03/2012	12/2011	03/2012	12/2011			03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
CURRENT ASSETS						CURRENT LIABILITIES					
Cash and cash equivalents	5	309,898	166,007	587,468	515,610	Borrowings and financing	14	27,451	66,424	136,781	168,962
Trade accounts receivable	6	425,978	535,309	526,317	641,872	Trade and other payables	15	147,214	183,317	466,406	488,980
Inventories	7	246,741	217,906	767,874	688,748	Suppliers - related parties	27.1.	307,859	293,024	-	-
Recoverable taxes	8	66,777	69,417	220,846	201,620	Dividends and interest on capital payable	27.1.	491,168	217	491,168	217
Related parties	27.1.	31,590	37,908	-	-	Payroll, profit sharing and related taxes		61,067	58,551	127,293	132,045
Derivatives	4.2.	21,753	28,184	22,063	28,626	Taxes payable	16	219,164	260,027	426,025	446,800
Other receivables	11	118,424	115,328	137,587	126,783	Other payables		37,197	29,142	44,771	37,715
Total current assets		<u>1,221,161</u>	<u>1,170,059</u>	<u>2,262,155</u>	<u>2,203,259</u>	Total current liabilities		<u>1,291,120</u>	<u>890,702</u>	<u>1,692,444</u>	<u>1,274,719</u>
NONCURRENT ASSETS						NONCURRENT LIABILITIES					
Long-term assets:						Borrowings and financing	14	841,234	852,549	987,292	1,017,737
Recoverable taxes	8	12,152	12,299	110,013	111,239	Taxes payable	16	107,982	97,955	151,274	140,545
Deferred income tax and social contribution	9.a)	92,258	80,145	202,618	189,552	Provision for tax, civil and labor risks	17	50,152	49,600	65,426	64,957
Escrow deposits	10	254,958	244,938	307,051	295,839	Others provisions	18	37,918	35,818	47,204	44,809
Other noncurrent assets	11	3,500	4,562	28,483	29,935	Total noncurrent liabilities		<u>1,037,286</u>	<u>1,035,922</u>	<u>1,251,196</u>	<u>1,268,048</u>
Investments	12	1,261,864	1,253,721	-	-	SHAREHOLDERS' EQUITY					
Property, plant and equipment	13	330,047	332,215	797,525	800,434	Capital	19.a)	427,073	427,073	427,073	427,073
Intangible assets	13	80,570	78,929	163,900	162,754	Capital reserves		157,937	160,313	157,937	160,313
Total noncurrent assets		<u>2,035,349</u>	<u>2,006,809</u>	<u>1,609,590</u>	<u>1,589,753</u>	Earnings reserves		448,618	292,457	448,618	292,457
						Treasury shares	19.c)	(87,046)	(102,849)	(87,046)	(102,849)
						Proposed additional dividend	19.b)	-	490,885	-	490,885
						Other comprehensive losses		(18,478)	(17,635)	(18,478)	(17,635)
						Total equity attributable to owners of the Company		<u>928,104</u>	<u>1,250,244</u>	<u>928,104</u>	<u>1,250,244</u>
						Noncontrolling interests		-	-	<u>1</u>	<u>1</u>
						Total shareholders' equity		<u>928,104</u>	<u>1,250,244</u>	<u>928,105</u>	<u>1,250,245</u>
TOTAL ASSETS		<u>3,256,510</u>	<u>3,176,868</u>	<u>3,871,745</u>	<u>3,793,012</u>	TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY		<u>3,256,510</u>	<u>3,176,868</u>	<u>3,871,745</u>	<u>3,793,012</u>

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF INCOME
FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except earnings per share)

	Note	Company		Consolidated	
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
NET REVENUE	21	1,306,007	1,227,264	1,275,836	1,145,846
Cost of sales	22	(508,632)	(514,836)	(365,331)	(343,222)
GROSS PROFIT		797,375	712,428	910,505	802,624
OPERATING (EXPENSES) INCOME					
Selling expenses	22	(360,669)	(331,061)	(488,270)	(422,914)
Administrative and general expenses	22	(205,540)	(177,122)	(177,544)	(150,993)
Management compensation	27.2	(3,978)	(3,222)	(3,978)	(3,222)
Equity in subsidiaries	12	514	6,535	-	-
Other operating (expenses) income, net	25	989	11,177	(2,064)	13,798
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL INCOME (EXPENSES)		228,691	218,735	238,649	239,293
Financial income	24	26,991	16,690	35,173	31,420
Financial expenses	24	(41,247)	(26,810)	(50,388)	(41,616)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION		214,435	208,615	223,434	229,097
Income tax and social contribution	9.b)	(62,946)	(58,098)	(71,945)	(78,580)
NET INCOME		151,489	150,517	151,489	150,517
ATTRIBUTABLE TO					
Owners of the Company		151,489	150,517	151,489	150,517
EARNINGS PER SHARE - R\$					
Basic	26.1.	<u>0.3537</u>	<u>0.3493</u>	<u>0.3537</u>	<u>0.3493</u>
Diluted	26.2.	<u>0.3528</u>	<u>0.3479</u>	<u>0.3528</u>	<u>0.3479</u>

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011

(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company		Consolidated	
		<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
NET INCOME		151,489	150,517	151,489	150,517
Other comprehensive losses-					
Losses from translation of financial statements of foreign subsidiaries	12	(843)	(2,641)	(843)	(2,641)
Total comprehensive income		<u>150,646</u>	<u>147,876</u>	<u>150,646</u>	<u>147,876</u>
ATTRIBUTABLE TO					
Owners of the Company		<u>150,646</u>	<u>147,876</u>	<u>150,646</u>	<u>147,876</u>

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY
FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except for dividends per share)

	Note	Capital reserves			Earnings reserves			Treasury shares	Proposed additional dividend	Retained earnings	Other comprehensive losses	Equity attributable to owners of the Company	Noncontrolling interests in subsidiaries' equity	Total shareholders' equity	
		Share premium	Tax incentive reserve Investment grants	Additional paid-in capital	Legal	Tax incentives	Retained earnings								
<u>QUARTER ENDED MARCH 31, 2011</u>															
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2010		418,061	103,620	17,378	28,629	18,650	10,934	253,360	(14)	430,079	-	(23,196)	1,257,501	1	1,257,502
Net income		-	-	-	-	-	-	-	-	150,517	-	150,517	-	150,517	
Other comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,641)	(2,641)	-	(2,641)	
Total comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	150,517	(2,641)	147,876	-	147,876	
2010 dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of April 8, 2011		-	-	-	-	-	-	-	(430,079)	-	-	(430,079)	-	(430,079)	
Capital increase through subscription of shares	19.a)	3,797	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,797	-	3,797	
Changes in stock option plans:															
Grant of stock options	23.2.	-	-	-	1,834	-	-	-	-	-	-	1,834	-	1,834	
Exercise of stock options	23.2.	-	-	-	(1,209)	-	-	1,209	-	-	-	-	-	-	
Allocation of net income-															
Recognition of tax incentive reserve		-	-	-	-	-	1,130	-	-	(1,130)	-	-	-	-	
BALANCES AS OF MARCH 31, 2011		421,858	103,620	17,378	29,254	18,650	12,064	254,569	(14)	149,387	(25,837)	980,929	1	980,930	
<u>QUARTER ENDED MARCH 31, 2012</u>															
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2011		427,073	103,243	17,378	39,692	18,650	14,611	259,196	(102,849)	490,885	-	(17,635)	1,250,244	1	1,250,245
Net income		-	-	-	-	-	-	-	-	151,489	-	151,489	-	151,489	
Other comprehensive income	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(843)	(843)	-	(843)	
Total comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	151,489	(843)	150,646	-	150,646	
2011 Dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of April 13, 2012		-	-	-	-	-	-	(66)	(490,885)	-	-	(490,951)	-	(490,951)	
Sale of treasury shares due to exercise of stock options	19.c)	-	(1,057)	-	-	-	-	-	15,803	-	-	14,746	-	14,746	
Changes in stock option plans:															
Grant of stock options	23.2.	-	-	-	3,419	-	-	-	-	-	-	3,419	-	3,419	
Exercise of stock options	23.2.	-	-	-	(4,738)	-	-	4,738	-	-	-	-	-	-	
Allocation of net income-															
BALANCES AS OF MARCH 31, 2012		427,073	102,186	17,378	38,373	18,650	16,150	263,868	(87,046)	149,950	(18,478)	928,104	1	928,105	

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CASH FLOWS
FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company		Consolidated	
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES					
Net income		151,489	150,517	151,489	150,517
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:					
Depreciation and amortization	13	13,984	5,150	33,490	24,765
Provision for losses on swap and forward transactions		6,431	5,723	6,563	8,433
Provision (reversal) for tax, civil and labor contingencies	17	1,964	(713)	1,935	(301)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits		(4,174)	(6,053)	(5,200)	(6,459)
Income tax and social contribution	9.a)	62,946	58,098	71,945	78,580
(Gain) loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets		2,115	(434)	2,024	2,027
Equity in investees		(514)	(6,535)	-	-
Interest and exchange rate changes on borrowings and financing and other liabilities	24	519	5,993	(159)	4,689
Exchange rate changes on other assets and other liabilities		296	-	(352)	-
Stock options plans expenses		1,685	876	3,419	1,834
Allowance for doubtful accounts	6	2,938	(1,380)	3,613	(918)
Allowance for inventory losses	7	(6,161)	728	(3,316)	1,665
Provision for healthcare plan and carbon credits	18	2,100	217	2,395	571
Recognition of untimely used tax credits	25	-	(11,887)	-	(16,852)
		<u>235,618</u>	<u>200,300</u>	<u>267,846</u>	<u>248,551</u>
(INCREASE) DECREASE IN ASSETS					
Trade receivables		106,393	126,314	111,942	132,976
Inventories		(22,674)	(48,267)	(75,810)	(111,257)
Recoverable taxes		2,787	228	(18,000)	(19,293)
Other receivables		(2,816)	(17,356)	(18,032)	(25,685)
Subtotal		<u>83,690</u>	<u>60,919</u>	<u>100</u>	<u>(23,259)</u>
INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES					
Domestic and foreign suppliers		(36,663)	(8,359)	(22,291)	13,635
Payroll, profit sharing and related taxes, net		2,516	(15,580)	(4,752)	(41,841)
Taxes payable		6,034	(4,105)	32,419	20,109
Other payables		23,154	(15,573)	7,056	(10,604)
Payments of provision for tax, civil and labor contingencies		(1,412)	(262)	(1,466)	(262)
		<u>312,937</u>	<u>217,340</u>	<u>278,912</u>	<u>206,329</u>
CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES					
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES					
Payments of income tax and social contribution		(99,816)	(78,602)	(114,410)	(94,233)
Payments of derivatives		(5,067)	(3,349)	(4,440)	(3,991)
Payment of interest on borrowings and financing		(656)	(968)	(656)	(5,367)
		<u>207,398</u>	<u>134,421</u>	<u>159,406</u>	<u>102,738</u>
NET CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES					
CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES					
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	13	(14,889)	(6,664)	(33,068)	(22,850)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets		683	542	683	1,096
Withdrawal (payment) of escrow deposits		(5,846)	(10,142)	(6,012)	(10,447)
Capital increase in subsidiaries	12	(6,738)	(57,214)	-	-
		<u>(26,790)</u>	<u>(73,478)</u>	<u>(38,397)</u>	<u>(32,201)</u>
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES					
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES					
Repayments of borrowings and financing - principal		(52,168)	(50,747)	(70,038)	(65,399)
Proceeds from borrowings and financing		705	180,000	6,915	301,558
Sale of treasury shares due to exercise of stock options		14,746	-	14,746	-
Capital increase through subscription of shares (153,230 common shares at average price of R\$24.78)		-	3,797	-	3,797
		<u>(36,717)</u>	<u>133,050</u>	<u>(48,377)</u>	<u>239,956</u>
NET CASH USED IN FINANCING ACTIVITIES					
Gains (losses) arising on translating foreign currency cash and cash equivalents		-	-	(774)	(2,617)
		<u>143,891</u>	<u>193,993</u>	<u>71,858</u>	<u>307,876</u>
INCREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS					
Cash and cash equivalents at the beginning of the year/period		166,007	206,125	515,610	560,229
Cash and cash equivalents at the end of the year/period		309,898	400,118	587,468	868,105
		<u>143,891</u>	<u>193,993</u>	<u>71,858</u>	<u>307,876</u>
INCREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS					
Additional statements of cash flows information:					
Restricted cash	11	-	-	6,757	6,155
Bank overdrafts - unused		117,900	147,900	235,500	265,500

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF VALUE ADDED
FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Company		Consolidated		
		03/2012	03/2011	03/2012	03/2011	
REVENUES		<u>1,509,786</u>	<u>1,430,353</u>	<u>1,678,976</u>	<u>1,547,464</u>	
Sales of products and services		1,534,230	1,436,114	1,707,117	1,553,926	
Allowance for doubtful accounts	6	(23,455)	(16,938)	(26,077)	(20,260)	
Other operating (expenses) income, net	25	(989)	11,177	(2,064)	13,798	
INPUTS PURCHASED FROM THIRD PARTIES		<u>(1,008,346)</u>	<u>(986,497)</u>	<u>(1,086,274)</u>	<u>(904,243)</u>	
Cost of sales and services		(581,097)	(564,491)	(611,746)	(582,081)	
Materials, electricity, services and others		(427,249)	(422,006)	(474,528)	(322,162)	
GROSS VALUE ADDED		<u>501,440</u>	<u>443,856</u>	<u>592,702</u>	<u>643,221</u>	
RETENTIONS		<u>(13,984)</u>	<u>(5,150)</u>	<u>(33,490)</u>	<u>(24,765)</u>	
Depreciation and amortization	13	(13,984)	(5,150)	(33,490)	(24,765)	
VALUE ADDED GENERATED BY THE COMPANY		<u>487,456</u>	<u>438,706</u>	<u>559,212</u>	<u>618,456</u>	
TRANSFERRED VALUE ADDED		<u>27,505</u>	<u>23,225</u>	<u>35,173</u>	<u>28,402</u>	
Equity in subsidiaries	12	514	6,535	-	-	
Financial income - includes inflation and exchange rate variations	24	26,991	16,690	35,173	28,402	
TOTAL VALUE ADDED TO BE DISTRIBUTED		<u>514,961</u>	<u>461,931</u>	<u>594,385</u>	<u>646,858</u>	
DISTRIBUTION OF VALUE ADDED:		<u>(514,961)</u>	<u>(461,931)</u>	<u>(594,385)</u>	<u>(646,858)</u>	100%
Employees and social charges		(79,642)	(51,840)	(98,751)	(196,041)	30%
Taxes and contributions		(237,592)	(228,596)	(285,334)	(271,516)	43%
Financial expenses and rentals		(46,238)	(30,978)	(58,811)	(28,784)	4%
Retained earnings		(151,489)	(150,517)	(151,489)	(150,517)	23%

Supplemental statement of value added information

For the analysis of this tax impact on the statement of value added, these amounts should be deducted from those recorded in 'Sales of products and services' and 'Taxes and contributions', since sales revenue does not include the estimated profit attributable to Natura consultants on the sale of products, in the amounts of R\$655,832 and R\$606,230 in March 31, 2012 and March 31, 2011, respectively, considering an estimated profit margin of 30%.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTES TO THE INDIVIDUAL AND CONSOLIDATED
INTERIM FINANCIAL INFORMATION

FOR THE QUARTER ENDED MARCH 31, 2012

(Amounts in thousands of Brazilian reais - R\$, unless otherwise stated)

1. GENERAL INFORMATION

Natura Cosméticos S.A. (“Company”) is a publicly-traded company, registered in the special trading segment called “Novo Mercado” in the São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA), under the ticker “NATU3”, and headquartered in Itapeverica da Serra, State of São Paulo.

The Company’s and its subsidiaries’ activities (“Natura Group” or “Group”) include the development, production, distribution and sale of cosmetics, fragrances, and hygiene products, substantially through direct sales by Natura Beauty Consultants. The Company also holds equity interests in other companies in Brazil and abroad.

2. SUMMARY OF SIGNIFICANT ACCOUNTING PRACTICES

2.1. Statement of compliance and basis of preparation

The Company’s interim financial information, include in the Interim Financial Information – ITR As of March 31, 2012, includes:

- The consolidated interim financial information prepared in accordance with CPC 21 – Interim Financial Information and IAS 34 – Interim Financial Reporting, issued by the International Accounting Standards Board - IASB and presented in accordance with the standards established by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), applicable to the Interim Financial Information - ITR.
- The individual interim financial information prepared in accordance with CPC 21 – Interim Financial Information and presented in accordance with the standards established by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), applicable to the Interim Financial Information – ITR.

The individual financial information includes investments in subsidiaries and joint ventures which are measured under the equity method, as required by the legislation prevailing in Brazil. Therefore, the individual financial information is not fully compliant with IFRS, which requires that these investments be stated at fair value or acquisition cost.

The interim financial information have been prepared on the historical cost basis except for certain financial instruments that are measured at fair values, as explained in the accounting policies below. Historical cost is generally based on the fair value of the consideration given in exchange for assets.

The main accounting practices adopted in preparing these interim financial statements were disclosed in note 2 to the annual consolidated financial statements of the Company for the year ended December 31, 2011, disclosed on February 15, 2012. These practices are consistent with those adopted in the prior reporting period.

2.2. Consolidation

a) Subsidiaries and joint-controlled entities

Subsidiaries are all entities over which the Company has the power to govern the financial and operating policies so as to obtain benefits from their activities and in which generally holds more than 50% of the equity interest. In the applicable cases, the existence and the effect of potential voting rights, currently exercisable or convertible, are taken into consideration to determine if the company control another entity. Subsidiaries are fully consolidated from the date in which control is transferred to the Company and cease to be consolidated, when applicable, when control no longer exists.

In the cases control is jointly held, the consolidation of the financial statements is made proportionately to the interest percentage.

b) Companies include in the consolidated financial statements

	<u>Equity interest - %</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Direct interest:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99.99	99.99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99.99	99.99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99.94	99.94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99.97	99.97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99.99	99.99
Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	99.99	99.99
Natura Cosméticos España S.L. - Spain	100.00	100.00
Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands	100.00	100.00

Indirect interest:

Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.- Natura Logística e Serviços Ltda.	99.99	99.99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (proportionate consolidation - joint control)	43.60	43.33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	100.00	100.00
Via Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands:		
Natura Brasil Inc. - USA - Delaware	100.00	100.00
Natura International Inc. - USA - New York	100.00	100.00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100.00	100.00
Natura Brasil SAS - France	100.00	100.00
Natura Brasil Inc. - USA - Nevada	100.00	100.00
Natura Europa SAS - France	100.00	100.00

The consolidated financial statements have been prepared based on the financial statements as of the same date and consistent with the Company's accounting policies. Investments in subsidiaries have been eliminated proportionately to the investor's interests in the subsidiaries' shareholders' equity and net income or loss, intergroup balances and transactions and unrealized profits, net of taxes.

The operations of the direct and indirect subsidiaries are as follows:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: engaged principally in the production and sale of Natura products to Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia, Natura Europa SAS - France, and Natura Cosméticos de Mexico S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: their activities are an extension of the activities conducted by the parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: it is engaged in product and technology development and market research. It is the only owner of Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France, a research and technology satellite center opened in 2007 in Paris.
- Natura Europa SAS - France: engaged in the purchase, sale, import, export and distribution of cosmetics, fragrances in general, and hygiene products.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: engaged in the import and sale of cosmetics, fragrances in general, and hygiene products to Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.

- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: engaged in the provision of administrative and logistics services to Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos España S.L.: company in start-up stage and its activities will be an extension of the activities carried out by its parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: engaged in the provision of administrative and logistics services to Natura Group companies based in Brazil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France: engaged mainly in research activities developed for in vitro testing as an alternative to animals testing, for to the safety and efficiency of test active compounds, skincare products and new packaging materials.
- Ybios S.A.: engaged in biotechnology research, management and development of projects, products and services, and may also enter into agreements and/or partnerships with universities, foundations, companies, cooperatives, associations and other public and private entities, provide services in the biotechnology area, and holding of equity interest in other companies.

As Ybios S.A. is a jointly controlled entity whose financial statements were proportionately included in the Company's consolidated financial statements, the main assets, liabilities and income statement accounts, which were included in the consolidated financial statements at the ratio of 43.60% of interest (43.33% as of December 31, 2011) after equity interest elimination adjustments, are stated below:

	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Current assets	559	567
Property, plant and equipment	45	56
Current liabilities	38	30
Net revenue for the year	-	128
Loss for the year	(317)	(1,086)

- Natura Europa SAS and Natura Cosmetics USA Co.: in January 2009 the shares of these subsidiaries were assigned as a capital contribution to the holding company Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands, and the Company became the indirect holder of such interests through this company headquartered in The Netherlands.

c) Discontinuation of subsidiaries' operations

At the meetings held in July and October 2009, the Board of Directors approved the discontinuation of the operations of subsidiary Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, which resulted in the need to recognize an allowance for asset impairment losses.

As of March 31, 2012, the net assets balance of Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, recorded in the Company's consolidated financial statements, less allowances for asset impairment losses and collection of liabilities during the operation termination process, was R\$297.

2.3. New and revised standards and interpretations

a) Standards, interpretations and revised standards not yet effective and which were not early adopted by the Company

<u>Standard</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
IFRS 9 Financial instruments	Classification and Measurement end the first part of the project to supersede "IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement". This new standard adopts a simple approach to determine whether a financial asset is measured at amortized cost or fair value, based on the way an entity manages its financial instruments (its business model) and contractual cash flow typical of financial assets. IFRS 9 also requires only one method to be adopted to determine impairment losses	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 10 - Consolidated Financial Statements	Replaces the IAS 27 requirements applicable to consolidated financial statements and SIC 12. IFRS 10 provides a single consolidation model that identifies control as the basis for consolidation for all types of entities	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 11 - Joint Arrangements	Eliminated the proportionate consolidation model for jointly controlled entities and maintained equity method model only. It also eliminates the concept to 'jointly controlled assets' and maintains only 'jointly controlled operations' and 'jointly controlled entities'.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities	Expands the current disclosure requirements in respect of entities, whether or not consolidated, where the entities have influence.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.

IFRS 13 - Fair Value Measurement	Replaces and consolidates in a single standard all the guidance and requirements in respect of fair value measurement contained in other IFRSs. IFRS 13 defines fair value and provides guidance on how to measure fair value and requirements for disclosure relating to fair value measurement. However, it does not introduce any new requirement or amendment with respect to items to be measured at fair value, which remain as originally issued.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 28 (Revised in 2011) - Investments in Associates and Joint Ventures	Revision of IAS 28 to include the changes introduced by IFRSs 10, 11 and 12.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
Amendments to IAS 19 - Employee Benefits	Eliminates the corridor approach and requires recognition of actuarial gains and losses as other comprehensive income for pension plans and other long-term benefits in profit or loss, when earned or incurred, among other changes.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
Amendments to IAS 1 - Presentation of Financial Statements	Introduces the requirement that all items recognized in other comprehensive income be separated into and totaled as items that are and items that are no subsequently reclassified to profit or loss.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.

The Company intends to adopt such standards when they go into effect.

Considering the current operations of the Group, management does not expect these new rules, interpretations and changes to have a material impact on the financial statements as from their adoption.

The CPC has not yet issued the pronouncements and amendments related to the new and revised IFRSs presented above. Because of the CPC's and the CVM's commitment to keep the set of standards issued updated according to the changes made by the IASB, we expect that such pronouncements and amendments be issued by the CPC and approved by the CVM by the date they become effective.

There are not further standards and interpretations issued but not yet adopted which may, in the management's view, have a significant impact on P&L or equity disclosed by the Company.

3. CRITICAL ACCOUNTING ESTIMATES AND ASSUMPTIONS

The preparation of financial statements requires the use of certain critical accounting estimates and the exercise of judgment by the Company's management in the process of application of accounting policies.

The accounting estimates and underlying assumptions are reviewed on an ongoing basis and are based on historical experience and other factors that are considered to be relevant in the circumstances. Actual results may differ from those estimates. The effects resulting from the revision of accounting estimates are recognized in the revision period.

These significant assumptions and accounting estimates are follows:

a) Income tax, social contribution, and other taxes

The Company recognizes deferred tax assets and liabilities based on differences between the carrying amount stated in the financial statements and the tax base assets and liabilities using statutory tax rates. The Company reviews regularly deferred tax assets in terms of possible recovery, considering the history of earnings generated and projected future taxable income, based on a technical feasibility study.

b) Provision for tax, civil, and labor contingencies

The Company is a party to several lawsuits and administrative proceedings, as described in note 17. Provisions are recognized for all contingent liabilities arising from lawsuits that represent probable losses and can be reliably estimated. The probability assessment includes assessing available evidences, the hierarchy of laws, available previous decisions, most recent court decisions and their relevance within the legal system, and the assessment of the outside legal counsel. Management believes that these provisions for tax, civil and labor contingencies are fairly presented in the financial statements.

b) Retirees' healthcare plan

The current amount of the retirees' healthcare plan is contingent to a series of factors determined based on actuarial calculations that update a series of assumptions, for example, the discount and other rates, which are disclosed in note 18. The change in one of these estimates could impact the results presented.

4. FINANCIAL RISK MANAGEMENT

4.1 General considerations and policies

Risks and the financial instruments are managed through the definition of policies and strategies and implementation of control systems, defined by the Company's Treasury Committee and approved by the Board of Directors. The compliance of the treasury area's positions in financial instruments, including derivatives, in relation to these policies, is presented and assessed on a monthly basis by the Treasury Committee and subsequently submitted to the analysis of the Audit Committee, the Executive Committee and the Board of Directors.

Risk management is performed by the Company's general treasury function, which is also responsible for approving the short-term investments and loan transactions conducted by the Group's subsidiaries.

4.2 Financial risk factors

The Group's activities expose them to several financial risks: market risk (including currency and interest risks), credit risk and liquidity risk. The Company's overall risk management program is focused on the unpredictability of financial markets and seeks to minimize potential adverse effects on the financial performance, using derivatives to protect certain risk exposures.

a) Market risks

The Group is exposed to market risks arising from their business activities. These risks mainly comprise possible changes in exchange and interest rates.

i) Foreign exchange risk

The Group is exposed to the foreign exchange risk arising from financial instruments denominated in currencies different from their functional currencies. To reduce this exposure, the Group implanted a policy to hedge against the foreign exchange risk that establishes exposure limits linked to this risk (Foreign Exchange Hedging Policy).

The treasury area's procedures defined by the current policy include monthly projection and assessment of the Company's and its subsidiaries' foreign exchange exposure, on which management's decision-making is based.

The Foreign Exchange Hedging Policy considers foreign currency-denominated amounts from receivables and payables related to commitments already assumed and recorded in the interim financial information based on the Company's operations.

As of March 31, 2012 and December 31, 2012, the Group is basically exposed to risks of fluctuations in the U.S. dollar. To hedge against foreign exchange exposures, the Group contracts derivative (swaps) and non-deliverable forward (NDF) transactions. The Foreign Exchange Hedging Policy establishes that the derivatives contracted by the Group should limit loss due to exchange rate depreciation related to the net income estimated for the current year considering the expected depreciation of the Brazilian real against the U.S. dollar. This limit sets the cap on the maximum foreign exchange exposure that the Group can undertake in relation to the U.S. dollar.

As of March 31, 2012, the Company's and the consolidated balance sheets include accounts denominated in foreign currency which, in the aggregate, represent net liabilities of R\$429,650 and R\$435,437, respectively (R\$438,667 and R\$444,894 as of December 31, 2011, respectively). These accounts are substantially represented by borrowings and financing which, as of March 31, 2012 and December 31, 2011, are hedged by swap arrangements.

Derivatives to hedge foreign exchange risk

The Company classifies derivatives into “financial” and “operating”. “Financial” derivatives include swaps or forwards contracted to hedge against the foreign exchange risk associated with foreign-currency-denominated borrowings and financing. “Operating” derivatives (usually forwards) include derivatives contracted to hedge against the foreign exchange risk on the business’s operating cash flows.

As of March 31, 2012, outstanding swap and forward contracts, with maturities between January 2013 and January 2018, were entered into the counterparties represented by the banks Bank of America (62%), Bradesco (25%), Brasil (12%), and HSBC (1%), broken down as follows:

Financial swaps – Company

<u>Type of transaction</u>	<u>Principal</u>		<u>Fair value</u>		<u>Gain (loss) for the year</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Swap contracts (1)						
Asset position:						
Long position - U,S, dollar	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>430.914</u>	<u>435.094</u>	<u>21.753</u>	<u>28.184</u>
Liability position:						
CDI floating rate:						
Short position in CDI	<u>396.002</u>	<u>396.938</u>	<u>409.160</u>	<u>406.910</u>	<u>---</u>	<u>---</u>

Derivativos “financeiros” - consolidado

<u>Type of transaction</u>	<u>Principal</u>		<u>Fair value</u>		<u>Gain (loss) for the year</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Swap contracts (1)						
Asset position:						
Long position - U,S, dollar	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>438.203</u>	<u>442.574</u>	<u>22.063</u>	<u>28.626</u>
Liability position:						
CDI floating rate:						
Short position in CDI	<u>403.450</u>	<u>404.662</u>	<u>416.140</u>	<u>413.947</u>	<u>---</u>	<u>---</u>

- (1) Swap transactions consist of swapping the exchange rate fluctuation for a percentage of the floating rate Interbank Deposit Rate (CDI).

The notional amount represents the amounts of the contracted derivatives. Fair value refers to the value of outstanding contracted derivatives recognized in balance sheets.

For derivatives maintained by the Group as of March 31, 2012 and December 31, 2011, due to the fact contracts are directly entered into with the financial institutions and not through a Mercantile and Futures Exchange, there are no margin calls deposited as guarantee of the related transactions.

Sensitivity analysis

For the sensitivity analysis of derivatives, the Company's management understands it is necessary to take into consideration corresponding assets and liabilities with exposure to exchange rates recorded in the balance sheet, as follows:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Total borrowings and financing in foreign currency (*)	429,650	435,437
Receivables in foreign currency	-	(5,390)
Payables in foreign currency	8,649	11,356
Notional amounts of financial derivatives	(426,668)	(430,560)
Net asset (liability) exposure	<u>11,631</u>	<u>10,843</u>

(*) The stated amount does not take into account the loan of the Company's Peruvian subsidiary totaling R\$35,305. Management understands that there is no foreign exchange exposure on this liability since it will be settled by the subsidiary with proceeds from transactions in this country, therefore in the same currency the debt was raised.

The tables below show the gain (loss) that would have been recognized in profit or loss for the quarter ended March 31, 2012 based on the following scenarios:

<u>Description</u>		<u>Company</u>			
		<u>Company's risk</u>	<u>Probable scenario</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net liability exposure	Us dollar appreciation		(165)	(2,908)	(5,815)

<u>Description</u>		<u>Consolidated</u>			
		<u>Company's risk</u>	<u>Probable scenario</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net liability exposure	Us dollar appreciation		(154)	(2,711)	(5,422)

The probable scenario considers future U.S. dollar rates obtained at BM&FBOVESPA for the maturity dates of the financial instruments exposed to foreign exchange risks. Scenarios II and III consider a 25% (R\$2.28/US\$1.00) and 50% (R\$2.73/US\$1.00) appreciation of U.S. dollar, respectively. Probable scenarios II and III are presented as required by CVM Instruction 475/08. In assessing possible changes in exchange rates, management uses the probable scenario, which is being presented for compliance with IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures.

The Group does not use derivatives for speculative purposes.

ii) Interest rate risk

The interest rate risk arises from short-term investments and loans. Financial instruments issued at floating rates expose the Group to cash flow risks associated with the interest rate. Financial instruments issued at fixed rates expose the Group to fair value risks associated with the interest rate.

The Company's cash flow risk associated with the interest rate arises from short-term investments and short- and long-term loans and financing issued at floating rates. The Company's management adopts the policy of maintaining its rates of exposure to asset and liability interest rates pegged to floating rates. Short-term investments are adjusted by the Interbank Deposit Rate (CDI) whereas borrowings and financing are adjusted based on the Long-term Interest Rate (TJLP), CDI and fixed rates, according to the contracts made with the related financial institutions, and trading securities with investors in this market.

Management believes that the risk of significant changes in the CDI and TJLP in the next 12 months is low taking into consideration the stability achieved with the current monetary policy implemented by the Federal Government, in addition to the history of increases in Brazilian policy rate over the past years. For this reason, the Company has not conduct derivative transactions to hedge against this risk.

The Group contracts swap transactions to mitigate risks on borrowing and financing transactions subject to an index other than CDI, TJLP or fixed rates. However, as of March 31, 2012 and December 31, 2011, the Group did not have this type of derivative as they assessed the related risk as very low, as described below.

Sensitivity analysis

As described in the foreign exchange risk section above, as of March 31, 2012 almost all foreign-currency-denominated borrowings and financing are hedged by swap arrangements that exchange the foreign-currency liability index for the CDI rate fluctuation, in light of the Company's policy to hedge such risks. The Company is, therefore, exposed to CDI fluctuation. The table below presents the exposure to interest rate risks of transactions pegged to CDI and TJLP, including derivative transactions:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Total borrowings and financing - in local currency (note 14)	(439,035)	(653,331)
Derivatives pegged to CDI/TJLP	(429,650)	(435,437)
Short-term investments (notes 5 and 11)	<u>296,239</u>	<u>514,028</u>
Net liability exposure	<u>(572,446)</u>	<u>(574,740)</u>

The sensitivity analysis considers the exposure of borrowings and financing pegged to CDI and TJLP rates, net of short-term investments, also pegged to the CDI rate (note 5).

The tables below show the loss (gain) that would have been recognized in profit or loss for the quarter ended March 31, 2012 based on the following scenarios:

<u>Description</u>	<u>Company</u>			
	<u>Company's risk</u>	<u>Probable scenario</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net liabilities	Alta da taxa	<u>1,259</u>	<u>(13,624)</u>	<u>(27,248)</u>

<u>Description</u>	<u>Consolidated</u>			
	<u>Company's risk</u>	<u>Probable scenario</u>	<u>Scenario II</u>	<u>Scenario III</u>
Net liabilities	Alta da taxa	<u>1,264</u>	<u>(13,679)</u>	<u>(27,358)</u>

The probable scenario considers future interest rates obtained at BM&FBOVESPA for the maturity dates of the financial instruments exposed to interest rate risks. Scenarios II and III consider an increase in the interest rate of 25% (11.9% per year) and 50% (14.3% per year), respectively.

b) Credit risk

Credit risk refers to risk of a counterparty not complying with its contract obligations, which would result in financial losses for the Company. Sales of the Group are made to a great number of sales representatives (Natura Beauty Consultants) and this risk is managed through a strict credit granting process. The result of this management is reflected in the 'Allowance for doubtful accounts', as explained in note 6.

The Group is also subject to credit risks related to financial instruments contracted for the management of its business, primarily represented by cash and cash equivalents, short-term investments and derivative instruments.

The Company believes that the credit risk of transactions with financial institutions is low, as these are considered by the market as prime banks.

The Policy for Short-term Investments adopted by the Company's management establishes the financial institutions with which the Group can do business and defines fund allocation limits and the amounts that may be invested in each of these financial institutions.

c) Liquidity risk

Effectively managing liquidity risk implies to maintain enough cash and marketable securities, funds available through credit facilities used and the ability to settle market positions.

Management monitors the Company's consolidated liquidity level considering the expected cash flows against unused credit facilities.

The carrying amounts of financial liabilities is measured at amortized cost, and their corresponding maturities are as follows:

Company as of <u>March 31, 2012</u>	<u>Less than one year</u>	<u>One to two years</u>	<u>Two to five years</u>	<u>More than five years</u>	<u>Fair value 03/2012</u>	<u>Discount effect</u>	<u>Carrying amount 03/2012</u>
Current:							
Borrowings and financing	66,016	-	-	-	66,016	(38,565)	27,451
Trade payables	109,092	-	-	-	109,092	-	109,092
Derivatives	18,243	-	-	-	18,243	3,510	21,753
Noncurrent:							
Borrowings and financing	-	797,896	49,886	77,802	925,584	(84,350)	841,234
Consolidated as of <u>March 31, 2012</u>							
Borrowings and financing							
Trade payables	188,905	-	-	-	188,905	(52,124)	136,781
Derivatives	428,285	-	-	-	428,285	-	428,285
	18,527	-	-	-	18,527	3,536	22,063
Noncurrent:							
Borrowings and financing	-	870,323	131,266	88,884	1,090,473	(103,181)	987,292

4.3. Capital management

The Company's objectives in managing its capital are to ensure that the Company is continuously capable of offering return to its shareholders and benefits to other stakeholders, and maintain an optimal capital structure to reduce this cost.

The Company monitors capital based on the financial leverage ratios. This ratio corresponds to the net debt divided by the total capital. The net debt corresponds to total borrowings and financings (including short- and long-term borrowings, as shown in the consolidated balance sheet), deducted from cash and cash equivalents.

The net debt shown below does not take into consideration the adjustments to derivatives contracted to mitigate the foreign exchange risk.

The consolidated financial leverage ratios as of March 31, 2012 and December 31, 2011 are as follows:

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Short- and long-term borrowings and financing	868,685	918,973	1,124,073	1,186,699
Cash and cash equivalents	(309,898)	(166,007)	(587,468)	(515,610)
Net debt	558,787	752,966	536,605	671,089
Shareholders' equity	928,104	1,250,244	928,105	1,250,245
Financial leverage ratio	60.20%	60.23%	57.81%	53.68%

4.4. Fair value estimate

Financial instruments are measured at fair value at the end of the reporting period as prescribed by CPC 40 – Financial Instruments: Disclosures and according to the following hierarchy:

- Level 1: Prices quoted (unadjusted) in active markets for identical assets or liabilities. A market is considered active if quoted prices are readily and regularly available from an exchange, dealer, broker, industry group, pricing service or regulatory agency, and those prices represent actual and regularly occurring market transactions on an arm's-length basis.
- Level 2: Used for financial instruments that are not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) and whose fair value is determined using valuation techniques that, in addition to the quoted prices, included in Level 1, use other inputs adopted by the market for assets or liabilities, whether directly (i.e., prices) or indirectly (i.e., derived from prices).
- Level 3: Inputs for assets or liabilities that are not based on the data adopted by the market (i.e., unobservable inputs).

As of March 31, 2012 and December 31, 2011, the measurement of all the Company's and its subsidiaries' derivatives falls under the Level 2 characteristics. The fair value of exchange rate derivatives (swap and forwards) is determined based on the exchange rate at the end of the reporting period, with the resulting amount being discounted to present value.

Fair value of financial instruments at amortized cost Short-term investments

The carrying amounts of the short-term investments approximate their fair values as transactions are conducted at floating interest rates and can be immediately redeemable.

Borrowings and financing

The carrying amounts of borrowings and financing, except those pegged to a fixed rate, approximate their fair values as they are pegged to a floating rate, the CDI fluctuation. The carrying amounts of financing pegged to TJLP approximate their fair values as the TJLP is also pegged to CDI and is a floating rate.

The fair value of borrowings and financing contracted at fixed interest rates does not have significant variation related to the book value disclosed in note 14.

Trade and other payables

It is estimated that the carrying amounts of trade receivables and trade payables approximate their fair values in view of the short term of the transactions conducted.

5. CASH AND CASH EQUIVALENTS

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Cash and banks	13,659	27,929	80,221	98,208
Floating rate Bank certificates of deposit (CDBs)	<u>296,239</u>	<u>138,078</u>	<u>507,247</u>	<u>417,402</u>
	<u>309,898</u>	<u>166,007</u>	<u>587,468</u>	<u>515,610</u>

As of March 31, 2012, the CDBs yield interest ranging from 100.0% to 101.1% of CDI (100.0% to 101.5% as of December 31, 2011).

6. TRADE RECEIVABLES

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Trade receivables	485,087	591,480	594,919	706,861
Allowance for doubtful accounts	<u>(59,109)</u>	<u>(56,171)</u>	<u>(68,602)</u>	<u>(64,989)</u>
	<u>425,978</u>	<u>535,309</u>	<u>526,317</u>	<u>641,872</u>

The aging list of trade receivables is as follows:

	Controladora		Consolidado	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Current	368,770	452,392	457,521	543,472
Past due:				
Up to 30 days	64,858	102,107	75,601	117,560
31 to 60 days	15,773	14,029	17,542	16,254
61 to 90 days	12,981	9,950	14,629	13,306
91 to 180 days	<u>22,705</u>	<u>13,002</u>	<u>29,626</u>	<u>16,269</u>
	<u>485,087</u>	<u>591,480</u>	<u>594,919</u>	<u>706,861</u>

The balance of trade receivables in consolidated is basically denominated in Brazilian reais, and approximately 88% of the outstanding balance as of March 31, 2012 refers to real-denominated transactions (89% as of December 31, 2011). The remaining balance is denominated in several currencies and refers to sales of foreign subsidiaries.

The changes in the allowance for doubtful accounts for the quarter ended March 31, 2012 are as follows:

Company				Consolidated			
<u>Balance at</u>			<u>Balance at</u>	<u>Balance at</u>			<u>Balance at</u>
<u>12/2011</u>	<u>Additions (a)</u>	<u>Reversals (b)</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>Additions (a)</u>	<u>Reversals (b)</u>	<u>03/2012</u>
<u>(56.171)</u>	<u>(23.455)</u>	<u>20.517</u>	<u>(59.109)</u>	<u>(64.989)</u>	<u>(26.076)</u>	<u>22.463</u>	<u>(68.602)</u>

(a) Allowance recognized according to note 2.7, disclosed in note 2 to the annual consolidated financial statements of the Company for the year ended December 31, 2011, disclosed on February 15, 2012.

(b) Refers to accounts that are over 180 days past due that were written off due to uncollectible amounts.

The expense on the recognition of the allowance for doubtful accounts was recorded in 'Selling expenses' in the income statement. When recovery of additional cash is less than probable, the amounts credited to line item 'Allowance for doubtful accounts' are in general reversed against the definite write-off of the receivable and is recorded in net income or loss.

Maximum exposure to credit risk at the reporting date is the carrying amount of each aging range, net of the allowance for doubtful accounts, as shown in the aging list above. The Group does not have any guarantee for past-due receivables.

7. INVENTORIES

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Finished products	231,261	219,626	605,470	565,739
Raw materials and packaging	-	-	164,342	149,806
Promotional material	29,599	18,560	71,610	52,288
Work in progress	-	-	18,535	16,314
Allowance for losses	<u>(14,119)</u>	<u>(20,280)</u>	<u>(92,083)</u>	<u>(95,399)</u>
	<u>246,741</u>	<u>217,906</u>	<u>767,874</u>	<u>688,748</u>

The changes in the allowance for inventory losses for the quarter ended March 31, 2012 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 12/2011	Reversals (a)	write-offs (b)	Balance at 03/2012	Balance at 12/2011	Additions (a)	write-offs (b)	Balance at 03/2012
<u>(20,280)</u>	<u>3,893</u>	<u>2,268</u>	<u>(14,119)</u>	<u>(95,399)</u>	<u>(22,140)</u>	<u>25,456</u>	<u>(92,083)</u>

(a) Refer basically to the recognition of the allowance for losses due to discontinuation, expiration and quality, to cover expected losses on the realization of inventories, pursuant to the Group's policy.

(b) Consist of write-offs of products discarded by the Company.

8. RECOVERABLE TAXES

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
ICMS on purchases of goods	-	-	180,289	154,942
Refundable ICMS - ST on interstate sales, SP (a)	868	8,296	868	8,296
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	22,781	22,170
ICMS on purchases of fixed assets	14,529	15,428	23,037	24,318
PIS and COFINS on purchases of fixed assets	-	-	4,141	7,376
PIS and COFINS on purchase of goods	50,841	45,012	73,900	68,187
PIS and COFINS resulting from win on a lawsuit (b)	11,887	11,887	16,852	16,852
IRPJ and CSLL on freight	29	728	4,304	3,236
PIS, COFINS and CSLL - withheld at source	-	-	1,945	2,024
Other	775	365	6,272	8,834
Provision for discount on sale of ICMS credits	-	-	<u>(3,530)</u>	<u>(3,376)</u>
	<u>78,929</u>	<u>81,716</u>	<u>330,859</u>	<u>312,859</u>
Current	<u>66,777</u>	<u>69,417</u>	<u>220,846</u>	<u>201,620</u>
Noncurrent	<u>12,152</u>	<u>12,299</u>	<u>110,013</u>	<u>111,239</u>

(a) Refers to the State Reverse Charge System VAT (ICMS - ST) amount that has been separately disclosed and withheld on a monthly basis on the Company's and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.'s products sold and shipped to customers located in the Federal District and States other than the State of São Paulo, pursuant to São Paulo State tax legislation in effect since February 2008. In 2010, São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) granted the Company a special regime that allows it to offset the credits through the "Fast Track", in which the credits are offset in the month following its computation, through a bank guarantee of 1.5 times the credit amount.

- (b) The stated amount refers to the recognition of PIS and COFINS tax credits as a result of the favorable outcome in a lawsuit claiming the unconstitutionality and illegality of the PIS and COFINS taxable basis broadening established by Law 9718/98. See details on note 17 (a) (contingent assets).

9. INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION

a) Deferred

Deferred Corporate Income Tax (IRPJ) and Social Contribution on Net Income (CSLL) result from temporary differences in the Company and in its subsidiaries. These credits are kept recorded in noncurrent assets, as prescribed by CPC 26 (R1) – Presentation of Financial Statements. The amounts are as follows:

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Allowance for doubtful accounts (note 6)	20,097	19,098	20,097	19,098
Allowance for losses on inventories realization (note 7)	4,800	6,895	26,596	28,219
Reserve for tax, civil and labor contingencies (note 17)	17,992	17,743	37,092	36,896
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis (note 17)	634	620	41,593	39,173
Actuarial liability - Retirees' healthcare plan (note 18)	6,752	6,573	9,844	9,565
Allowance for losses on swap and forward contracts (note 24)	(7,396)	(9,583)	(7,501)	(9,733)
Provision for ICMS – ST, PR, DF, MS, MT and RJ States (note 16)	10,087	8,247	10,087	8,247
Allowances for losses on advances to suppliers	2,403	1,992	2,548	2,137
Accrued contractual obligations	2,185	1,439	3,518	2,713
Provision for discount on assignment of ICMS credits	-	-	1,200	1,148
Accrued benefits sharing and partnerships	6,929	6,178	6,929	6,178
Temporary differences of foreign subsidiaries	-	-	10,602	9,681
Provision for profit sharing	4,280	3,955	8,586	10,947
Depreciation rate adjustments to useful lives (RTT)	1,723	1,420	(7,266)	(6,989)
Other temporary differences	<u>21,772</u>	<u>15,568</u>	<u>38,693</u>	<u>32,272</u>
	<u>92,258</u>	<u>80,145</u>	<u>202,618</u>	<u>189,552</u>

Management, based on projections of future taxable income, estimates that the recorded tax credits will be fully realized within five years.

Tax credits will be realized as follows:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
2012	55,952	118,148
2013	4,398	6,438
2014	5,764	47,862
2015 and thereafter	<u>26,144</u>	<u>30,170</u>
	<u>92,258</u>	<u>202,618</u>

With respect to the Company's foreign subsidiaries, except for the operation in Argentina and Peru which reports taxable income, the other subsidiaries do not record tax credits on tax loss carryforwards and temporary differences in their financial statements due to the absence of a history of taxable income and taxable income projections for the coming fiscal years.

As of December 31, 2011, tax credits calculated at the prevailing tax rates in the countries where the subsidiaries are located, are as follows:

Total temporary differences

Tax loss carryforwards:

Argentina	9.533
Chile	82.379
Mexico	110.771
Colombia	73.980
France	110.678

Tax credits on tax loss carryforwards generated by the subsidiaries can be carried forward indefinitely, except for those of the subsidiaries in Argentina and Mexico, which expire as follows:

	<u>Argentina</u>	<u>Mexico</u>
2012	3,060	-
2013	4,564	-
2014	-	11
2015	1,909	7,434
2016 and thereafter	<u>-</u>	<u>103,326</u>
	<u>9,533</u>	<u>110,771</u>

b) Reconciliation of income tax and social contribution

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Income before income tax and social contribution	214,435	208,615	223,434	229,097
Income tax and social contribution at the rate of 34%	(72,908)	(70,929)	(75,968)	(77,893)
Technological research and innovation benefit - Law 11196/05 (*)	5,293	3,936	5,293	3,936
Tax incentives - donations	927	620	1,498	1,498
Equity in investees (note 12)	175	2,222	-	-
Unrecognized deferred taxes on tax losses generated by foreign subsidiaries	-	-	(5,156)	(9,959)
Tax Transition Regime (RTT) - Provisional Act 449/08 – Law 11,638/07 adjustments	97	87	(493)	(218)
Other permanent differences	<u>3,470</u>	<u>5,966</u>	<u>2,881</u>	<u>4,056</u>
Income tax and social contribution expenses	<u>(62,946)</u>	<u>(58,098)</u>	<u>(71,945)</u>	<u>(78,580)</u>
Income tax and social contribution - current	(75,060)	(69,374)	(85,011)	(100,711)
Income tax and social contribution - deferred	12,114	11,276	13,066	22,131
Effective rate - %	29.4	27.8	32.2	34.3

(*) Refers to the tax benefit established by Law 11196/05, which allows for the direct deduction from the calculation of taxable income and the social contribution tax basis of the amount corresponding to 60% of the total expenses on technological research and innovation, observing the rules established in said Law.

The changes in income tax and social contribution for the year were as follows:

Company			Consolidated		
Balance at	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at	Balance at	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at
<u>12/2011</u>	<u>loss</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>loss</u>	<u>03/2012</u>
<u>80,145</u>	<u>(12,113)</u>	<u>92,258</u>	<u>189,552</u>	<u>(13,066)</u>	<u>202,618</u>

10. ESCROW DEPOSITS

Represent Group's restricted assets related to amounts deposited and held by the courts until the litigation to which they are linked is resolved.

The Group's escrow deposits as of March 31, 2012 and December 31, 2011 are as follows:

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
ICMS - ST (note 17.(a))	83,660	80,304	83,660	80,304
ICMS - ST suspended collection (*) (note 16 (b))	98,368	88,521	98,368	88,521
Other accrued tax obligations (note 16 (e) and (g))	9,614	9,434	52,906	52,024
Other suspended tax obligations (note° 17.(c))	11,071	10,955	11,071	10,955
Unaccrued tax lawsuits	30,237	34,373	34,154	38,254
Accrued tax lawsuits (note 17)	9,969	9,952	11,554	11,515
Unaccrued civil lawsuits	1,037	1,016	1,128	1,108
Accrued civil lawsuits (note 17)	1,891	1,886	1,998	1,992
Unaccrued labor lawsuits	6,446	5,844	7,752	6,999
Accrued labor lawsuits (note 17)	<u>2,665</u>	<u>2,653</u>	<u>4,460</u>	<u>4,167</u>
	<u>254,958</u>	<u>244,938</u>	<u>307,051</u>	<u>295,839</u>

11. OTHER CURRENT AND NONCURRENT ASSETS

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Advances to advertisement services	105,680	111,690	107,152	112,666
Asset held for sale	-	-	17,752	17,752
Insurance	888	1,829	1,206	2,464
Restricted cash - CDBs (*)	-	-	6,781	6,757
Others	<u>15,356</u>	<u>6,371</u>	<u>33,179</u>	<u>17,079</u>
	<u>121,924</u>	<u>119,890</u>	<u>166,070</u>	<u>156,718</u>
Circulante	<u>118,424</u>	<u>115,328</u>	<u>137,587</u>	<u>126,783</u>
Não circulante	<u>3,500</u>	<u>4,562</u>	<u>28,483</u>	<u>29,935</u>

- (*) Refers to a blocked account pledged as guarantee related to the court collection of Federal VAT (IPI) for July 1989 when wholesale units were held equivalent to manufacturing establishments under Law 7798/89. The lawsuit is pending a decision on the appeal from the defendant at the Federal Regional Court of the 3rd region (São Paulo). Based on the Company's legal counsel assessment the likelihood of loss in this lawsuit is possible.

12. INVESTMENTS

	Company	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Investments in subsidiaries and jointly controlled entities	<u>1,261,864</u>	<u>1,253,721</u>

Information on and changes for quarter ended March 31, 2012

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de Mexico S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands (*)	Natura Cosméticos España S.L.	Total
Share capital	526,155	106,793	13,621	101,345	6,420	5,008	204,023	77,187	80,128	73	1,120,753
Equity interest	99.99%	99.99%	99.94%	99.97%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	100.00%	100.00%	
Subsidiaries' shareholders' equity	1,074,237	20,374	134	68,170	297	32,446	46,138	11,730	8,335	106	1,261,967
Interest in shareholders' equity	1,074,129	20,372	133	68,150	297	32,443	46,133	11,729	8,335	106	1,261,827
Subsidiaries' net income (loss) for the year	12,723	(753)	(1,287)	(1,251)	-	3,024	(4,073)	(4,906)	(2,966)	-	511
<u>Carrying amount of investments</u>											
Balance as of December 31, 2011	1,060,333	20,383	1,485	72,825	306	28,809	47,596	13,434	8,444	106	1,253,721
Equity in investees	12,723	(753)	(1,286)	(1,251)	-	3,024	(4,072)	(4,905)	(2,966)	-	514
Exchange rate change and other adjustments on the translation of investments in foreign subsidiaries	-	742	(65)	(3,424)	(9)	(51)	2,609	247	(892)	-	(843)
Company's contribution to the stock options plan of subsidiaries' executives and other reserves	1,073	-	-	-	-	661	-	-	-	-	1,734
Profit distribution	-	-	-	-	-	-	-	2,953	3,749	36	6,738
Capital increases	<u>1,074,129</u>	<u>20,372</u>	<u>134</u>	<u>68,150</u>	<u>297</u>	<u>32,443</u>	<u>46,133</u>	<u>11,729</u>	<u>8,335</u>	<u>142</u>	<u>1,261,864</u>

(*) Consolidated information of the following companies:

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. and Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands: Natura (Brasil) International B.V. (The Netherlands), Natura Brasil Inc. (USA - Delaware), Natura International Inc. (USA - New York), Natura International Inc. (USA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (France) and Natura Brasil SAS (France).

Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: Ybios S.A. and Natura Innovation et Technologie Produits S.A.S. - France

[this page intentionally left blank]

13. PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT AND INTANGIBLE ASSETS

<u>PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT</u>	Weighted average annual depreciation rate - %	Company					
		03/2012			12/2011		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Residual amount	Adjusted cost	Accumulated depreciation	Residual amount
Vehicles	21	38,749	(19,862)	18,887	39,010	(16,991)	22,019
Leasehold improvements (a)	15	36,930	(13,237)	23,693	35,419	(11,844)	23,575
Machinery and equipment	4	116,130	(9,657)	106,473	114,844	(7,421)	107,423
Buildings	-	56,694	-	56,694	56,694	-	56,694
Furniture and fixtures	7	11,940	(3,206)	8,734	11,633	(3,006)	8,627
IT equipment	18	44,987	(9,856)	35,131	50,867	(7,024)	43,843
Projects in progress	-	80,007	-	80,007	67,843	-	67,843
Advances to suppliers	-	428	-	428	2,191	-	2,191
		<u>385,865</u>	<u>(55,818)</u>	<u>330,047</u>	<u>378,501</u>	<u>(46,286)</u>	<u>332,215</u>

<u>INTANGIBLE ASSETS</u>	Weighted average annual amortization rate - %	Company					
		03/2012			12/2011		
		Adjusted cost	Accumulated amortization	Residual amount	Adjusted cost	Accumulated amortization	Residual amount
Software and other	17	94,566	(21,886)	72,680	88,848	(17,356)	71,492
Carbon credits (c)	-	7,890	-	7,890	7,437	-	7,437
		<u>102,456</u>	<u>(21,886)</u>	<u>80,570</u>	<u>96,285</u>	<u>(17,356)</u>	<u>78,929</u>

<u>PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT</u>	Weighted average annual depreciation rate - %	Consolidated					
		03/2012			12/2011		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Residual amount	Adjusted cost	Accumulated amortization	Residual amount
Machinery and equipment	6	416,856	(152,190)	264,666	410,901	(145,342)	265,559
Buildings	4	207,836	(61,917)	145,919	207,836	(60,400)	147,436
Installations	9	133,354	(75,567)	57,787	132,919	(73,512)	59,407
Land	-	27,214	-	27,214	27,214	-	27,214
Molds	30	118,352	(91,468)	26,884	116,068	(87,966)	28,102
Vehicles	21	59,869	(26,053)	33,816	59,490	(22,430)	37,060
IT equipment	19	80,785	(27,408)	53,377	76,305	(23,933)	52,372
Furniture and fixtures	11	34,094	(12,492)	21,602	32,976	(11,937)	21,039
Leasehold improvements (a)	15	52,228	(20,559)	31,669	50,599	(18,581)	32,018
Projects in progress	-	87,228	-	87,228	80,563	-	80,563
Advances to suppliers	-	45,396	-	45,396	47,724	-	47,724
Other	3	4,193	(2,226)	1,967	4,196	(2,256)	1,940
		<u>1,267,405</u>	<u>(469,880)</u>	<u>797,525</u>	<u>1,246,791</u>	<u>(446,357)</u>	<u>800,434</u>

<u>INTANGIBLE ASSETS</u>	Weighted average annual amortization rate - %	Consolidated					
		03/2012			12/2011		
		Adjusted cost	Accumulated amortization	Residual amount	Adjusted cost	Accumulated amortization	Residual amount
Software	18	192,703	(41,758)	150,945	182,890	(32,676)	150,214
Carbon credits (c)	-	7,890	-	7,890	7,437	-	7,437
Business lease - Natura							
Europa SAS – France (b)	-	5,065	-	5,065	5,074	-	5,074
Trademarks and patents	10	1,649	(1,649)	-	1,652	(1,623)	29
		<u>207,307</u>	<u>(43,407)</u>	<u>163,900</u>	<u>197,053</u>	<u>(34,299)</u>	<u>162,754</u>

(a) The amortization rates take into consideration the lease terms of leased properties, which range from three to five years.

- (b) The business lease generated on the purchase of a commercial location where Natura Europa SAS - France operates is supported by an appraisal report issued by independent appraisers, attributable to the fact that it is an intangible, marketable asset, the value of which does not decrease over time. The change in the balance between March 31, 2012 and December 31, 2011 is basically due to the effects of the exchange fluctuation for the period.
- (c) Carbon Neutral Program (note 2.11.3) disclosed in note 2 to the annual consolidated financial statements of the Company for the year ended December 31, 2011, disclosed on February 15, 2012.

Additional information on property, plant and equipment:

a) Assets pledged as collateral

As of March 31, 2012, the Group has property, plant and equipment items pledged as collateral of bank financing and loan transactions, as well as items attached to the defense of lawsuits, as shown below:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
Vehicles	100	100
IT equipment	491	1.077
Machinery and equipment	<u>3</u>	<u>3</u>
Total	<u>594</u>	<u>1,180</u>

b) Leases

In 2011 the Company entered into finance lease transactions to purchase property, plant and equipment totaling R\$56,694, recognized in line item "Buildings" and "sale leaseback" transactions totaling R\$24,537, recognized in line item "Machinery and equipment". As of March 31, 2012, the balance of lease payables, classified in line item "Borrowings and financing" (note 14) totals R\$77,839 (R\$79,673 as of December 31, 2011).

c) Balance of capitalized interest

	<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Buildings	<u>1,473</u>	<u>1,479</u>

Changes in property, plant and equipment

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Balances at beginning of quarter/year	332,215	92,175	800,434	560,467
Additions (less transfers from projects in progress - when terminated):				
Machinery and equipment	1,287	28,373	5,823	45,037
Projects in progress/advances to suppliers	3,574	114,902	7,911	165,726
Vehicles	989	15,069	2,298	21,031
Molds	-	-	2,259	15,344
Facilities	-	-	564	6,112
IT equipment	451	40,611	824	11,377
Furniture and fixtures	405	4,176	1,095	5,679
Other	<u>1,412</u>	<u>4,777</u>	<u>1,503</u>	<u>5,524</u>
	8,118	207,908	22,277	275,830
Leases	-	56,694	-	56,694
Depreciation	(9,774)	(20,814)	(24,459)	(84,108)
Transfers and disposals, net	<u>(512)</u>	<u>(3,748)</u>	<u>(727)</u>	<u>(8,449)</u>
Balances at end of quarter/year	<u>330,047</u>	<u>332,215</u>	<u>797,525</u>	<u>800,434</u>

Changes in intangible assets

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Balances at beginning of quarter/year	78,929	18,586	162,754	120,073
Additions:				
Software (includes implementation costs)	6,319	64,993	10,339	66,402
Carbon credits	<u>452</u>	<u>4,135</u>	<u>452</u>	<u>4,135</u>
	6,771	69,128	10,791	70,537
Transfers and disposals, net	(920)	(2,034)	(614)	(2,043)
Amortization	<u>(4,210)</u>	<u>(6,751)</u>	<u>(9,031)</u>	<u>(25,813)</u>
Balances at end of quarter/year	<u>80,570</u>	<u>78,929</u>	<u>163,900</u>	<u>162,754</u>

14. BORROWINGS AND FINANCING

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>		<u>Reference</u>
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	
<u>Local currency</u>					
BNDES - EXIM	-	-	64,316	67,607	A
FINEP (Financing Agency for Studies and Projects)	-	-	24,036	27,106	B
Debentures	362,598	353,256	362,598	353,256	C
BNDES	20,214	21,708	135,922	141,689	D
Working capital	-	48,613	-	48,613	E
BNDES FINAME	-	-	7,027	7,336	F
Banco do Brasil - FAT Fomentar (Workers' Assistance Fund)	-	-	2,370	2,697	G
Finance leases	56,223	56,729	56,223	56,729	H
FINEP - grant	-	-	839	289	I
Total local currency	<u>439,035</u>	<u>480,306</u>	<u>653,331</u>	<u>705,322</u>	
<u>Foreign currency</u>					
BNDES	4,188	4,486	9,975	10,713	J
Resolution 4131/62	403,846	411,237	403,846	411,237	K
International operation - Peru	-	-	35,305	36,483	L
Machinery financing	<u>21,616</u>	<u>22,944</u>	<u>21,616</u>	<u>22,944</u>	M
Total foreign currency	<u>429,650</u>	<u>438,667</u>	<u>470,742</u>	<u>481,377</u>	
Grand total	<u>868,685</u>	<u>918,973</u>	<u>1,124,073</u>	<u>1,186,699</u>	
Current	<u>27,451</u>	<u>66,424</u>	<u>136,781</u>	<u>168,962</u>	
Noncurrent	<u>841,234</u>	<u>852,549</u>	<u>987,292</u>	<u>1,017,737</u>	

Reference	Currency	Maturity	Charges	Collaterals
A	Real	March 2014	Interest of 2.5% p.y. + TJLP	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
B	Real	March 2013 and may 2019	TJLP (b) for the installment maturing in 2013 and interest of 5% for the installment maturing in May 2019	Guarantee of Natura Cosméticos S.A. and bank guarantee
C	Real	May 2013	Interest of 108% of CDI com vencimento em maio de 2013	None
D	Real	January 2018	TJLP + Interest of 0,7% to 2,8% p.y. for the installment maturing in March 2016 and 2,3% for the installment maturing in 2018.	Bank guarantee
E	Real	January 2012	105.5% of CDI p.y.. + IOF (b)	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
F	Real	September 2016	Interest of 4.5% p.y. + TJLP	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
G	Real	February 2014	Interest of 4.4% p.y. + TJLP	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
H	Real	Through August 2026	Interest of 108.0% of DI - CETIP (c)	Leases are collateralized by the underlying assets
I	Real	December 2012	N/A	None
J	Dollar	January 2018	Exchange fluctuation + 1.8% p.y. + Resolution ^o 635 (a)	Guarantee of Natura Cosméticos S.A. and bank guarantee
K	Dollar	October 2013	Exchange fluctuation + interest of 1.87% to 3.89% p.y. (a)	Guarantee of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
L	Novo sol	December 2012	Interest of 5.2% p.y.	Bank guarantee
M	Dollar	December 2016	Exchange fluctuation + interest of 3.87% p.y. (a)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos

(a) Loans and financing for which swap contracts (CDI) were entered into.

(b) IOF - Tax on Financial Transactions.

(c) DI - CETIP - daily index calculated based on the average DI, disclosed by Cetip S.A. (Brazilian clearinghouse and over-the-counter market).

[This page is intentionally left blank]

Maturities of noncurrent liabilities are as follows:

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
2013	761,106	771,468	810,815	840,496
2014	10,947	11,067	48,063	48,132
2015	8,252	8,364	38,352	38,413
2016 and thereafter	<u>60,929</u>	<u>61,650</u>	<u>90,062</u>	<u>90,696</u>
	<u>841,234</u>	<u>852,549</u>	<u>987,292</u>	<u>1,017,737</u>

A description of the outstanding bank loan agreements is as follows:

a) Description of bank loans

1. BNDES - EXIM Pré-Embarque and BNDES - EXIM Pré-Embarque Especial Programs

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. benefits from BNDES financing programs for the pre-shipment stage of goods and services exports. As a rule, the requirements for participation in said programs are: (i) to have credit approved by the financial institution that will enter into the financing agreement; and (ii) to manufacture products using at least 60% of locally sourced materials.

2. Financing agreements with the BNDES

The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. and Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. have credit facility agreements with the BNDES to facilitate direct investments in the Company and its subsidiaries in order to improve certain product lines, train research and development employees, optimize operation product separation lines in the Cajamar, SP industrial facilities, build new distribution centers, and restructure the administration of the Itapeperica da Serra, SP unit and purchase the equipment necessary for these purposes.

3. Financing agreement with the FINEP

The subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. has innovation programs aimed at the development and acquisition of new technologies by means of partnerships with universities and research centers in Brazil and abroad. These innovation programs have the support of FINEP's research and technological development incentive programs, which facilitates and/or co-finances equipment, scientific grants and research material for the participating universities.

These funds were used to partially fund the investments made in the drafting of the "Technology Platforms for New Cosmetics and Nutritional Supplements" and the "Research and Innovation for the Development of New Cosmetics" projects.

4. Machinery and Equipment Financing – FINAME

The Company benefits from a credit facility with the BNDES, related to FINAME onlendings, intended to finance the purchase of new machinery and equipment manufactured in Brazil. Said onlending is carried out by granting credit to subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., granting rights to receivables to the financial institution accredited as a financing agent, usually Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., HSBC Bank Brasil S.A. or Banco Santander Brasil S.A., which enters into such said financing with Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

These agreements are collateralized by assigning the fiduciary ownership of the assets described in the related agreements. The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. is the trustee and the Company is the guarantor of these assets. In addition, the Group is required to meet the Provisions Applicable to BNDES Agreements and the General Regulatory Terms and Conditions of FINAME-related Transactions.

5. Resolution 4131/62

Bank Credit Note - Onlending of funds raised abroad under Resolution 4131/62, through financial institutions.

6. Debentures

First issuance of simple debentures, nonconvertible into shares, totaling R\$350,000, in single series, without guarantee and without financial covenants, with face value of R\$1,000, in conformity with CVM Instruction 476/09, issued on May 26, 2010 and subscribed and paid in May 28, with the payment of semiannual interest in May and November, and principal maturing on May 26, 2013.

b) Finance lease obligations

Financial obligations are broken down as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Gross finance lease obligations - minimum lease payments:		
Less than one year	12,231	12,633
More than one year and less than five years	52,650	54,102
More than five years	<u>76,779</u>	<u>78,800</u>
	141,660	145,535
Future financing charges on finance leases	<u>(63,831)</u>	<u>(65,862)</u>
Financial lease obligations - accounting balance	<u>77,839</u>	<u>79,673</u>
Accounting balance of property, plant and equipment: leasing and 'sale leaseback'	<u>79,768</u>	<u>80,378</u>

c) Restrictive covenants

As of March 31, 2012 and December 31, 2011, most financing and loan agreements entered into by the Group subsidiaries do not contain restrictive covenants establishing obligations regarding the maintenance of financial ratios by the Company or its subsidiaries.

The agreement entered into with BNDES in July 2011 contains restrictive covenants requiring maintenance of the following financial ratios:

- EBITDA margin equal or higher than 15%; and
- Net debt/EBITDA equal or lower than 2.5 (two wholes and five tenths).

As at March 31, 2012, the Company was fully compliant with such restrictive covenants.

15. TRADE AND OTHER PAYABLES

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Domestic trade payables	94,802	133,762	411,230	435,328
Foreign trade payables (*)	8,649	15,043	11,356	18,765
Freight payable	<u>43,763</u>	<u>34,512</u>	<u>43,820</u>	<u>34,887</u>
	<u>147,214</u>	<u>183,317</u>	<u>466,406</u>	<u>488,980</u>

(*) Refer mostly to US dollar-denominated amounts.

16. TAXES PAYABLE

	Company		Consolidated	
	03/2012	12/2011	03/2012	12/2011
Taxes on revenue (PIS/COFINS) (injunction) (a)	1,866	1,823	122,333	115,214
Ordinary ICMS	41,738	59,894	85,019	81,687
Regular and reverse charge ICMS (b)	100,943	89,301	100,943	89,301
IRPJ and CSLL	96,207	127,458	111,378	150,639
IRPJ and CSLL (injunction) (c)	63,305	56,941	63,305	56,941
IRPJ and CSLL (injunction - PAT)	2,710	2,656	6,158	6,029
Withholding income tax (IRRF)	6,060	7,621	9,883	11,974
IPI - exempt and zero-taxed products (d)	-	-	43,130	42,432
UFIR adjustment to federal taxes (e)	6,494	6,361	6,656	6,519
Action for annulment of INSS debt (f)	3,120	3,073	3,120	3,073
Withholding PIS/COFINS/CSLL	4,122	2,490	4,699	3,324
PIS/COFINS	-	-	-	1,110
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	19,350	17,888
Service tax (ISS)	581	364	1,325	1,214
	<u>327,146</u>	<u>357,982</u>	<u>577,299</u>	<u>587,345</u>
Escrow deposits ((b) and (g)) (note 10)	<u>(107,982)</u>	<u>(97,955)</u>	<u>(151,274)</u>	<u>(140,545)</u>
Current	<u>219,164</u>	<u>260,027</u>	<u>426,025</u>	<u>446,800</u>
Noncurrent	<u>107,982</u>	<u>97,955</u>	<u>151,274</u>	<u>140,545</u>

- (a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the inclusion of ICMS in the tax basis of Integration Program Tax on Revenue (PIS) and Social Security Funding Tax on Revenue (COFINS). In June 2007, the Company and its subsidiary were authorized by the court to pay PIS and COFINS without the inclusion of ICMS in their tax basis, starting April 2007. The balances recognized as of March 31, 2012 refer to the unpaid amounts of PIS and COFINS, from April 2007 to March 2012 adjusted using the SELIC (Central Bank's policy rate), the collection of which is on hold. Part of the balance, in the adjusted amount of R\$3,122, is deposited in escrow.
- (b) As of March 31, 2012, R\$13,377, R\$56,983, R\$27,716, R\$292 and R\$2,575 of the total amount recognized refer to the ICMS - ST of State of Paraná, Federal District, State of Mato Grosso do Sul, State of Mato Grosso and State of Rio de Janeiro, respectively (R\$12,669, R\$52,305, R\$23,274, R\$273 and R\$780 State of Paraná, Federal District, State of Mato Grosso do Sul, State of Mato Grosso and State of Rio de Janeiro, respectively as of December 31, 2011), which is being challenged in court, as also mentioned in note 17 'Contingent tax liabilities - possible risk', (a). The Company has made monthly escrow deposits for the unpaid amounts.

On November 26, 2011, the Company entered into an arrangement, to be enforced after the end of the current reporting period, with the State of Paraná to set the Value Added Margin (MVA) applicable to the calculation of ICMS-ST due on transactions conducted by consultants.

Accordingly, Natura Cosméticos recognized the MVA application (up to the cap determined by the technical study) for taxable events prior to November 2011 and dropped part of the lawsuits on this matter, resulting in (i) the transfer of R\$114,345 to the State of Paraná as ICMS-ST and (ii) the withdrawal of the deposited R\$16,930 excess because of the retrospective extension of the tax benefit.

The MVA applicable to taxable events prior to November 2011 is still being discussed in courts and is currently at court expert review stage.

- (c) On February 4, 2009, the Company was granted an injunction, subsequently confirmed by court decision, that suspended the collection of income tax and social contribution on any amounts received as arrears interest, paid on late payment of contractual obligations receivables to the Natura Beauty Consultants. The appeal filed by the Federal Government is awaiting judgment.
- (d) Refers to Federal VAT (IPI) on zero-taxed, untaxed or exempt raw materials and packaging materials. Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a writ of mandamus and obtained an injunction granting the right to the credit. On September 25, 2006, the injunction was revoked by a decision that considered the request invalid. The Company filed an appeal for reconsideration of merits and reinstatement of the injunction. To suspend the payment of tax, in October 2006, the Company made an escrow deposit in the amount offset under the injunction, whose adjusted balance totals R\$43,130 as of March 31, 2012 (R\$42,432 as of December 31, 2011). In the fourth quarter of 2009, in order to utilize the benefits granted under Provisional Act 470/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts, the subsidiary filed a motion partially withdrawing the claims made in the injunction filed that maintains only the claim of tax credits on tax-exempt products, thus dropping the lawsuits claiming IPI credits of zero-taxed and untaxed products (see details in topic 'Tax installment plans created under Provisional Act 470/09). On this date, after having met the requirements to join the tax installment plan introduced by Provisional Act 470/09, the subsidiary awaits the tax authorities' approval to write off the suspended collection amounts and the corresponding escrow deposits. Subsequently, in December de 2011, the subsidiary filed a motion to also drop the lawsuit claiming tax credits on tax-exempt products, which are deposited in escrow. Thus, the subsidiary awaits the transfer to the State of the escrow deposits after a final and unappealable decision is issued.
- (e) Refers to the inflation adjustment of 1991 federal taxes on income (IRPJ/CSLL/ILL) based on the UFIR (fiscal reference unit), discussed in a writ of mandamus. The amount involved is deposited in escrow. On February 26, 2010, the Company filed a motion dropping this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts and awaits the issue of a final and unappealable decision.

- (f) Refers to the social security contribution required by tax assessments issued by the National Institute of Social Security as a result of an inspection, which claims that the Company, as a taxpayer having joint liability for tax payment, is required to pay INSS on services provided by third parties. The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1990 to October 1999. In 2007, the Company reversed the amount of R\$1,903, relating to the expiration of part of the amount involved in the lawsuit for the period from January 1990 to October 1994, as recently instructed under Case Law Decision 08 of the Federal Supreme Court (STF). On March 1, 2010, the Company filed a motion dropping part of the claims made and partially waiving its right to utilize the benefits granted under Law 11941/09 regarding the social security contributions due by the companies that provided services to the Company (joint liability) during the period from November 1994 to December 1998.

Tax installment program established by Law 11941/09

On May 27, 2009, Federal Government enacted Law 11941, as a result of the conversion of Provisional Act 449/08, which, among other changes to tax law, established the possibility of a tax debt installment plan managed by the Federal Revenue Service, the National Social Security Institute and the National Treasury Attorney General (PGFN), including the remaining balance of consolidated debts in the REFIS (Law 9964/00), Special Installment Plan (PAES) (Law 10684/03) and the Exceptional Installment Plan (PAEX) (Provisional Act 303/06), in addition to the regular payments in installments provided for by article 38 of Law 8212/91 and article 10 of Law 10522/02.

The entities that opted for paying or dividing into installments the debts under this Law, in the applicable cases, may settle the amounts corresponding to default and automatic fines and late-payment interest, including those related to legally enforceable debts to the Government, using tax loss carryforwards, and will benefit from reduced fines, interest and legal charges whose reduction percentage depends on the installment plan chosen.

Pursuant to the established rules, for compliance with the first stage of installment payments, the Company and its subsidiaries, after having filed motions at Court formalizing the withdrawal of lawsuits whose taxes would be paid in installments, applied for installment payments, choosing installment plans and indicating the generic nature of tax debts, paying the respective initial installments, pursuant to the provisions of Federal Revenue Service (SRF) and National Treasury Attorney General (PGFN) Joint Administrative Rule.

The tax debts recorded for payment in installments by the Company and its subsidiaries, pursuant to Law 11941/09, are as follows:

	Company					03/2012
	<u>12/2011</u>	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Action for annulment of INSS debt (a)	3,073	-	-	-	47	3,120
IRPJ/CSLL/ILL debts (b)	<u>6,361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133</u>	<u>6,494</u>
	<u>9,434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180</u>	<u>9,614</u>

	Consolidated					03/2012
	<u>12/2011</u>	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Action for annulment of INSS debt (a)	3,073	-	-	-	47	3,120
IRPJ/CSLL/ILL debts (b)	<u>6,519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137</u>	<u>6,656</u>
	<u>9,592</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>184</u>	<u>9,776</u>

(a) See item (g) on this note for details.

(b) See item (e) on this note for details.

Due to the lack of tax loss carryforwards, the Company will not offset them against the remaining balance of the interest on installments.

The next steps of the Company's and its subsidiaries' tax installment plans, which are being discussed in courts, depend on a decision about the consolidation of the related debts, which is expected in order to settle such debts by transferring existing escrow deposits to the Federal Government.

Tax installment plans created under Provisional Act 470/09

On October 13, 2009, Provisional Act 470 was enacted introducing the tax debt payment and installment plans arising from the undue use of an industry tax incentive, introduced by Article 1 of Law Decree 491, of March 5, 1969, and the undue use of IPI credits, regulated by the Attorney General of the National Treasury (PGFN) and Federal Revenue Service (RFB).

On November 3, 2009, the PGFN and the Federal Revenue Service published in the Federal Official Gazette (DOU) Joint Administrative Rule 9, which establishes the debt payment and installment plan addressed in Article 3 of Provisional Act 470/09. The debts arising from the undue utilization of industry tax incentives introduced by Article 1 of Decree Law 491/69, and those arising from the undue utilization of IPI credits challenged by the PGFN and Federal Revenue Service may be exceptionally paid at sight or in installments to each agency by November 30, 2009.

As mentioned in item (d) above, subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a motion partially withdrawing from the injunction filed related to IPI credits claimed on products purchased at zero tax rate or tax exempt.

As of March 31, 2012, the Company awaits a decision of the 3rd Region Federal Court, based on the PGFN's and Federal Revenue Service's position, to complete the stage related to the consolidation of tax debts and write off the balances of suspended liabilities against escrow deposits made until this date at the inflation adjusted amounts. As there are escrow deposits made in the past and in light of the option made by the subsidiary to pay tax debts at sight, no gain was recognized in profit or loss from the reversal of late payment fine and interest.

17. PROVISION FOR TAX, CIVIL AND LABOR CONTINGENCIES

The Company and its subsidiaries are parties to tax, labor and civil lawsuits and administrative tax proceedings. Management believes, based on the opinion and estimates of its legal counsel, that the provision for tax, civil, and labor contingencies are sufficient to cover potential losses. This provision is broken down as follows:

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Tax	28,256	27,612	34,577	33,850
Civil	11,868	12,234	15,654	16,986
Labor	<u>10,028</u>	<u>9,754</u>	<u>15,195</u>	<u>14,121</u>
	<u>50,152</u>	<u>49,600</u>	<u>65,426</u>	<u>64,957</u>

Tax contingencies

The provision for tax contingencies is broken down as follows:

	Company					<u>03/2012</u>
	<u>12/2011</u>	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Late payment fines on federal taxes paid in arrears (a)	794	-	-	-	11	805
CSLL deductibility (Law 9316/96) (b)	7,885	-	-	-	75	7,960
IRPJ and CSLL tax assessment - attorney fees (c)	4,968	-	-	-	22	4,990
Tax assessment - 1990 IRPJ (d)	3,514	-	-	-	40	3,554
Attorney and other fees (f)	<u>10,451</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>87</u>	<u>10,947</u>
Total provision for tax contingencies	<u>27,612</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>235</u>	<u>28,256</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(9,952)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>(9,969)</u>
	Consolidated					<u>03/2012</u>
	<u>12/2011</u>	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Late payment fines on federal taxes paid in arrears (a)	865	-	-	-	11	876
CSLL deductibility (Law 9316/96) (b)	7,885	-	-	-	75	7,960
IRPJ and CSLL tax assessment - attorney fees (c)	4,968	-	-	-	22	4,990
Tax assessment - 1990 IRPJ (d)	3,514	-	-	-	40	3,554
Semiannual PIS - Decree Laws 2445/88 and 2449/88 (e)	2,320	-	-	-	31	2,351
Attorney and other fees (f)	<u>14,298</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>14,846</u>
Total provision for tax contingencies	<u>33,850</u>	<u>880</u>	<u>(471)</u>	<u>-</u>	<u>318</u>	<u>34,577</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(11,515)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(11,554)</u>

(a) Referem-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refers to CSLL that was addressed by an injunction that questions the constitutionality of Law 9316/96, which prohibited the deduction of CSLL from its own tax basis and the IRPJ basis. A portion of this provision, in the adjusted amount of R\$5,985 (R\$5,905 as of December 31, 2011), is deposited in escrow. The lawsuit is stayed waiting a decision of the STF on the subject and will be decided under established case law.

(c) Refers to attorney fees for the defense in the tax assessment notices issued against the Company in December 2006 and December 2007 by the Federal Revenue Service, claiming the payment of income tax and social contribution on the deductibility of the yield of debentures issued by the Company for fiscal years 2001 and 2002, respectively. The legal counsel's opinion is that the likelihood of unfavorable outcome in these tax assessment notices is remote.

A final and unappealable administrative decision on the tax assessment notice issued against the Company in August 2003 challenging the deductibility, in fiscal year 1999, was issued on January 2010 that maintains part of the income tax assessed and the whole of the social contribution. After this decision, on April 7, 2010, the Company filed a lawsuit to cancel the remaining installment of IRPJ and CSLL. The legal counsel considers that the likelihood of an unfavorable outcome is remote.

- (d) Refers to a tax assessment notice issued by the Federal Revenue Service claiming the payment of income tax on the earnings obtained on exports entitled to tax benefits carried out in fiscal year 1989, at the rate of 18% (Law 7988, of December 29, 1989) and not 3%, as set out in article 1 of Decree Law 2413/88, used by the Company at the time to pay its taxes. The Company has filed a lawsuit to cancel the tax assessment. The lawsuit is stayed waiting a STF decision on the subject.
- (e) Refers to the offset of PIS paid as per Decree Laws 2445/88 and 2449/88, in the period from 1988 to 1995, against Federal taxes due in 2003 and 2004. The reversal made by the Company in 2007 in the amount of R\$14,910 is due to the final decision favorable to the Company, rendered in August 2007. The remaining reserve refers to the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., which is awaiting the appreciation of the lawsuit by the Board of Tax Appeals.
- (f) The balance refers to lawyer fees to defend the Company's and its subsidiaries' interests in tax lawsuits. The amount of (i) R\$4,409, accrued in 2009, refers to lawyers' fees to prepare the defense against an IRPJ and CSLL infringement notification against the Company, issued on June 30, 2009, which challenges the tax deductibility of goodwill amortization carried out resulting from the merger of Natura Participações S.A. It is the opinion of the Company's legal counsel that, as structured, the transaction and its tax effects can be upheld in a court of law and thus the risk of loss is classified as remote; (ii) R\$700 refers to the lawyers' fees to present the defense in the tax assessment by the SeFaz - RS which has identified supposed differences on the ICMS-ST with respect to interstate shipments made to Company's sites located in the Rio Grande do Sul (RS). According to the Company's legal counsel opinion, the risk of an unfavorable outcome is remote.

Civil contingencies

	Company					03/201
	12/2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Several civil lawsuits (a)	6,787	1,842	(371)	(1,412)	40	6,886
Lawyer fees - environmental civil lawsuit (b)	1,535	-	-	-	22	1,557
Civil lawsuits and lawyer fees - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3,912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3,425</u>
Total provision for civil contingencies	<u>12,234</u>	<u>1,842</u>	<u>(1,052)</u>	<u>(1,412)</u>	<u>256</u>	<u>11,868</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,886)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(1,891)</u>
	Consolidado					03/2012
	12/2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	
Several civil lawsuits (a)	7,723	1,901	(383)	(1,466)	53	7,828
Lawyer fees - environmental civil lawsuit (b)	1,535	-	-	-	22	1,557
Lawyer fees - IBAMA lawsuit (c)	3,816	195	(1,209)	-	42	2,844
Civil lawsuits and lawyer fees - Nova Flora Participações Ltda.	<u>3,912</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>3,425</u>
Total provision for civil contingencies	<u>16,986</u>	<u>2,096</u>	<u>(2,273)</u>	<u>(1,466)</u>	<u>311</u>	<u>15,654</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,992)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(1,998)</u>

- (a) As of March 31, 2012, the Company and its subsidiaries are parties to 2,491 civil lawsuits and administrative proceedings (2,491 as of December 31, 2011), of which 2,490 were filed with civil courts, special civil courts and the consumer protection agency (PROCON) by Natura Beauty Consultants, consumers, suppliers and former employees, most of which claiming compensation for damages.

- (b) The provision includes R\$1,210 with respect to legal fees for the defense of the Company's interests in the public lawsuit filed by the Federal Public Prosecution Office of Acre against the Company and other institutions for alleged access to the traditional knowledge associated to the asset ("murumuru"). Our legal counsel's opinion is that the risk of losses is remote.
- (c) Refers to attorney fees for the defense in the tax assessment notice issued by Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, or IBAMA (Brazilian environmental agency) against the Company in 2010 for alleged irregular access to biodiversity. Through March 2012, the Company had been imposed 70 fines by IBAMA, totaling R\$21,955, and filed administrative defenses for all of them. No decision on the merits has been rendered yet; therefore, such fines cannot be considered as a liability. The Company's management and its legal counsel consider the risk of loss in these fines for the alleged non-sharing of benefits and the fines for the alleged irregular access to biodiversity as remote due to full compliance with all the principles established in the Convention on Biological Diversity ("CBD"), an international treaty signed during Rio-92 and of the illegality and unconstitutionality of the current legal framework, which incorporates the CBD in the Brazilian legal system. Except for inputs from Federal Government land - which refuses to negotiate - the Company shares benefits in 100% of the accesses in the use of biodiversity; it is the first to share benefits with traditional communities and detains approximately 68% of the requests with the Regulatory Body for authorization to have access to biodiversity.

Labor contingencies

As of March 31, 2012, the Company and its subsidiaries are parties to 744 labor lawsuits filed by former employees and third parties (827 as of December 31, 2011), claiming the payment of severance amounts, salary premiums, overtime and other amounts due, as a result of joint liability. The provision is periodically reviewed based on the progress of lawsuits and history of losses on labor claims to reflect the best current estimate.

	Company				
	<u>12/2011</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>03/2012</u>
Total provision for labor contingencies	<u>9,754</u>	<u>16</u>	<u>---</u>	<u>258</u>	<u>10,028</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(2,653)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(12)</u>	<u>(2,665)</u>
	Consolidated				
	<u>12/2011</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>03/2012</u>
Total provision for labor contingencies	<u>14,121</u>	<u>531</u>	<u>(209)</u>	<u>752</u>	<u>15,195</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(4,167)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(293)</u>	<u>(4,460)</u>

Contingent liabilities - possible risk

The Company and its subsidiaries are parties to tax, civil and labor lawsuits, for which there is no reserve for losses recorded, because the risk of loss is considered possible by management and their legal counsel. These lawsuits are as follows:

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Tax:				
Declaratory Action - ICMS - ST (a)	83,660	80,304	83,660	80,304
Offset of 1/3 of COFINS - Law 9718/98 (b)	5,412	5,357	5,412	5,357
Action for annulment of INSS debt (c)	4,967	4,910	4,967	4,910
IPI assessment notice (d)	5,514	5,451	5,514	5,451
Administrative proceeding - ICMS - ST assessment, DF (e)	8,899	8,815	8,899	8,815
Administrative proceeding - ICMS - ST assessment, PA (e)	3,940	3,423	3,940	3,423
Administrative proceeding - tax debt - ICMS - ST, RS (f)	9,066	9,066	9,066	9,066
Tax assessment notice – Rio Grande do Sul State Department of Finance (g)	30,410	30,184	30,410	30,184
Tax assessment notice - São Paulo State Department of Finance - ICMS audit (h)	-	-	9,837	9,837
Tax assessment - transfer pricing on loan agreements with foreign related company (i)	1,874	1,856	1,874	1,856
Other	<u>41,429</u>	<u>36,837</u>	<u>58,718</u>	<u>43,828</u>
	<u>195,171</u>	<u>186,203</u>	<u>222,297</u>	<u>203,031</u>
Civil	3,680	2,953	3,851	3,076
Labor	<u>42,397</u>	<u>42,792</u>	<u>70,730</u>	<u>73,856</u>
	<u>241,248</u>	<u>231,948</u>	<u>296,878</u>	<u>279,963</u>

(a) As of March 31, 2012, the balance recorded is broken down as follows:

1. ICMS – ST, PR - R\$50,285 (R\$49,962 as of December 31, 2011) - lawsuit filed by the Company challenging the changes in ICMS - ST tax basis introduced by Paraná Decree 7018/06. The amount discussed in the lawsuit, related to the period from January 2007 to December 2011, is fully deposited in escrow, as mentioned in notes 10 and 16 (b), and its collection is suspended.
2. ICMS - ST, Federal District - R\$17,843 (R\$15,401 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2009 to March 2012, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16 (b), and its collection is suspended.
3. ICMS - ST, MS - R\$10,079 (R\$9,734 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2010 to March 2012, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16 (b), and its collection is suspended.
4. ICMS - ST, MT - R\$3,481 (R\$3,410 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from October 2009 to July 2011, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16 (b), and its collection is suspended.

5. ICMS - ST, SC - R\$1,972 (R\$1,797 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Santa Catarina due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from July 2011 to August 2011 and February 2012 and March 2012, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 16 (b), and its collection is suspended.
- (b) Law 9718/98 increased the COFINS rate from 2% to 3%, and allowed this 1% difference to be offset in 1999 against the social contribution tax paid in the same year. However, in 1999, the Company and its subsidiaries filed for an injunction and obtained authorization to suspend the payment of the tax credit (1% rate difference) and to pay COFINS based on Supplementary Law 70/91, prevailing at that time. In December 2000, considering former unfavorable court decisions, the Company and its subsidiaries enrolled in the Tax Debt Refinancing Program (REFIS), for payment in installments of the debt related to the COFINS not paid in the period. With the payment of the tax, the Company and its subsidiaries gained the right to offset 1% of COFINS against social contribution tax, which was made in the first half of 2001. However, the Federal Revenue Service understands that the period for offset was restricted to base year 1999. On September 11, 2006, the Company was notified that the offsets made were not approved, and timely filed the applicable appeal. This proceeding is awaiting ruling at the lower administrative court.
 - (c) Lawsuit filed by the Company seeking the annulment of the tax demanded by the INSS through a tax assessment notice issued for purposes of collecting the social security contribution on the allowance for vehicle maintenance paid to sales promoters. The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1994 to October 1999.
 - (d) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI due to alleged nonpayment and incorrect classification of the goods sold. The Company has filed a defense with courts and awaits a final ruling on the matter.
 - (e) Tax assessment notice collecting ICMS - ST, issued by the Federal District and State of Pará, as a result of an alleged underpayment of the Company's own ICMS and ICMS - ST. The Company has filed its defense at the administrative level and is awaiting the final judgment.
 - (f) Tax assessment notice issued by the Rio Grande do Sul State Department of Finance against the Company due to its condition of tax substitute, in order to charge allegedly due ICMS, due to the lack of a criterion to determine the correct tax basis, related to subsequent transactions conducted by independent resellers domiciled in the State of Rio Grande, do Sul. The Company filed an annulment action to cancel this collection and awaits a final court decision on the matter.
 - (g) Tax assessment issued by the Rio Grande do Sul State Department of Finance claiming a tax credit related to ICMS for an alleged incorrect use of the tax basis reduction granted to intrastate transactions and reduction of the intrastate tax rate to calculate the tax rate differences. We have filed administrative defense, which awaits a final decision.
 - (h) Tax assessment notice issued by São Paulo State Department of Finance for alleged credits claimed on the purchase of property, plant and equipment items which were transferred to other units on purchase date, and goods purchased that allegedly are not directly related to production and sales activities. The Company filed an administrative defense, whereby it claims the possibility of claiming such tax credits, the expiration of tax debt, and illegality of charging interest equivalent to one-tenth percent per day, and awaits a final decision thereon.
 - (i) Refers to a tax assessment notice whereby the Federal Revenue Service is demanding the payment of IRPJ and CSLL on the difference of interest on loan agreements with a foreign related party. On July 12, 2004, an administrative defense was filed and is still being judged. In June 2008, the Company filed a discretionary appeal against the unfavorable decision with the Board of Tax Appeals, which is awaiting judgment.

Contingent assets

The Company and its subsidiaries material contingent assets are as follows:

- a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for PIS and COFINS established by Article 3, Paragraph 1, of Law 9718/98. The amounts involved in the lawsuits, updated to March 31, 2012, are R\$22,169 (R\$21,935 as of December 31, 2011). In the first quarter of 2011, the 3rd Region Federal Court published a court decision, on a Motion for Clarification of Judgment filed by the companies, favorable to the Company and that allows the offset of the tax credits (i) against any federal taxes payable by Natura Cosméticos and (ii) limited to PIS and COFINS debts of Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. As a result, the Company has recognized PIS and COFINS credits in the amount of R\$16,852 in line item 'Recoverable taxes' related to undue payments made in the five years prior to the date the lawsuits were filed, as a balancing item to line item 'Other operating income (expenses)' for the period. The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. have filed special and extraordinary appeals with the Superior Court of Justice and the Federal Supreme Court claiming the recognition of their right to offset unduly paid taxes during the ten-year period prior to date both lawsuits were filed and, with respect to Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., the right to offset such credits against any federal taxes managed by the subsidiary. The Company has filed a request for the recognition and awaits the approval of the related credits to be able to offset them against federal taxes.
- b) The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. and Natura Logística e Serviços Ltda. are requesting the refund of ICMS and ISS included in the PIS and COFINS tax basis and paid in the period from April 1999 to March 2007. The amounts of the refund requests as of March 31, 2012 are R\$135,305 (R\$135,305 as of December 31, 2011). The legal counsel believes that the likelihood of a favorable outcome is probable.

18. OTHER PROVISIONS

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Retirees' healthcare plan	19,860	19,332	28,953	28,132
Carbon credit	18,058	16,486	18,058	16,486
Other provisions	-	-	<u>193</u>	<u>191</u>
	<u>37,918</u>	<u>35,818</u>	<u>47,204</u>	<u>44,809</u>

The Group has a postemployment healthcare plan for a group of former employees and their spouses that is governed by specific rules. As of March 31, 2011, the plan had 1,073 (Company) and 2,144 (Consolidated) participants.

As of March 31, 2012, the Group had a provision for the actuarial liability arising from this plan, totaling R\$19,860 (Company) and R\$28,953 (Consolidated) (R\$19,332, Company and R\$28,132, Consolidated as of December 31, 2011).

During the year, the impact of this plan on profit or loss is related to the service cost totaling R\$181 and interest expenses totaling R\$347.

The carried liability was calculated by an independent actuary taking into consideration the following main assumptions:

	<u>Annual percentage (in nominal terms) 2011</u>
Financial discount rate	10.5
Increase in medical expenses (reduced by 0.5% p.a.)	10.5 to 5.5
Long-term inflation rate	4.5
General mortality table	RP2000

19. SHAREHOLDERS' EQUITY

a) Issued capital

As of December 31, 2011, the Company's capital was R\$427.073.

In the first quarter of 2012 there was no change in capital, which is made up of 431,239,264 subscribed and paid-up common registered shares. The Company is authorized to increase its capital, irrespective of an amendment to the articles of incorporation, up to the limit of 441,310,125 (for hundred and forty-one million, three hundred and ten thousand, one hundred and twenty-five) common shares with no par value by resolution by the Board of Directors, which will lay down the issuance conditions, including price and deadline for payment.

b) Dividend and interest on capital payment policy

The shareholders are entitled to receive every year a mandatory minimum dividend of 30% of net income, considering principally the following adjustments:

- Increase in the amounts resulting from the reversal of previously recognized reserves for contingencies.
- Decrease in the amounts intended for the recognition of the legal reserve and reserve for contingencies.

The bylaws allow the Company to prepare semiannual and interim balance sheets and, based on these balance sheets, authorize the payment of dividends upon approval by the Board of Directors.

Company's Management did not propose dividends and interest on capital during the quarter ended March 31, 2012.

On April 18, 2012 dividends were paid in the amount of R\$467,324 (R\$1.09117684 per share) and interest on capital in the amount of R\$23,627, before taxes (R\$0.05516776 per share, before taxes), in accordance with the distribution of net income for the year ended December 31, 2011, approved by the Board of Directors on February 15, 2012 and confirmed by the Annual Shareholders' Meeting held on April 13, 2012. Such amount plus the dividends in the amount of R\$295,302 and interest on capital in the amount of R\$37,506 which were paid in August 2011 totals a distribution of approximately 99% of the net income for the year ended December 31, 2011.

Dividends were calculated as follows:

	<u>2011</u>
Net income for the year	830.901
Tax incentive reserve - investment grant	<u>(3.677)</u>
Calculation basis for minimum dividends	827.224
Mandatory minimum dividends	30%
Annual minimum dividend	248.167
Proposed dividends	762.626
Interest on capital	61.133
IRRF on interest on capital	<u>(9.170)</u>
Total dividends and interest on capital, net of IRRF	<u>814.589</u>
Amount exceeding mandatory minimum dividend	<u>566.356</u>
Dividends per share - R\$	1,7760
Interest on capital per share, net - R\$	<u>0,1208</u>
Total dividends and interest on capital per share, net - R\$	<u>1,8968</u>

Due to the approval by the Board of Directors on February 15, 2012 and confirmed by the Annual Shareholders Meeting on April 13, 2012, dividends and interest on capital were accrued as a liability as of March 31, 2012.

c) Treasury shares

The Company repurchased during the period of 2011 3,066,300 common shares, at the average price of R\$34.06, in order to meet the exercise of options granted to the Company's and its direct and indirect subsidiaries' management and employees. In addition to the repurchase of shares in the period, a total of R\$895, at an average unit cost of R\$32.92, was used in the exercise of options.

As of March 31, 2012, line item 'Treasury shares' is broken down as follows:

	03/2012		
	Number of shares	R\$'000	Average price per share - R\$
Balance at beginning of year	3,021,757	102,849	34.04
Used	<u>(478,897)</u>	<u>(15,803)</u>	<u>33.00</u>
Balance at end of quarter	<u>2,542,860</u>	<u>87,046</u>	<u>34.23</u>

d) Share premium

Refers to the premium generated on the issuance of 3,299 common shares resulting from the capitalization of debentures totaling R\$100,000, occurred on March 2, 2004.

e) Legal reserve

Since the balance of legal reserve plus capital reserves, addressed by article 182, paragraph 1, of Law 6404/76, exceeded 30% of the capital, the Company decided, in accordance with article 193 of the same Law, not to recognize a legal reserve on net income earned in fiscal years 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 and 2011.

f) Reserve for retained earnings

As of December 31, 2011, the reserve for retained earnings was recognized pursuant to article 196 of Law 6404/76 for use in future investments, and amounts to R\$3,530 (R\$23,421 recognized as of December 31, 2010). The retention for 2011, prepared by management and approved by the Board of Directors on February 15, 2012 and confirmed by the Annual Shareholders Meeting on April 13, 2012.

g) Other comprehensive income

The Company records in this line item the effects of exchange differences arising on translating investments in foreign subsidiaries. The accumulated effect will be reversed to income as a gain or loss only in case of sale or write-off of the investment.

20. SEGMENT INFORMATION

Segment reporting is consistent with management reports provided by the main operating decision-maker to assess the performance of each segment and the allocation of funds. Although the main decision-maker analyzes the information on revenue at its different levels, according to the reports used by management to make decisions, the Company's business is mainly segmented based on the sales of cosmetics by geography, which are as follows: Brazil, Latin America ("LATAM") and other countries. In addition, LATAM is divided into two groups for analysis: (a) Argentina, Chile and Peru ("Consolidating Operations"); and (b) Mexico and Colombia ("Operations in Implementation"). The segments' business features are similar and each segment offers similar products through the same consumer access method.

Net revenue by geography is as follows in 2012:

- Brazil: 89.5%
- Consolidating Operations: 6.7%
- Operations under Implementation: 3.5%
- Other: 0.3%

The accounting practices for each segment are the same as those described in note 2 to the annual consolidated financial statements of the Company for the year ended December 31, 2011, disclosed on February 15, 2012, description of Natura's business and significant accounting policies. The performance of the Company's segments was assessed based on the net operating income, net income and noncurrent assets. This measurement basis excludes the effects of interest, income tax and social contribution, depreciation and amortization.

The financial information related to the segments as of March 31, 2012 and December 31, 2011 is summarized in the tables below. The amounts provided to the Executive Committee related to net income and total assets are consistent with the balances recorded in the interim financial information and with the accounting policies applied.

Income and expenses accounts

	03/2012				
	Net revenue	Net income (loss)	Depreciation and amortization	Financial expenses, net	Income tax
Brazil	1.140.978	166.692	(31.519)	(16.406)	(71.768)
Argentina, Chile and Peru	86.091	(3.291)	(1.299)	303	(143)
Mexico and Colombia	44.732	(8.979)	(567)	887	(34)
Other (*)	<u>4.035</u>	<u>(2.933)</u>	<u>(105)</u>	-	-
Consolidated	<u>1.275.836</u>	<u>151.489</u>	<u>(33.490)</u>	<u>(15.216)</u>	<u>(71.945)</u>

	03/2011				
	<u>Net revenue</u>	<u>Net income (loss)</u>	<u>Depreciation and amortization</u>	<u>Financial expenses, net</u>	<u>Income tax</u>
Brazil	1.052.611	181.470	(23.091)	(9.835)	(77.357)
Argentina, Chile and Peru	60.143	(10.390)	(977)	(94)	(1.202)
Mexico and Colombia	29.739	(16.730)	(561)	(267)	(21)
Other (*)	<u>3.353</u>	<u>(3.833)</u>	<u>(136)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidated	<u>1.145.846</u>	<u>150.517</u>	<u>(24.765)</u>	<u>(10.196)</u>	<u>(78.580)</u>

Balance sheet accounts

	03/2012			12/2011		
	<u>Noncurrent assets</u>	<u>Total assets</u>	<u>Current liabilities</u>	<u>Noncurrent assets</u>	<u>Total assets</u>	<u>Current liabilities</u>
Brazil	1.555.504	3.554.947	1.580.129	1.535.676	3.482.649	1.142.356
Argentina, Chile and Peru	24.720	187.283	61.201	25.282	187.016	90.915
Mexico and Colombia	12.857	102.169	43.995	11.857	96.070	34.730
Other (*)	<u>16.509</u>	<u>27.346</u>	<u>7.119</u>	<u>16.938</u>	<u>27.277</u>	<u>6.718</u>
Consolidated	<u>1.609.590</u>	<u>3.871.745</u>	<u>1.692.444</u>	<u>1.589.753</u>	<u>3.793.012</u>	<u>1.274.719</u>

(*) Includes operations in France and Corporate LATAM

The Company has only on class of products that is sold to Natura Beauty Consultants which is classified as “Cosmetics”. As such, disclosure of information by products and services is not applicable.

The Company has a diversified customer portfolio, with no concentration of revenue. The revenue from foreign related parties reported to the Executive Committee was measured in accordance with that presented in the income statement.

21. RECEITA LÍQUIDA

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Gross revenue:				
Domestic market	1,539,183	1,438,230	1,539,183	1,438,251
Foreign market	-	-	172,489	117,402
Other sales	-	-	400	388
	<u>1,539,183</u>	<u>1,438,230</u>	<u>1,712,072</u>	<u>1,556,041</u>
Returns and cancellations	(4,954)	(2,115)	(6,030)	(2,115)
Taxes on sales	<u>(228,222)</u>	<u>(208,851)</u>	<u>(430,206)</u>	<u>(408,080)</u>
Net revenue	<u>1,306,007</u>	<u>1,227,264</u>	<u>1,275,836</u>	<u>1,145,846</u>

22. OPERATING EXPENSES AND COST OF SALES

a) Breakdown of operating expenses and cost of sales by function:

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Cost of sales	508,632	514,836	365,331	343,222
Marketing and selling expenses	360,669	331,061	488,270	422,914
General and administrative expenses	205,540	177,122	177,544	150,993
Compensation of key management personnel (note 27.2)	<u>3,978</u>	<u>3,222</u>	<u>3,978</u>	<u>3,222</u>
Total	<u>1,078,819</u>	<u>1,026,241</u>	<u>1,035,123</u>	<u>920,351</u>

b) Breakdown of operating expenses and cost of sales by nature:

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Variable costs and indirect costs of resale materials and products	508,632	514,836	289,651	274,715
Marketing and selling expenses	252,151	200,552	263,922	214,278
Freight expenses	60,150	56,908	64,966	62,413
Services expenses	22,613	13,502	30,769	34,368
Employee benefits (note 23)	86,186	60,877	159,547	142,120
Depreciation and amortization charges	13,984	5,150	33,490	24,765
Compensation of key management personnel (note 27.2.)	3,978	3,222	3,978	3,222
Others expenses	23,626	861	188,800	164,470
Provision of administrative services (note 27.1)	54,756	112,265	-	-
Provision of research and development services (note 27.1.)	<u>52,743</u>	<u>58,068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1,078,819</u>	<u>1,026,241</u>	<u>1,035,123</u>	<u>920,351</u>

23. EMPLOYEE BENEFITS

	Company		Consolidated	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Payroll and bonuses	65,183	45,697	119,846	107,636
Management compensation	790	588	1,231	1,035
Pension plan (note 23.2.)	1,684	875	3,419	1,834
Executives' compensation	<u>18,529</u>	<u>13,717</u>	<u>35,051</u>	<u>31,615</u>
	<u>86,186</u>	<u>60,877</u>	<u>159,547</u>	<u>142,120</u>

23.1. Share-based payments

Once a year the Board of Directors meets in order to choose the directors and managers who will receive the options and the total number to be distributed.

Under the format prevailing until 2008, the programs had a four-year vesting period, after which 50% of the options could be exercised at the end of the third year and 50% at the end of the fourth year, and a maximum term of two years for the exercise of options after the end of the fourth year of the vesting period.

In 2009, the plan was revised to establish the end of the fourth year as the vesting date of all the options granted, with the possibility of reducing the vesting period to three years through the cancelation of 50% of the options granted and setting the four years as the maximum term for the exercise of the options.

The changes in the number of outstanding stock options and their related weighted-average prices are as follows:

	03/2012		12/2011	
	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)
Balance at beginning of quarter/year	32.84	7,363	28.10	6,839
Granted	-	-	42.39	1,492
Cancelled	37.27	(119)	29.35	(563)
Exercised	<u>30.89</u>	<u>(477)</u>	<u>25.33</u>	<u>(405)</u>
Balance at end of quarter/year	<u>33.43</u>	<u>6,767</u>	<u>32.84</u>	<u>7,363</u>

Out of the 6,765,000 outstanding options as of March 31, 2012 (7,363,000 outstanding options as of December 31, 2011), 753,000 outstanding options are vested (1,214,000 outstanding options as of December 31, 2011). The options exercised in 2012 did not result on the issuance of shares (405,000 shares in for the year ended December 31, 2011) and in the use of 479,000 of the shares held in treasury instead (45,000 shares held in treasury as of December 31, 2011).

The expense related to the fair value of the options granted during the quarter ended March 31, 2012, according to the elapsed vesting period, was R\$1,684 and R\$3,419, Company and on a consolidated basis, respectively (R\$875 and R\$1,874 Company and on a consolidated basis, respectively, as of March 31, 2011).

The stock options outstanding at the end of the year have the following vesting dates and exercise prices:

As of March 31, 2012

<u>Grant date</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Existing options</u>	<u>Remaining contractual life (years)</u>	<u>Vested options</u>
April 24, 2007	30.70	359,681	1.08	359,681
April 22, 2008	23.84	787,141	2.09	393,571
April 22, 2009	26.00	2,249,793	5.13	-
March 19, 2010	38.15	1,899,914	6.05	-
March 21, 2011	44.52	<u>1,470,940</u>	7.06	-
		<u>6,767,469</u>		<u>753,252</u>

As of December 31, 2011

<u>Grant date</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Existing options</u>	<u>Remaining contractual life (years)</u>	<u>Vested options</u>
March 29, 2006	31.97	319,317	0.21	319,317
April 24, 2007	30.24	470,274	1.33	470,274
April 22, 2008	23.48	848,250	2.34	424,125
April 22, 2009	25.61	2,249,793	5.39	-
March 19, 2010	37.58	2,004,244	6.31	-
March 21, 2011	43.85	<u>1,470,940</u>	7.31	-
		<u>7,362,818</u>		<u>1,213,716</u>

As of March 31, 2012, market price per share was R\$39.70 (R\$36.26 as of December 31, 2011).

The options were measured at their fair values on grant date, pursuant to IFRS 2 - Shared Based Payments. The weighted average fair value of the options as of March 31, 2012 was R\$33.44

23.2. Pension plan

The Company and its subsidiaries sponsor two employees' benefit plans: a pension plan, through a private pension fund managed by Brasilprev Seguros e Previdência S.A., and an extension of healthcare plans to retired employees.

The defined contribution pension plan was created on August 1, 2004 and all employees hired from that date are eligible to it. Under this plan, the cost is shared between the employer and the employees so that the Company's share is equivalent to 60% of the employee's contribution according to a contribution scale based on salary ranges from 1% to 5% of the employee's monthly compensation.

As of March 31, 2012, the Group did not have actuarial liabilities arising from the former employees' pension plan.

The contributions made by the Company and its subsidiaries totaled R\$709 (Company) and R\$1,231 (Consolidated) in the quarter ended March 31, 2012 (R\$588, Company and R\$1,035, Consolidated in the quarter ended March 31, 2011) and were recorded as expenses in the period.

24. FINANCIAL INCOME (EXPENSES)

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Financial income:				
Interest on short-term investments	4,970	8,705	10,980	19,304
Inflation adjustment and foreign exchange gains (a)	10,032	4,595	11,395	5,318
Gains on swap and forward transactions	7,839	273	7,819	452
Other financial income	<u>4,150</u>	<u>3,117</u>	<u>4,979</u>	<u>6,346</u>
	<u>26,991</u>	<u>16,690</u>	<u>35,173</u>	<u>31,420</u>
Financial expenses:				
Interest on financing	(15,798)	(12,131)	(20,537)	(16,771)
Inflation adjustment and foreign exchange losses (a)	-	(17)	(464)	(1,372)
Losses on swap and forward transactions	(24,474)	(5,864)	(24,623)	(8,354)
Gains (losses) on the mark-to-market of swap and forward derivatives	4,885	(132)	4,864	(532)
Other financial expenses	<u>(5,860)</u>	<u>(8,666)</u>	<u>(9,628)</u>	<u>(14,587)</u>
	<u>(41,247)</u>	<u>(26,810)</u>	<u>(50,388)</u>	<u>(41,616)</u>
Financial expenses, net	<u>(14,256)</u>	<u>(10,120)</u>	<u>(15,215)</u>	<u>(10,196)</u>

The objective of the breakdowns below is to explain more clearly the foreign exchange hedging transactions contracted by the Company and the related balancing items in the income statement shown in the previous table:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
(a)		
Inflation adjustment and foreign exchange gains	11,395	5,318
Inflation adjustment and foreign exchange losses	<u>(464)</u>	<u>(1,372)</u>
	<u>10,931</u>	<u>3,946</u>
(a) Breakdown:		
Exchange rate changes on borrowings and financing	9,861	5,200
Adjustment for inflation on financing	(2)	(19)
Exchange rate changes on imports	344	119
Exchange rate changes on accounts payable in foreign subsidiaries	1,190	(362)
Exchange rate changes on export receivables	<u>(462)</u>	<u>(992)</u>
	<u>10,931</u>	<u>3,946</u>

25. OTHER OPERATING INCOME (EXPENSES), NET

	<u>Company</u>		<u>Consolidated</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Gain (loss) on sale of property, plant and equipment	439	409	391	596
PIS and COFINS credits (*)	-	11,887	-	16,852
Other operating income (expenses)	<u>550</u>	<u>(1,119)</u>	<u>(2,455)</u>	<u>(3,650)</u>
Other operating income (expenses), net	<u>989</u>	<u>11,177</u>	<u>(2,064)</u>	<u>13,798</u>

(*) The stated amount includes the recognized PIS and COFINS tax credits arising from a favorable outcome in a lawsuit claiming the unconstitutionality and illegality of the PIS and COFINS taxable basis broadening established by Law 9718/98. For further details see note 17 (a), on contingent assets.

26. EARNINGS PER SHARE

26.1. Basic

Basic earnings per share are calculated by dividing the net income attributable to the owners of the Company by the weighted average of common shares issued during the year, less common shares bought back by the Company and held as treasury shares.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Net income attributable to owners of the Company	151,489	150,517
Weighted average of common shares issued - thousands	<u>431,239,264</u>	<u>430,916,942</u>
Weighted average of treasury shares	<u>(2,891,440)</u>	<u>(655)</u>
Weighted average of outstanding common shares	<u>428,347,824</u>	<u>430,916,287</u>
Basic earnings per share - R\$	<u>0.3537</u>	<u>0.3493</u>

26.2. Diluted

Diluted earnings per share is calculated by adjusting the weighted average outstanding common shares supposing that all potential common shares that would cause dilution are converted. The Company has only one category of common shares that would potentially cause dilution: the stock options.

	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Net income attributable to owners of the Company	151,489	150,517
Weighted average of outstanding common shares	<u>428,347,824</u>	<u>430,916,287</u>
Adjustment for stock options	<u>1,091,357</u>	<u>1,718,877</u>
Weighted average number of common shares for diluted earnings per share calculation purposes	<u>429,439,181</u>	<u>432,635,164</u>
Diluted earnings per share - R\$	<u>0.3528</u>	<u>0.3479</u>

27. RELATED-PARTY TRANSACTIONS

27.1. Intergroup balances and transactions

Receivables from and payables to related parties are as follows:

	<u>Company</u>	
	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Current assets:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	8,612	12,531
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	21,102	20,809
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	<u>1,876</u>	<u>4,568</u>
	<u>31,590</u>	<u>37,908</u>
Current liabilities:		
Trade payables:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	177,310	163,146
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	111,284	114,737
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>19,265</u>	<u>15,141</u>
	<u>307,859</u>	<u>293,024</u>
Dividends and interest on capital payable	<u>491,168</u>	<u>217</u>

Related-party transactions are as follows:

	Company			
	Product sales		Product purchases	
	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>	<u>03/2012</u>	<u>03/2011</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda.	695,583	717,775	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	650,444	680,575
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	8,642	8,005
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	7,913	9,065
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	11,178	8,329
Natura Cosméticos S.A. - Mexico	-	-	11,836	6,537
Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	-	-	4,095	3,483
Natura Europa SAS - France	-	-	1,451	1,764
Natura Inovação e Tecnologia de				
Produtos Ltda.	-	-	13	2
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	11	15
	<u>695,583</u>	<u>717,775</u>	<u>695,583</u>	<u>717,775</u>

	Service provided		Services received	
	03/2012	03/2011	03/2012	03/2011
Administrative structure: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	54,756	112,265	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	43,148	83,937
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda.	-	-	7,373	17,562
Natura Inovação e Tecnologia de				
Produtos Ltda.	-	-	4,235	10,766
	<u>54,756</u>	<u>112,265</u>	<u>54,756</u>	<u>112,265</u>
Product and technology research and				
development: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de				
Produtos Ltda.	52,743	58,068	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	52,743	58,068
	<u>52,743</u>	<u>58,068</u>	<u>52,743</u>	<u>58,068</u>
In vitro research and testing: (h)				
Natura Innovation et Technologie de				
Produits SAS - France	603	666	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de				
Produtos Ltda.	-	-	603	666
	<u>603</u>	<u>666</u>	<u>603</u>	<u>666</u>
Lease of properties and shared charges: (i)				
Indústria e Comércio de				
Cosméticos Natura Ltda.	1,873	1,739	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	1,085	1,008
Natura Inovação e Tecnologia de				
Produtos Ltda.	-	-	436	405
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	352	326
	<u>1,873</u>	<u>1,739</u>	<u>1,873</u>	<u>1,739</u>
Total of sales or purchases and services	<u>805,558</u>	<u>890,513</u>	<u>805,558</u>	<u>890,513</u>

- (a) Advances granted for provision of product and technology development and market research services.
- (b) Advances granted for provision of logistics and general administrative services.
- (c) Payables for the purchase of products.
- (d) Payables for services described in item (f).
- (e) Payables for services described in item (g).
- (f) Logistics and general administrative services.
- (g) Product and technology development and market research services.
- (h) Provision of in vitro research and testing services.
- (i) Lease of part of the industrial complex located in Cajamar, SP and buildings located in the municipality of Itapecerica da Serra, SP.

The main intercompany balances as of March 31, 2012 and December 31, 2011, as well as the intercompany transactions that affected the years then ended, refer to transactions between the Company and its subsidiaries.

Because of the Company's and subsidiaries' operational model, as well as the channel chosen to distribute products, direct sales via Natura Beauty Consultants, a substantial portion of sales is made by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. to the parent company Natura Cosméticos S.A. in Brazil and to its foreign subsidiaries.

Sales to unrelated parties amounted to R\$1,847 for the quarter ended March 31, 2012 (R\$846 for the quarter ended March 31, 2011).

There is no allowance for doubtful accounts recognized for intercompany receivables on March 31, 2012 and December 31, 2011 since there are no past-due receivables with risk of default.

According to note 14, the Group companies usually grant each other pledges and collaterals to guarantee bank loans and financing.

27.2. Management compensation

The total compensation of the Company's and its subsidiaries' Management is as follows:

	03/2012			03/2011		
	Compensation			Compensation		
	Fixed	Variable (*)	Total	Fixed	Variable (*)	Total
Board of Directors	938	391	1,329	698	289	987
Officers (statutory)	<u>1,607</u>	<u>1,042</u>	<u>2,649</u>	<u>1,330</u>	<u>905</u>	<u>2,235</u>
Total	<u>2,545</u>	<u>1,433</u>	<u>3,978</u>	<u>2,028</u>	<u>1,194</u>	<u>3,222</u>
Executives (not statutory)	<u>6,849</u>	<u>3,637</u>	<u>10,486</u>	<u>7,635</u>	<u>5,547</u>	<u>13,182</u>

(*) Refers to profit sharing recorded in the year. The amounts include any additions and/or reversals to the provision recorded in the previous year in view of the final assessment of the targets established for directors, officers and executives.

27.3. Share-based payments

Breakdown of Company officers and executives' compensation:

	03/2012		03/2011	
	Stock option grant		Stock option grant	
	Stock option balance (number) (a)	Average exercise price R\$ (b)	Stock option balance (number) (a)	Average exercise price R\$ (b)
Officers	<u>1,607,390</u>	<u>33.43</u>	<u>1,692,247</u>	<u>31.62</u>
Executives	<u>2,886,030</u>	<u>33.43</u>	<u>3,581,255</u>	<u>31.62</u>

(a) Refers to the balance of unexercised vested and unvested options at the end of the reporting period.

(b) Refers to the weighted-average exercise price of the option at the time of the stock option plans, adjusted for inflation based on the Extended Consumer Price Index (IPCA) through the end of the reporting period.

28. COMMITMENTS

28.1. Inputs supply contracts

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. entered into a contract for the supply of electric power to its manufacturing activities, in effect through 2015, which provides for the purchase of a minimum monthly volume of 3.6 Megawatts, equivalent to R\$363. As of March 31, 2012, the subsidiary was compliant to the contract's commitment.

The amounts are carried based on electric power consumption estimates in accordance with the contract period, whose prices are based on volumes, also estimated, resulting from the subsidiary's continuous operations.

Total minimum supply payments, measured at nominal value, according to the contract, are:

	<u>03/2012</u>	<u>12/2011</u>
Less than a year	2,988	3,983
More than one year and less than five years	<u>9,842</u>	<u>9,842</u>
	<u>12,830</u>	<u>13,825</u>

28.2. Operating lease transactions

The Company and its subsidiaries have commitments arising from operating leases of properties where some of its foreign subsidiaries, the head office in Brazil and “Casas Natura” in Brazil and abroad are located.

Contracts have lease terms of one to ten years and no purchase option clause when terminated; however, renewal is permitted under the market conditions where they are entered into, for an average of two years.

As of March 31, 2012, the commitment made for future payments of these operating leases had the following maturities:

	<u>Company</u>	<u>Consolidated</u>
2012	913	4,508
2013	1,119	4,940
2014 and thereafter	<u>2,687</u>	<u>6,618</u>
	<u>4,719</u>	<u>16,066</u>

29. INSURANCE

The Group has an insurance policy that considers principally risk concentration and materiality, and insurance is obtained at amounts considered by management to be sufficient, taking into consideration the nature of its activities and the opinion of its insurance advisors. As of March 31, 2012, insurance coverage is as follows:

<u>Item</u>	<u>Type of coverage</u>	<u>Insured amount</u>
Industrial complex/ inventories	Any damages to buildings, facilities, and machinery and equipment	916,659
Vehicles	Fire, theft and collision for 1,126 vehicles	52,552
Loss of profits	Loss of profits due to material damages to facilities, buildings and production machinery and equipment	1,615,685

30. SUBSEQUENT EVENTS

The Company issued unsecured promissory notes for R\$400,000, sole series, with no financial covenants, at a par value of R\$2,000 each, according to Brazilian SEC Rule N° 476/09, issued on April 13, 2012, subscribed and paid up on April 13, 2012, paying monthly interest, and the principal amount falling due on October 10, 2012. These promissory notes will be remunerated at 103.75% of CDI.

31. APPROVAL OF THE INDIVIDUAL AND CONSOLIDATED INTERIM FINANCIAL INFORMATION FOR ISSUANCE

These individual and consolidated interim financial statements were approved for issuance by the Board of Directors at the meeting held on April 25, 2012.

São Paulo, April 25, 2012 – Natura Cosméticos S.A. (BM&FBOVESPA: NATU3) announces today its results for the first quarter of 2012. Except where stated otherwise, the financial and operating information in this release is presented on a **consolidated basis**, in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS).

INTRODUCTION

In this first quarter of 2012, Natura's consolidated net revenue was R\$1,275.8 million, increasing 11.3% compared to the same period of 2011. EBITDA was R\$272.1 million, increasing 3.0% compared to 1Q11, with EBITDA margin of 21.3%. Net income was R\$151.5 million, with net margin of 11.9%.

In the Brazilian operations, net revenue in 1Q12 was R\$1,140.2 million, growing by 8.3% on the year-ago period. EBITDA margin was 25.0%, compared to 27.3% in 1Q11. Excluding the non-recurring effects, EBITDA margin was 25.1% in 1Q12 and 25.9% in 1Q11.

In the international operations, net revenue in 1Q12 was R\$135.6 million, representing growth of 39.2% in weighted local currency. EBITDA¹ in the quarter was a loss of R\$12.7 million, compared to the EBITDA loss of R\$23.5 million in 1Q11.

Highlights in the first quarter:

- ✓ In Brazil, during 1Q12 we gradually recovered the level of service quality and increased efficiency in the commercial and marketing areas, which had been compromised in the second half of 2011 by the simultaneous implementation of structural projects that led to instability in our operations. At this point, the operational imbalances that occurred in 2011 have been resolved.
- ✓ Also in Brazil, the net revenue growth of 8.3% was higher than the growth rates achieved in the second half of 2011, of 5.5% in 3Q11 and 4.4% in 4Q11.
- ✓ The total consultant base reached 1,435,000, expanding by 16.6% from the same period of 2011. In Brazil, we ended the quarter with 1,179,000 consultants, up 14.1%. In the international operations, we ended the period with 256,000 consultants, up 29.8%.

¹ Based on pro forma EBITDA.

- ✓ The innovation index stood at 67.0% in the quarter (62.6% in 1Q11), in line with the level in recent years. Investments in research and development in the quarter corresponded to 3.0% of net revenue (2.8% in 1Q11).
- ✓ The international operations made an important contribution and already account for 10.6% of consolidated net revenue (8.1% in 1Q11). The operations in consolidation (Argentina, Chile and Peru) recorded net revenue growth in weighted local currency of 35.8% in the first quarter of 2012. EBITDA was R\$8.2 million, with EBITDA margin of 9.5% (R\$1.3 million in 2011 with margin of 2.2%). In the operations in implementation (Mexico and Colombia), net revenue in weighted local currency grew by 46.2% in the quarter.
- ✓ Also in the international operations, we continued to consolidate the Super Consultant (CNO) model in Chile, Colombia and Peru, and of the Sustainable Relations Network in Mexico. We also continued to advance the implementation of local production in Argentina, Colombia and Mexico.

Cosmetics, Fragrance and Toiletries Industry

According to data from Sipatesp/Abihpec², our target market in Brazil grew by 8.2% in 2011. Natura's market share in the period was 23.5%, decreasing by 60 basis points from 2010. The following table presents the growth in the Cosmetics, Fragrance and Toiletries (CFT) industry and the variation in Natura's market share.

	Market Size	Change %		Market Share Natura			Change pp	
	R\$ MM	11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10	10 x 09
Cosmetics and Fragrances	10,444	7.6%	16.8%	34.0%	34.9%	33.7%	(0.9)	1.2
Toiletries	10,655	8.8%	9.7%	13.2%	13.3%	12.9%	(0.1)	0.5
Total	21,098	8.2%	13.1%	23.5%	24.1%	22.9%	(0.6)	1.2

Source: SIPATESP

² Sipatesp/Abihpec: São Paulo State Perfumery and Toiletry Association / Brazilian Cosmetic, Fragrance and Toiletry Industry Association.

According to recently released data for 2011 from Euromonitor, Natura maintained, for the seventh straight year, its leadership in Brazil's CFT industry. Meanwhile, in the other Latin American Operations we expanded our market share by 50 basis points to 2.2%.

	Market Size US\$ MM	Change %		Market Share Natura			Change pp	
		2011	11 x 10	10 x 09	2011	2010	2009	11 x 10
Brazilian Operations	43,029	8.8%	14.0%	14.5%	14.8%	14.3%	(0.3)	0.6
Consolidation Operations	8,871	16.2%	14.2%	4.0%	3.4%	3.0%	0.6	0.4
Implementation Operations	13,821	6.8%	6.9%	1.0%	0.7%	0.4%	0.3	0.3
Total	65,720	9.3%	12.4%	10.3%	10.3%	9.7%	(0.1)	0.6

Source: Euromonitor

Obs.

- i. Euromonitor believes the total market for cosmetics, perfumes and toiletries at retail prices
- ii. Values in constant dollars, 2011
- iii. Market value and market share for 2009 and 2010 were reviewed by the consulting
- iv. Consolidation Operations: Argentina, Chile and Peru
- v. Implementation Operations: Mexico and Colombia

Outlook

With its position consolidated as the third-largest Cosmetics, Fragrance and Toiletries market in the world, Brazil continues to present conditions that should enable the country's CFT industry to outpace growth in the global CFT industry. The investments we have already made in recent years and which we plan to intensify in 2012 represent a significant effort to prepare Natura for capturing the opportunities that will emerge in this decade in Brazil as well as in our International Operations.

With the operational difficulties that occurred in 2011 resolved, the investments made in the logistics, manufacturing and IT infrastructure have taken us to a new level that will enable us to ensure excellence in the service provided to consultants and final consumers and to further expand the competitive advantages of our brand.

These efforts will allow our 1.2 million consultants in Brazil to strengthen the relationships they enjoy with almost 100 million consumers. In this way, we plan to continue enhancing our

strategy, which will now prioritize productivity in the sales channel, while increasing the frequency with which consumers make purchases and expanding the variety of products they acquire. Meanwhile, our consultants will also benefit from the continued enhancements being made to our sales model and marketing mix, with a better balance between the portion generated at the national and regional levels. These advances should generate gains gradually over the course of the year.

At the same time that we are promoting development on multiple fronts, we are also moving towards a new outlook for the business. We are particularly motivated by the future of direct sales. We have always believed in the entrepreneurial and transformational capacity of people working towards a common goal. In a world ever more connected digitally, in which the personalized treatment of each consumer gains greater relevance, direct sales have an excellent opportunity to continue expanding. We see a future in which the relationship between consultant and consumer will be supported by high technology and social networks, which is an area in which services can evolve dramatically while leveraging the creation of value for all involved.

Social and environmental performance

On April 13, we published the Natura Annual Report 2011 on the same day as our Annual and Extraordinary Shareholders Meeting. The product of a learning experience spanning over a decade, this year's report introduced a series of innovations:

- ✓ Print version for Opinion Makers: we adopted a journalistic style and a tabloid format that led to a reduction of around 55% in CO₂ emissions compared to the 2010 edition.
- ✓ For the first time, we published the Natura Institute Report as a supplement, with the report attributing greater transparency to the institute's activities aimed at improving the quality of education in Brazil.
- ✓ The complete version, which is available only in electronic format, is aligned with the initial initiatives of the International Integrated Reporting Council (IIRC), which is a pilot program in which Natura participates that seeks to establish, by 2013, a framework for the production of an Integrated Report.

Each year we undertake commitments and set targets for the evolution of our social and environmental performance. The following table shows the results for 1Q12 of selected indicators and the respective targets for the whole of 2012:

Indicator	2011 Results	2012 Commitment	2012 Results
Greenhouse gases*	-5.3% (25.4% cumulative)	Reduce GHG emissions 33% by 2013, based on the inventory we conducted in 2006.	N/A Not Available
Water consumption	0.40 liter/unit produced (4.8% reduction)	Maintain 0.40 liter/unit produced in Brazil	0.40 liter/unit produced
Collections CPV	R\$ 8.4 million	Raise R\$ 10.3 million from product sales under the Believing is Seeing (CPV) program in Brazil	R\$ 2.8 million

* Indicator: calculated quarterly

I. consolidated results

(R\$ million)	1Q12	1Q11	Change %
Total Consultants - end of period* (in thousands)	1,434.8	1,230.2	16.6
Units sold – items for resale (in million)	114.0	100.1	13.9
Gross Revenues	1,712.1	1,556.0	10.0
Net Revenues	1,275.8	1,145.8	11.3
Gross Profit	910.5	802.6	13.4
Sales Expenses	(488.3)	(422.9)	15.5
General and Administrative Expenses	(177.5)	(151.0)	17.6
Management compensation	(4.0)	(3.2)	23.5
Other Operating Income / (Expenses), net	(2.1)	13.8	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(15.2)	(10.2)	49.2
Earnings Before Taxes	223.4	229.1	-2.5
Net Income (Losses)	151.5	150.5	0.7
EBITDA**	272.1	264.1	3.0
Gross Margin	71.4%	70.0%	1.3pp
Sales Expenses/Net Revenues	38.3%	36.9%	1.4pp
General and Admin. Expenses/Net Revenues	13.9%	13.2%	0.7pp
Net Margin	11.9%	13.1%	(1.3pp)
EBITDA Margin	21.3%	23.0%	(1.7pp)

(*) Positon at the end of the 4th sales cycle

(**) EBITDA = Income from operations before financial effects + depreciation & amortization.

Consolidated net revenue was R\$1,275.8 million in 1Q12, increasing 11.3% compared to 1Q11. In Brazil, net revenue was R\$1,140.2 million in 1Q12, increasing 8.3% on the year-ago period. In the international operations, net revenue in 1Q12 was R\$135.6 million, for growth on the year-ago period of 45.2% in Brazilian real and 39.2% in weighted local currency.

Cost of goods sold (COGS) in 1Q12 corresponded to 28.6% of consolidated net revenue, decreasing 130 basis points from 1Q11, driven by benefits from the better management of costs and promotions in the period, as well as the favorable impacts from currency variation on the costs incurred in our International Operations.

The following table presents the main components of COGS:

	1Q12	1Q11
RM/PM*	79.3	82.9
Labor	11.5	10.7
Depreciation	2.9	2.7
Others	6.3	3.6
Total	100.0	100.0

(*) Raw material and packaging material

Selling expenses corresponded to 38.3% of net revenue in 1Q12, increasing 140 bps in relation to 1Q11, mainly driven by the higher marketing investments in the international operations. In Brazil, we continue to advance the strategy of optimizing our market investments and increasing efficiency in our logistics processes.

General and administrative expenses corresponded to 13.9% of net revenue in 1Q12 (13.2% in 1Q11). We maintained our investments in product and sales innovation and observed an increase in depreciation costs due to the new level of investment in our information technology, in line with our planning.

Other operating revenue and expenses was an expense of R\$2.1 million in the quarter, compared to revenue of R\$13.8 million in 1Q11, which reflects the non-recurring impact from the recognition of contingent PIS and Cofins tax assets.

Consolidated net income was R\$151.5 million in 1Q12, which represents net margin of 11.9% and growth of 0.7% in relation to 1Q11.

Consolidated EBITDA in 1Q12 was R\$272.1 million, growing by 3.0% from R\$264.1 million in 1Q11. EBITDA margin decreased from 23.0% in 1Q11 to 21.3% in 1Q12. Excluding other operating expenses and revenue in both quarters, EBITDA margin was 21.8% in 1Q11 and 21.5% in 1Q12.

> **EBITDA** (R\$ million)

(R\$ million)	IQ12	IQ11	Change %
Net Revenues	1,275.8	1,145.8	11.3
(-) Cost of Sales and Expenses	1,037.2	906.6	14.4
EBIT	238.6	239.3	-0.3
(+) Depreciation/Amortization	33.5	24.8	34.9
EBITDA	272.1	264.1	3.0

> **EBITDA pro-forma by areas of operation** (R\$ million)

(R\$ million)	IQ12	IQ11	Change %
Brazil	284.8	287.6	(1.0)
Argentina, Chile and Peru	8.2	1.3	529.5
Mexico and Colombia	(4.0)	(6.7)	(40.1)
Others Investments	(16.8)	(18.0)	(6.7)
Total	272.1	264.1	3.0

2. cash flow (pro-forma)

(R\$ million)	03M12	03M11	Var %
Net income	151.5	150.5	0.7
(+) Depreciation and amortization	33.5	24.8	34.9
Internal cash generation	185.0	175.3	5.5
Cashflow (Increase) / Decrease	(29.6)	(68.3)	na
(+) Non-cash	5.1	(16.2)	(131.5)
Operating cash generation	160.5	90.8	76.7
Capex	(33.1)	(22.9)	44.7
Free cash flow*	127.4	68.0	87.4

(*) (Internal cash generation) +/- (changes in working capital and long-term assets and liabilities) – (acquisitions of property, plants, and equipment).

Internal cash flow in 1Q12 was R\$185.0 million, increasing by 5.5% on the year-ago period. Of this sum, R\$29.6 million was invested in working capital and R\$33.1 million in fixed assets. As a result, free cash flow was R\$127.4 million, increasing by 87.4% in relation to the year-ago period.

Inventories remain at high levels, which is also the case of recoverable taxes, reflecting the revision of credits from PIS and Cofins taxes on services, financial income and freight activities in 2011. Both of these should be converted into cash over the course of 2012.

3. pro-forma income statement

The profit margin obtained on exports from Brazil to the international operations was subtracted from the COGS of the respective operations in order to show the actual impact of these subsidiaries on the company's consolidated results. Accordingly, the pro-forma income statement for the Brazilian operations considers only sales made in the domestic market.

3.1 BRAZIL OPERATIONS (pro-forma income statement)

(R\$ million)	1Q12	1Q11	Change %
Total Consultants - end of period* (in thousands)	1,178.6	1,032.7	14.1
Units sold – items for resale (in million)	100.6	90.1	11.7
Gross Operating Revenues	1,540.1	1,438.7	7.0
Net Operating Revenues	1,140.2	1,052.5	8.3
Gross Profit	820.1	747.3	9.7
Sales Expenses	(413.0)	(368.9)	11.9
General and Administrative Expenses	(148.6)	(125.4)	18.5
Management compensation	(4.0)	(3.2)	23.5
Other Operating Income / (Expenses), net	(1.3)	14.7	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(16.4)	(9.8)	66.8
Earnings Before Taxes	236.9	254.6	-7.0
Net Income (Losses)	165.1	178.8	-7.7
EBITDA	284.8	287.6	-1.0
Gross Margin	71.9%	71.0%	0.9pp
Sales Expenses/Net Revenues	36.2%	35.1%	1.2pp
General and Admin. Expenses/Net Revenues	13.0%	11.9%	1.1pp
Net Margin	14.5%	17.0%	(2.5pp)
EBITDA Margin	25.0%	27.3%	(2.3pp)

(*) Number of consultants by the end of the 4th cycle of sales

- ✓ The sales channel continues to register solid growth, expanding by 14.1% to reach 1,179,000 consultants in Brazil.
- ✓ The productivity³ of our consultants decreased 5.2% to R\$1,851 in 1Q12, versus R\$1,953 in 1Q11.

³ Productivity measured at retail prices.

3.2 OPERATIONS IN CONSOLIDATION (Argentina, Chile and Peru) pro-forma income statement

(R\$ million)	1Q12	1Q11	Change %
Total Consultants - end of period (in thousand)	158.2	133.1	18.9
Unit sold – items for resale (in million)	7.6	6.6	15.3
Gross Revenues	114.5	78.8	45.3
Net Revenues	86.1	60.1	43.1
Gross Profit	57.5	36.4	58.0
Sales Expenses	(42.8)	(30.0)	42.7
General and Administrative Expenses	(6.9)	(5.2)	33.8
Others Income / (Expenses), net	(0.7)	(0.8)	(7.5)
Financial Income / (Expenses), net	0.3	(0.1)	n/a
Earnings Before Taxes	7.3	0.3	n/a
Net Income (Losses)	7.2	(1.9)	n/a
EBITDA	8.2	1.3	529.5
Gross Margin	66.8%	60.5%	6.3pp
Sales Expenses/Net Revenues	49.8%	49.9%	(0.2pp)
General and Admin. Expenses/Net Revenues	8.0%	8.6%	(0.6pp)
Net Margin	8.3%	-3.1%	n/a
EBITDA Margin	9.5%	2.2%	7.3pp

- ✓ In the operations in consolidation, net revenue in 1Q12 was R\$86.1 million, representing growth of 35.8% in weighted local currency and 43.1% in Brazilian real compared to 1Q11.
- ✓ The number of consultants grew by 18.9% to reach 158,200 at the close of the first quarter of 2012.
- ✓ These operations posted positive EBITDA of R\$8.2 million in 1Q12. The higher investments in marketing were offset by the dilution of expenses with our administrative and sales teams and by the higher efficiency of our logistics operations.

- ✓ The gross margin of these operations benefitted from various initiatives to improve the management of prices and costs, as well as from the more favorable exchange rate.

3.3 OPERATIONS IN IMPLEMENTATION (Mexico and Colombia) pro-forma income statement

(R\$ million)	1Q12	1Q11	Change %
Total Consultants - end of period (in thousand)	95.1	65.0	46.5
Unit sold – items for resale (in million)	4.3	3.1	36.8
Gross Revenues	52.0	34.5	50.7
Net Revenues	44.7	29.7	50.4
Gross Profit	29.9	16.7	78.8
Sales Expenses	(29.0)	(20.3)	43.1
General and Administrative Expenses	(5.5)	(3.7)	49.4
Financial Income / (Expenses), net	0.9	(0.3)	(432.6)
Earnings Before Taxes	(3.7)	(7.6)	(50.9)
Net Income (Losses)	(3.8)	(8.1)	(53.9)
EBITDA	(4.0)	(6.7)	(40.1)
Gross Margin	66.9%	56.3%	10.6pp
Sales Expenses/Net Revenues	64.8%	68.1%	(3.3pp)
General and Admin. Expenses/Net Revenues	12.2%	12.3%	(0.1pp)
Net Margin	n/a	n/a	-
EBITDA Margin	n/a	n/a	-

- ✓ In the operations in implementation, net revenue in 1Q12 was R\$44.7 million, for growth of 46.2% in weighted local currency and 50.4% in Brazilian real.
- ✓ The number of consultants expanded by 46.5% to reach 95,100 at the close of 1Q12.
- ✓ These operations continued to post an EBITDA loss in 1Q12, of R\$4.0 million (although improving from the EBITDA loss of R\$6.7 million in 1Q11), reflecting the ongoing investments being made.

- ✓ The gross margin of these operations also benefitted from the initiatives to improve the management of prices and costs, as well as from the more favorable exchange rate.

The **other international investments**, namely our operations in France and expenses with projects and corporate structures dedicated to the international operations, posted an EBITDA loss of R\$16.8 million in 1Q12 (compared to R\$18.0 million in 1Q11).

CONFERENCE CALL & WEBCAST

**Portuguese: Friday, April 27, 2012
10:00 a.m. (Brazil Time)**

**English: Friday, April 27, 2012
12:00 p.m. (Brazil Time)**

From Brazil: +55 11 4688-6341

From the U.S. (toll free): +1 800 700 0802

From other countries: +1 412 824-6977

Code: Natura

Live webcast: www.natura.net/investidor

INVESTOR RELATIONS

Tel: +55 (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Fabio Cefaly, fabiocefaly@natura.net

Patrícia Anson, patriciaanson@natura.net

Tatiana Bravin, tatianabravin@natura.net

Taísa Hernandez, taisahernandez@natura.net



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**

Índice Carbono Eficiente **ICO2**

Índice de Sustentabilidade Empresarial **ISE**

2012

Índice Brasil 50 **IBRX 50**

> BALANCE SHEET AT MARCH 31, 2012
(in thousands of Brazilian real - R\$)

ASSETS	Mar/12	Dec/11	LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Mar/12	Dec/11
CURRENT ASSETS			CURRENT LIABILITIES		
Cash and cash equivalents	587.5	515.6	Borrowings and financing	136.8	169.0
Trade accounts receivable	526.3	641.9	Trade and other payables	466.4	489.0
Inventories	767.9	688.7	Payroll, profit sharing and related taxes	127.3	132.0
Recoverable taxes	220.8	201.6	Taxes payable	426.0	446.8
Derivatives	22.1	28.6	Dividends and interest on capital payable	491.2	0.2
Other receivables	137.6	126.8	Other payables	44.8	37.7
Total current assets	2,262.2	2,203.3	Total current liabilities	1,692.4	1,274.7
NONCURRENT ASSETS			NONCURRENT LIABILITIES		
Long-term assets:			Borrowings and financing	987.3	1,017.7
Recoverable taxes	110.0	111.2	Taxes payable	151.3	140.5
Deferred income tax and social contribution	202.6	189.6	Provision for tax, civil and labor risks	65.4	65.0
Escrow deposits	307.1	295.8	Others provisions	47.2	44.8
Other noncurrent assets	28.5	29.9	Total noncurrent liabilities	1,251.2	1,268.0
Property, plant and equipment	797.5	800.4			
Intangible assets	163.9	162.8	SHAREHOLDERS' EQUITY		
Total noncurrent assets	1,609.6	1,589.8	Capital	427.1	427.1
			Capital reserves	157.9	160.3
			Earnings reserves	448.6	292.5
			Treasury shares	(87.0)	(102.8)
			Proposed additional dividend	-	490.9
			Other comprehensive losses	(18.5)	(17.6)
			Total equity attributable to owners of the Company	928.1	1,250.2
TOTAL ASSETS	3,871.7	3,793.0	TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	3,871.7	3,793.0

> INCOME STATEMENT FOR THE QUARTERS ENDED
MARCH 31, 2012 AND 2011

R\$ million	03M11	03M12
NET REVENUE	1,275.8	1,145.8
Cost of sales	(365.3)	(343.2)
GROSS PROFIT	910.5	802.6
OPERATING (EXPENSES) INCOME		
Selling expenses	(488.3)	(422.9)
Administrative and general expenses	(177.5)	(151.0)
Management compensation	(4.0)	(3.2)
Other operating (expenses) income, net	(2.1)	13.8
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL (EXPENSES) INCOME	238.6	239.3
Financial income	35.2	31.4
Financial expenses	(50.4)	(41.6)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION	223.4	229.1
Income tax and social contribution	(71.9)	(78.6)
NET INCOME	151.5	150.5

> CASH FLOW STATEMENT FOR THE QUARTERS ENDED MARCH 31, 2012 AND 2011

R\$ million	IT12	IT11
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES		
Net income	151.5	150.5
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:		
Depreciation and amortization	33.5	24.8
Provision for losses on swap and forward transactions	6.6	8.4
Provision (reversal) for tax, civil and labor contingencies	1.9	(0.3)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits	(5.2)	(6.5)
Income tax and social contribution	71.9	78.6
(Gain) loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets	2.0	2.0
Interest and exchange rate changes on borrowings and financing and other liabilities	(0.2)	4.7
Exchange rate changes on other assets and other liabilities	(0.4)	-
Stock options plans expenses	3.4	1.8
Allowance for doubtful accounts	3.6	(0.9)
Allowance for inventory losses	(3.3)	1.7
Provision for healthcare plan and carbon credits	2.4	0.6
Recognition of untimely used tax credits	-	(16.9)
	267.8	248.6
(INCREASE) DECREASE IN ASSETS		
Trade receivables	111.9	133.0
Inventories	(75.8)	(111.3)
Recoverable taxes	(18.0)	(19.3)
Other receivables	(18.0)	(25.7)
Subtotal	0.1	(23.3)
INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES		
Domestic and foreign suppliers	(22.3)	13.6
Payroll, profit sharing and related taxes, net	(4.8)	(41.8)
Taxes payable	32.4	20.1
Other payables	7.1	(10.6)
Payments of provision for tax, civil and labor contingencies	(1.5)	(0.3)
Subtotal	11.0	(19.0)
CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES	278.9	206.3
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES		
Payments of income tax and social contribution	(114.4)	(94.2)
Payments of derivatives	(4.4)	(4.0)
Payment of interest on borrowings and financing	(0.7)	(5.4)
NET CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES	159.4	102.7

CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES		
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	(33.1)	(22.9)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets	0.7	1.1
Withdrawal (payment) of escrow deposits	(6.0)	(10.4)
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES	(38.4)	(32.2)
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES		
Repayments of borrowings and financing - principal	(70.0)	(65.4)
Proceeds from borrowings and financing	6.9	301.6
Sale of treasury shares due to exercise of stock options	14.7	-
Capital increase through subscription of shares (153,230 common shares at average price of R\$	-	3.8
NET CASH USED IN FINANCING ACTIVITIES	(48.4)	240.0
Gains (losses) arising on translating foreign currency cash and cash equivalents	(0.8)	(2.6)
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	71.9	307.9
Cash and cash equivalents at the beginning of the year/period	515.6	560.2
Cash and cash equivalents at the end of the year/period	587.5	868.1
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	71.9	307.9
ADDITIONAL INFORMATION TO THE STATEMENTS OF CASH FLOWS		
Restricted cash	6.8	6.2
Bank overdrafts - unused	235.5	265.5

EBITDA is not a measure under BR GAAP and does not represent cash flow for the periods presented. EBITDA should not be considered an alternative to net income as an indicator of operating performance or an alternative to cash flow as an indicator of liquidity. EBITDA does not have a standardized meaning and the definition of EBITDA used by Natura may not be comparable with that used by other companies. Although EBITDA does not provide under BR GAAP a measure of cash flow, Management has adopted its use to measure the Company's operating performance. Natura also believes that certain investors and financial analysts use EBITDA as an indicator of performance of its operations and/or its cash flow.

This report contains forward-looking statements. These forward-looking statements are not historical fact, but rather reflect the wishes and expectations of Natura's management. Words such as "anticipate", "wish", "expect", "foresee", "intend", "plan", "predict", "project", "desire" and similar terms identify statements that necessarily involve known and unknown risks. Known risks include uncertainties that are not limited to the impact of price and product competitiveness, the acceptance of products by the market, the transitions of the Company's products and those of its competitors, regulatory approval, currency fluctuations, supply and production difficulties and changes in product sales, among other risks. This report also contains certain pro forma data, which are prepared by the Company exclusively for informational and reference purposes and as such are unaudited. This report is up-to-date as of its publication date and Natura is under no obligation to update it in light of new information and/or future events.